

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ – REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

**O CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE GOIÁS NA TRAJETÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO
ENSINO SUPERIOR DA PSICOLOGIA NO ESTADO DE GOIÁS**

DIVINO DE JESUS DA SILVA RODRIGUES

Goiânia, 2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ – REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

**O CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE GOIÁS NA TRAJETÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO
ENSINO SUPERIOR DA PSICOLOGIA NO ESTADO DE GOIÁS.**

DIVINO DE JESUS DA SILVA RODRIGUES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Processos Psicossociais.

Orientadora: Dra. Sônia Margarida Gomes de Sousa.

Goiânia, 2010

R696c Rodrigues, Divino de Jesus da Silva.

O curso de graduação em psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás na trajetória da institucionalização do ensino superior da psicologia no Estado de Goiás / Divino de Jesus da Silva Rodrigues. – 2010.

121 f.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2010.

“Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sônia Margarida Gomes de Sousa”.

1. Psicologia – ensino superior – história – Goiás. 2. Pontifícia Universidade Católica de Goiás – curso de psicologia. I. Título.

CDU:159.9:378.4(817.3)

378.4(817.3)

À minha família, irmãs e irmãos: Antônio Luis, Alcângela, Ângela, Sângela, Catarino, Rosângela e Elisângela.

Ao meu pai, Permínio Rodrigues, e à minha mãe, Vitória da Silva Rodrigues, pela coragem de desbravar terras goianas em busca de ensino para seus filhos e filhas.

Também aos meus sobrinhos e sobrinhas: Alexandre, Anny, Bruno, Caio, Junior, Letícia, Luiz Paulo, Milena, Morgana, Poliana, Sâmila, Thales, Vinicius e Vitor.

E, especialmente, à minha esposa, Rosângela Fernandes, pelo cuidado, carinho e cumplicidade.

À CAJU – Casa da Juventude Pe. Bunier, que me possibilitou as condições necessárias para o acesso e a permanência neste estudo



**PUC
GOIÁS**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Av. Universitária, 1069 ● Setor Universitário
Caixa Postal 86 ● CEP 74605-010
Goiânia ● Goiás ● Brasil
Fone: (62) 3946.1070 ● Fax: (62) 3946.1070
www.pucgoias.edu.br ● prope@pucgoias.edu.br

ANEXO DA ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM PSICOLOGIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS.

Discente: DIVINO DE JESUS DA SILVA RODRIGUES

Matricula: 2008.1.055.003.0022

Título da dissertação: O curso de graduação em psicologia da PUC Goiás na trajetória da institucionalização do ensino superior da psicologia no estado de Goiás

Data do exame: 23 de junho de 2010

Correções; modificações; alterações; comentários; observações; pontos para reformulação etc. (Assinatura obrigatória).

Profa. Dra. Sonia Margarida Gomes de Sousa (Membro Presidente) | **Assinatura:** *Sonia M. Gomes Sousa*

Assinale em caso afirmativo: O exemplar lido para o exame foi entregue ao discente com as correções necessárias.

Observações adicionais (Opcional):

Profa. Dra. Anita Cristina de Azevedo Resende (Membro Convitado Externo) | **Assinatura:** *Anita*

Assinale em caso afirmativo: O exemplar lido para o exame foi entregue ao discente com as correções necessárias.

Observações adicionais (Opcional):

Prof. Dr. Pedro Humberto Faria Campos (Membro Convitado Interno) | **Assinatura:** *Pedro*

Assinale em caso afirmativo: O exemplar lido para o exame foi entregue ao discente com as correções necessárias.

Observações adicionais (Opcional):

Prof. Dr. Lorismário Ernesto Simonassi (Membro Convitado Suplente) | **Assinatura:** _____

Assinale em caso afirmativo: O exemplar lido para o exame foi entregue ao discente com as correções necessárias.

Observações adicionais (Opcional):

Ciente do(a) discente:

Divino de Jesus da Silva Rodrigues

Divino de Jesus da Silva Rodrigues

Discente Candidato
2008.1.055.003.0022

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Para uso da Coordenação/Secretaria do PSSP:

Visto Secretaria:
DF nº _____/2010



Goiânia, 23/06 /2010



**PUC
GOIÁS**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Av. Universitária, 1069 • Setor Universitário
Caixa Postal 86 • CEP 74605-010
Goiânia • Goiás • Brasil
Fone: (62) 3946.1070 • Fax: (62) 3946.1070
www.pucgoias.edu.br • prope@pucgoias.edu.br

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM PSICOLOGIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS.

No dia 23 de junho de 2010, às 18:30 horas, na Sala 302, Bloco A, Área IV, Campus I da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, **DIVINO DE JESUS DA SILVA RODRIGUES**, discente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia (2008.1.055.003.0022) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, expôs, em Sessão Pública de Defesa de Dissertação de Mestrado, o trabalho intitulado **O curso de graduação em psicologia da PUC Goiás na trajetória da institucionalização do ensino superior da psicologia no estado de Goiás**, para Comissão de Avaliação composta pelos(as) docentes: **Dra. Sonia Margarida Gomes de Sousa** (Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Presidente da Comissão), **Dra. Anita Cristina de Azevedo Resende** (Universidade Federal de Goiás, Membro Convidado Externo), **Dr. Pedro Humberto Faria Campos** (Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Membro Convidado Interno), e **Dr. Lorismário Ernesto Simonassi** (Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Membro Convidado Suplente). O trabalho da Comissão de Avaliação foi conduzido pela docente Presidente que, inicialmente, após apresentar os docentes integrantes da Comissão, concedeu 30 minutos ao discente candidato para que este expusesse o trabalho. Após a exposição, a docente Presidente concedeu a palavra a cada membro convidado da Comissão para que estes argüissem o discente candidato. Após o encerramento das argüições, a Comissão de Avaliação, reunida isoladamente, avaliou o trabalho desenvolvido e o desempenho do discente candidato na exposição, considerada a trajetória deste no curso de mestrado. Como resultado da avaliação, a Comissão de Avaliação deliberou pela:

Aprovação da dissertação

A Comissão de Avaliação declara o(a) discente candidato(a) Mestre em Psicologia. A Comissão de Avaliação pode sugerir alterações de forma e/ou conteúdo consideradas aceitáveis, não impeditivas da aprovação do trabalho. As alterações deverão ser indicadas no Anexo ao presente documento e/ou podem constar na versão lida pelo membro da Comissão de Avaliação para a sessão de defesa da dissertação. Neste caso, a versão lida corrigida deverá ser entregue ao(a) discente candidato(a) no final da sessão. O(A) discente candidato(a) terá o prazo de sessenta (60) dias para os ajustes e entrega da versão final na Secretaria do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, contado a partir da data da sessão de defesa da dissertação.

Aprovação da dissertação mediante reformulação

A Comissão de Avaliação determina que o(a) discente candidato(a) terá o prazo máximo de cento e oitenta (180) dias para realizar a reformulação necessária no trabalho, contado a partir da data da sessão de defesa da dissertação. Os pontos para a reformulação deverão ser indicados no Anexo ao presente documento e/ou podem constar na versão lida pelo membro da Comissão de Avaliação para a sessão de defesa da dissertação. Neste caso, a versão lida, contendo os pontos da reformulação, deverá ser entregue ao(a) discente candidato(a) no final da sessão. Dentro do prazo para reformulação supramencionado, o(a) discente candidato(a) deverá solicitar à Coordenação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia nova avaliação do trabalho, a ser feita através de procedimento específico para casos de reformulação.

Reprovação da dissertação

A Comissão de Avaliação determina que o trabalho apresentado não satisfaz as condições mínimas para ser considerado dissertação de mestrado válida à obtenção do título de Mestre em Psicologia. O(A) discente candidato(a) pode interpor recurso à decisão da Comissão de Avaliação no prazo máximo de trinta (30) dias, contado a partir da data da sessão de defesa da dissertação.

A Comissão de Avaliação:

Para uso da Coordenação/Secretaria do PSSP:	
 Prof. Dra. Sonia Margarida Gomes de Sousa Membro Presidente Pontifícia Universidade Católica de Goiás	 Prof. Dr. Lauro Eugênio Guimarães Nalini Coordenador do Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Psicologia Pontifícia Universidade Católica de Goiás
 Prof. Dra. Anita Cristina de Azevedo Resende Membro Convidado Externo Universidade Federal de Goiás	Prof. Dr. Fabio Jesus Miranda Vice-Coodenador do Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Psicologia Pontifícia Universidade Católica de Goiás
 Prof. Dr. Pedro Humberto Faria Campos Membro Convidado Interno Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Observações: 1. Documento válido somente se assinado pela Coordenação e pela Secretaria do PSSP/PROPE/PUC Goiás. 2. _____ 3. _____
Prof. Dr. Lorismário Ernesto Simonassi Membro Convidado Suplente Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Visto Secretaria: DF nº: 17/2010

Goiânia, 23/06/2010



AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento à professora Anita Cristina Azevedo Resende, pela disponibilidade, incentivo e apoio ao meu traçado da história da Psicologia no ensino superior do Estado de Goiás.

Agradeço à professora Sônia Margarida Gomes de Sousa, que incentivou e encorajou a realização deste trabalho desde o seu início até a realização das bancas de qualificação e defesa.

Ao professor Pedro Humberto de Farias Campos, que participou com sugestões nas bancas de qualificação e defesa.

Ao professor Anderson de Brito Rodrigues, pela colaboração que propiciou o aprofundamento da pesquisa.

Aos protagonistas da história que relato, que auxiliaram com sua fala a constituição deste trabalho.

À Glenda Alves e Silva Oliveira, pela atenção e auxílio na Secretaria.

Aos meus amigos e amigas de caminhada, aspirações, desejos e sonhos, especialmente: Ana Carolina, Alciene, Aparecida, Clarice, Cláudia, Divina, Divina Reis, Eliane, Elizabete, Gercilene, Geraldo, Helena, Lysia, Lucas, Lúcia, Luiz, Itamar, Paula, Regina, Rosângela, Shirley e Valterci.

Aos que, cotidianamente juntos, desenvolvem ações pela Juventude e que apoiaram e incentivaram o desenvolvimento desta pesquisa, em especial: Alessandra, Alfredo, Ana Maria, Antônia, Berg, Carmem, Carmelúcia, Ceila, Cleber, Cida, Dalila, Daniel, Daniele, Danilo, Débora, Edina, Edimilson, Eduardo, Elmira, Elaine, Epitácio, Fábio, Fábio Fazzion, Gardene, Gilzana, Girlene, Graça, Ivanilde, Izabel, Jorge, Jossier, Josiane, Lourival, Ludimila, Kelly, Magno, Marcelo, Maria, Maria das Dores, Nill, Paulo, Randes, Raimunda, Raimundo, Rayner, Raquel, Renato, Rezende, Ricardo, Roberto, Sergio, Thaís, Vanes, Vanildes, Vilma, Wagner, Waldeir e Wolney,

Agradeço também ao grupo dos amigos, que, mesmo à distância, me incentivaram e torceram para que esta caminhada desse certo. Entre eles: professores/as de Mara Rosa e Itapaci, Goiás, Miracema e Tocantínia, Tocantins.

Por fim, aos jovens da periferia de Aparecida de Goiânia e ao Grupo Caminho de Bragança, Pará: Ana Cláudia, Ademar, Adalto, Beto, Estela, Hugo, Jair, Josiane, Marcos, Rosalba, Rosinaldo e Syane.

Esta pesquisa trata da institucionalização do Curso de Psicologia no ensino superior do Estado de Goiás, ocorrida em 1973, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Parte da trajetória da Psicologia no Brasil, desde a formação das “ideias” psicológicas até a constituição da psicologia científica, e busca resgatar os elementos constitutivos dessa história no Estado de Goiás. Para tanto, demonstra a organização do ensino de graduação em Psicologia no Brasil, através de dados do e-MEC, Cadastro da Educação Superior do Ministério da Educação - MEC, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia - ABEP, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - ANPEPP, da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior - ABMES, empresas de consultorias e instituições de ensino que ministram o Curso de Psicologia no país. Por fim, trata da criação do Curso de Psicologia no ensino superior do Estado de Goiás, elaborando um recorte histórico sobre a criação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, do Gabinete de Orientação à Pós-Graduação, na investigação e sistematização de sua história.

Palavras-Chave: História da Psicologia em Goiás; Ensino Superior; Institucionalização.

ABSTRACT

This research deals with the institutionalization of psychology courses in higher education in the State of Goiás, in 1973 at the Pontifical Catholic University of Goiás. Part of the history of psychology in Brazil since the formation of "ideas" to the psychological constitution of scientific psychology, and tries to recover the elements of this story in Goiás.

To do so, demonstrates the organization of undergraduate education in psychology in Brazil through data-and MEC, Register of Higher Education, Ministry of Education - MEC, the National Institute of Educational Studies and Research Teixeira - INEP, the Brazilian Association of Education in Psychology - ABEP, the National Association of Search and Post Graduate Psychology - ANPEPP, the Brazilian Association of Higher Education Maintainers - ABMES, consultancy firms and educational institutions that teach the Psychology Course in the country.

Finally, comes the creation of the Psychology Course in Higher Education of the State of Goiás, producing a historical view on the creation of the Pontifical Catholic University of Goiás, the Office of Orientation to the Graduate, research and systematization of their history.

Keywords: History of Psychology in Goiás; Higher Education; Institutionalization.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 - Ano de autorização de funcionamento e quantidade de unidades do ensino de graduação em Psicologia no Brasil	48
Tabela 1 - Organização Acadêmica - 2010	53
Tabela 2 - Diplomas - 2010	54
Tabela 3 - Vagas - 2010.....	55
Tabela 4 - Inscritos, classificados e matriculados: 1976 a 1979.....	68

Introdução	10
CAPÍTULO 1 - A trajetória da Psicologia: Brasil e Estado de Goiás	19
1.1 O Tempo das Ideias Psicológicas	19
1.2 Período da Psicologia Científica: séculos XIX e XX.....	22
1.3 O Percurso Histórico da Psicologia no Estado de Goiás.....	28
1.3.1 Ideias Psicológicas.....	28
1.3.2 A Institucionalização da Psicologia em Goiás: a política educacional goiana nos período de 1930 a 1970.....	34
CAPÍTULO 2 - O Ensino de Graduação em Psicologia no Brasil	42
2.1 As Políticas Educacionais: expansão do ensino privado.....	42
2.2 Expansão do Curso de Psicologia no Brasil: 1953 a 2010.....	47
2.3 Localização das Unidades do Curso de Psicologia no Brasil.....	50
2.4 Instituições de Ensino: organização acadêmica, titulação e vagas.....	51
CAPÍTULO 3 - Do Gabinete de Orientação à Pós-Graduação: o primeiro curso superior de Psicologia do Estado de Goiás	56
3.1 Criação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás	56
3.2 O Gabinete de Orientação Psicológica	60
3.3 O Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.....	61
3.3.1 Curso de Psicologia: perfil dos alunos, reconhecimento e intervenções sociais	67
3.3.2 Campos de Estágios	70
3.3.3 Currículos: 1974 a 1989	75
3.3.4 Pesquisa: constituição do seu processo	77
3.3.5 Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> - Mestrado: primeiros passos - 1999 a 2003..	81

Considerações Finais	84
Referências	86
Apêndices	95
Apêndices A - Instituições que disponibilizam o ensino de Graduação em Psicologia no Brasil	96
Apêndices B - Grupos educacionais que administram as unidades do ensino de Graduação em Psicologia no Brasil.....	97
Apêndices C - Organização acadêmica	101
Apêndices D - Cursos em processo de reconhecimento junto ao MEC	108
Apêndices E - Diplomas conferidos	109
Apêndices F - Vagas disponibilizadas nos Estados e Distrito Federal do ensino de Graduação em Psicologia no Brasil.....	113
Apêndices G - Currículo mínimo para os cursos de Psicologia.....	114
Apêndices H - Roteiro da entrevista semi-estruturada.....	115
Apêndices I - Currículo de 1975/1	116
Apêndices J - Currículo de 1985/1	117
Apêndices L - Currículo de 1985/1	118
Apêndices M - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Consentimento da Participação da Pessoa como Sujeito	119

Nesta pesquisa, analisa-se o percurso da institucionalização do ensino e da produção científica no campo da Psicologia no Estado de Goiás, considerando que a criação do Curso de Psicologia no ensino superior do Estado na Pontifícia Universidade Católica de Goiás¹ foi um marco nesse processo.

As motivações do trabalho foram de duas ordens: de um lado, as inquietações surgidas pelo fato de que os estudos sobre o processo de institucionalização da Psicologia no Brasil são razoavelmente recentes e têm interessado sobremaneira ao desenvolvimento do campo; de outro, as discussões realizadas na disciplina *Temas em Psicologia*, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Sobre os estudos do processo de institucionalização da Psicologia no país, em consulta ao portal CAPES², que reúne as dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas em território nacional de 1987 a 2007, a respeito de dois assuntos distintos, *História da Psicologia no Brasil* e *Psicologia*, foram encontrados aproximadamente 9400 (nove mil e quatrocentos) trabalhos de dissertações e teses. Destes, aproximadamente 80 (oitenta) estão relacionados à história da Psicologia e foram realizados por pesquisadores das regiões Sul e Sudeste do país. A revisão da literatura sobre o processo historiográfico de constituição da Psicologia no Brasil evidencia a pertinência e a necessidade de se investigar também a particularidade do percurso da Psicologia em Goiás, assim como em outros estados brasileiros.

Especificamente com relação ao Estado de Goiás, é possível relacionar poucos, mas significativos trabalhos sobre esse tema, como os de Cunha (1993), que desenvolvem uma pesquisa sobre o processo de ensino-aprendizagem em Psicologia da Educação no Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás; os de Gebrim (1996), que tratam da relação entre Psicologia e Educação no Brasil, no período compreendido entre 1944 a 1963, tendo por referência uma publicação de caráter oficial, o periódico de circulação nacional *Revista Brasileira de*

¹ A PUC-GOÍÁS, em 17 de outubro de 1959, pelo decreto nº 47.041, foi instituída como Universidade de Goiás. Em 19 de julho de 1971, pelo decreto nº 68.917, seu nome foi mudado para Universidade Católica de Goiás. Em 08 de setembro de 2009, passou a ser reconhecida como Universidade de Direito Pontifício, denominando-se Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-GOÍÁS.

² Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Consulta realizada em 09/06/2008.

Estudos Pedagógicos (RBEP), editada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); os de Rabelo (2003), que relatam o impacto da reforma psiquiátrica no bem-estar físico e psicológico dos trabalhadores de saúde mental na cidade de Goiânia; ou os de Rodrigues (2003), que analisam as relações entre Psicologia e Educação no Estado de Goiás, priorizando as contribuições que a disciplina Psicologia da Educação pode oferecer na formação de professores. Esses trabalhos partem da perspectiva da Educação e da Psicologia da Educação em suas investigações. Até o momento, o único trabalho que remete a uma produção específica sobre a história da Psicologia no Estado de Goiás ou que faz referência à sua gênese é o de Rodrigues (2007), que investigou a história da Psicologia em Goiás, do século XIX à década de 1950 do século XX, e teve como objetivo compreender as influências que atuaram nesse processo em terras goianas.

Sobre as discussões realizadas na disciplina *Temas em Psicologia* do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, as questões relativas à história da Psicologia apontaram para a necessidade de ampliar a compreensão dos elementos constitutivos da institucionalização do ensino e do próprio campo da Psicologia no Estado de Goiás.

Destarte, o processo de problematização do objeto da pesquisa tornou necessária a apreensão da historiografia da Psicologia no Brasil através do estudo das produções que descrevem como essa ciência foi se constituindo e se consolidando no país. O caminho desse trabalho historiográfico foi pungente e frutífero, abriu horizontes sobre as nossas raízes e lançou novos desafios.

A investigação historiográfica da Psicologia no Brasil tem evidenciado pelo menos duas linhas de pesquisas: a história das ideias psicológicas, que investiga o processo histórico das elaborações conceituais, das práticas de intervenções em indivíduos ou na sociedade em geral, relacionados a assuntos ditos psicológicos (MASSINI, 1996); e a história da Psicologia Científica, cujos estudos já partem de trabalhos da Psicologia como ciência autônoma.

Essas linhas de investigação também têm utilizado distintas contribuições e abordagens metodológicas que vêm orientando a busca de fontes, sejam elas primárias, que são os trabalhos de pioneiros, conceitos, práticas do fenômeno psicológico, publicadas ou não, e, ainda, documentos de instituições ou universidades; sejam elas fontes secundárias, encontradas em periódicos, compêndios, coletâneas, monografias, biografias, traduções, publicações, entrevistas, entre outros (BROŽEK, 1996).

Os pressupostos teóricos dessas abordagens metodológicas no processo de apreensão da história das ciências podem ser compreendidos, primeiramente, a partir do campo de investigação das abordagens internalista e externalista e das discussões que elas suscitam.

Segundo Canguilhem:

por internalismo se entende a posição que consiste em pensar que não há história das ciência senão na medida em que nos colocarmos no interior mesmo da obra científica para analisar as operações pelas quais ela procura satisfazer as normas específicas que permitem defini-la como ciência e não como técnica ou ideologia. (...)

No que concerne ao externalismo, trata-se de uma forma de escrever a história das ciências condicionando um certo número de acontecimentos - que continuamos a chamar de científicos mais por tradição que por análise científica - às suas relações com interesses econômicos e sociais, com exigências e práticas técnicas, com ideologias políticas e religiosas.

(Canguilhem *apud* Penna, 1981, p. 26)

Penna (1981), ao citar Thomas Kuhn, aponta o contraponto deste à definição de Canguilhem. Para Kuhn (*apud* PENNA, 1981), o internalismo exprime uma posição de historiadores que se centralizam primariamente ou exclusivamente nas atividades profissionais dos integrantes de uma comunidade científica particular. Já o externalismo não parte dessa exclusividade, mas considera as relações entre as comunidades e a cultura, razão por que enfatiza os papéis das transformações religiosas e das tradições econômicas no desenvolvimento científico.

Ferreira (2008), de seu lado, amplia essa questão quando afirma:

de modo corrente, se faz a história da Psicologia (e das ciências) de duas formas: ou se busca demarcar as condições da psicologia através de uma série de transformações intelectuais, conceituais ou metodológicas (a chamada abordagem internalista); ou se busca estabelecer as condições da psicologia a partir de uma série de transformações culturais, sociais, econômicas e políticas (a chamada abordagem externalista) (p. 14).

Ademais, nesse mesmo processo de investigação historiográfica se destacam ainda, entre outras, as abordagens da: 1.História Cultural: que “busca identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, *apud* MASSINI,1996, p. 31), e na qual são enfocados os aspectos socioculturais, as visões de mundo de uma cultura, suas práticas e conceitos; 2.História Social: com sua “ênfase na reconstrução das práticas sociais e seu papel na determinação dos rumos da história” (CAMPOS,1996, p.

129), destacando as relações sociais, políticas, enlaçadas entre o conhecimento e as práticas psicológicas; 3. Micro-história: que “recusa o etnocentrismo e a visão teleológica da história, (...) em favor do interesse pelos indivíduos concretos e pelas características peculiares da documentação encontrada” (GINSBURG, *apud* MASSINI, 1996, p. 33-34). Na micro-história, o indivíduo e o seu contexto social são os pontos centrais: o indivíduo é quem constrói a história, ela não é dada *a priori*; 4. Psicologia Histórica, de Ignace Meyerson, que propõe uma análise longitudinal ou temporal dos padrões de comportamentos dos indivíduos e alicerça-se na tese de que nada é imutável no homem. Por isso, estuda o homem concreto de um país, de uma época, inserido num contexto social e material (PENNA, 1981).

As influências dessas abordagens metodológicas são, atualmente, bastante evidentes nos diversos trabalhos historiográficos da Psicologia no Brasil. Nem sempre, porém, foi assim. Havia uma “tendência então hegemônica na historiografia, de um excessivo dedutivismo, que levava à interpretação sempre repetitiva” (CAMPOS, 1996, p. 130).

Destarte, foi a partir da década de 1980, segundo Brožek (1988, p. 223), “que aconteceu a “idade de ouro” da história da psicologia como especialidade no Brasil”, à medida que se ampliaram as contribuições dessas linhas metodológicas historiográficas descritas utilizadas nas investigações sobre o tema.

Nesta pesquisa, somos cômicos de que a escolha da investigação metodológica do pesquisador não é feita aleatoriamente: partimos do princípio de que metodologia não é só um conjunto de técnicas, teorias e instrumentais, mas é também um “caminho de pensamento e prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2004, p. 16). Nesse sentido, concepções sociais, econômicas, políticas, culturais, visões da sociedade e de sujeito são intrínsecas aos passos de uma investigação, tanto nas escolhas dos alicerces teóricos, técnicas e instrumentais utilizados quanto na análise dos dados recolhidos.

A compreensão do processo historiográfico da Psicologia brasileira foi fundamental para ir além do escrito, pressuposto básico de uma leitura crítica orientada pelo método dialético, que se caracteriza, principalmente, pelo modo de interpretação da realidade concreta, social e histórica. Seus pressupostos “caminham da aparência à essência, das partes para o todo, do singular ao universal, guardando esses momentos e suas articulações na explicação, na categoria construída pelo pensamento” (IANNI, 1988, p. 145).

A utilização dos pressupostos desse método e a busca das mediações constitutiva do objeto que se pretendeu investigar, exigiu um amplo diálogo com a produção teórica existente e, ao mesmo tempo, procedimentos de investigação que abarcaram desde a pesquisa de caráter bibliográfico e documental até a utilização de entrevistas com sujeitos diretamente envolvidos no processo de criação do Curso de Psicologia na PUC-GOIÁS. A complexidade do processo social e histórico investigado necessitava de um procedimento investigativo que possibilitasse apreender as determinações, as mediações que o constituem, e permitisse apreender, para além da aparência imediata, a essência dos processos implicados. Enfim, exigiu

um método crítico, na medida em que a conversão dialética transforma o imediato em mediato, a representação em conceito, e negação das aparências sociais, das ilusões ideológicas do concreto estudado; um método progressivo-regressivo, patente na espiral dialética em que ponto de partida e ponto de chegada coincidem, mas não se identificam (CARONE, 1984, p. 28-29).

Coerente com o método, mas sem se reduzir ou confundir com ele, a metodologia adotada para a pesquisa se desenvolveu com os seguintes procedimentos: na etapa inicial, fez-se um mapeamento das fontes para a realização da pesquisa: documentos oficiais, publicações, livros de frequências, censos, contratos, processos, relatórios, atas, diários, pareceres, jornais, revistas, livros, anais, teses, dissertações, entre outras fontes; a partir da organização desse material, foram realizadas pesquisas em bibliotecas, internet de diversas instituições particulares e governamentais, e, ainda, nos arquivos (incluindo atas e currículos) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, considerada um marco da institucionalização do ensino superior da Graduação em Psicologia no Estado de Goiás.

A partir da organização e análise desse material, foi possível fazer a seleção dos sujeitos e elaborar um roteiro de entrevista semi-estruturada (Apêndice A), tendo por base os dados obtidos na primeira etapa do trabalho. Esse instrumento foi utilizado de modo a facilitar, ampliar e provocar a abertura e o aprofundamento da investigação em curso e norteou as entrevistas que foram gravadas e posteriormente transcritas.

Foram selecionados 08 (oito) sujeitos, escolhidos pelo critério de envolvimento no processo de criação e implantação do Curso de Psicologia e, ou gestão (direção) do Departamento de Psicologia da PUC-GOIÁS. Todos os sujeitos

selecionados aderiram ao Termo de Livre Consentimento (Apêndice B) e manifestaram-se favoráveis à identificação dos seus nomes no trabalho final. Por essa razão, a seguir, são apresentados esses protagonistas da criação, implantação e consolidação do que se postula neste trabalho ser um marco do campo da Psicologia no Estado de Goiás: o Curso de Graduação em Psicologia da PUC-GOIÁS.

Pe. Javier Pérez Enciso S.J.

Filósofo, teólogo, doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo/USP – Brasil. Espanhol, padre da Companhia de Jesus. Veio para Goiânia em 1964 para dar aulas na Faculdade de Educação da PUC-GOIÁS e assumir a disciplina Sociologia da Educação. Em 1968, tornou-se vice-diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade e, em 1971, vice-reitor para assuntos acadêmicos, cargo que exerceu até 1974. Como vice-reitor, assumiu a responsabilidade de concretizar a implantação da reforma universitária na Universidade.

Pe. Victoriano Baquero Miguel S.J.

Filósofo, teólogo, doutor em Psicologia pela Universidade da Salamanca – Espanha. Espanhol, padre da Companhia de Jesus. Veio para Goiânia em 1959 e começou a trabalhar no Curso de Pedagogia da PUC-GOIÁS. Nesse curso, organizou o Gabinete de Orientação Psicológica em 1960. Ficou em Goiânia até 1964, quando foi para Juiz de Fora- MG. Em 1972, voltou a Goiânia e reabriu o Gabinete de Orientação Psicológica. Em 1973, foi designado pelo vice-reitor de assuntos acadêmicos para organizar o Curso de Psicologia da PUC-GOIÁS. Foi Diretor do Departamento de Psicologia no período de 1976 a 1978.

Sérgio de Araújo

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Gregoriana – Roma. Brasileiro, contratado como professor pelo Departamento de Teologia da PUC-GOIÁS em 1974. Ao final de 1977, foi transferido para o recém-criado Departamento de Psicologia, onde lecionou a disciplina Psicologia Social. Foi diretor do departamento nos períodos de 1978 a 1981 e 1989 a 1991. Ainda é professor da Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da PUC-GOIÁS.

Marie Claire Angosto Pierre

Mestre em Psicologia pela Universidade de Sorbonne – Paris. Angelina, contratada em julho de 1973, assumiu as matérias de Psicologia Geral. Posteriormente, também lecionou as disciplinas Psicologia Social e Psicanálise. Coordenou a estruturação da grade curricular de 1974 e de 1980 do Curso de Psicologia da PUC-GOIÁS. Coordenou o Curso quando este ainda pertencia ao Departamento de Educação, entre 1974 a 1975. Foi diretora do Departamento de Psicologia de 1981 a 1983. Ainda é professora do Curso de Graduação em Psicologia da PUC-GOIÁS.

Lorismário Ernesto Simonassi

Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo/USP – Brasil. Brasileiro, chegou a Goiânia em 1974, contratado para lecionar as disciplinas Psicologia da Personalidade e Psicologia Geral e prestar atendimento no Centro de Orientação Psicológica e na Clínica do Gabinete de Orientação Psicológica. Logo após, assumiu o Laboratório de Análises Experimentais de Comportamento. Foi eleito pela comunidade acadêmica diretor do Departamento de Psicologia para o período 1983/ 1985. Coordenou a criação da Pós-graduação *Stricto Sensu*-Mestrado em 1999, tendo permanecido na coordenação do programa até o final de 2002. Atualmente, é professor da Pós-graduação e da Graduação do Curso de Psicologia da PUC-GOIÁS.

Norton Gordinho Leão

Mestre em Psicologia pela Universidade de Sorbonne – Paris. Brasileiro, foi contratado, em 1977, como professor do Curso de Psicologia. Lecionou inicialmente as disciplinas Psicologia Geral e Experimental e Teoria de Sistemas III. Após, lecionou Psicanálise. Diretor do Departamento de 1987 a 1989, foi também membro da equipe de estruturação do currículo de 1989. Atualmente, é professor da Graduação em Psicologia da PUC-GOIÁS.

Rodolfo Petrelli

Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Salesiana de Roma. Italiano, foi professor do Departamento de Psicologia de outubro de 1980 até março de 2007. Lecionou Psicopatologia com direcionamento para a fenomenologia. Foi

diretor do Departamento de 1991 a 1994. Entre 1994 e 1998, exerceu a função de vice-reitor de pós-graduação e pesquisa da PUC-GOIÁS.

Maria das Graças Monteiro

Mestre em Educação pela Universidade de Brasília/UnB. Brasileira, contratada pelo Departamento de Psicologia em 1981 para lecionar as disciplinas Sistema I e II, contemplava as teorias da gestalt, do funcionalismo, estruturalismo e behaviorismo. Foi diretora do Departamento de Psicologia entre 1981 e 1983. Em 1984, coordenou a área de estágios do Curso. Em 1985, assumiu interinamente a direção do Departamento por seis meses. Coordenou os trabalhos de estruturação da grade curricular de 1989 do Curso de Psicologia. É a atual diretora do Departamento desde 2006.

A partir do relato desses protagonistas e dos demais procedimentos investigativos que permitiram apreender mediações importantes no processo em causa, é que se pôde compreender a singularidade do Curso de Graduação em Psicologia da PUC-GOIÁS na trajetória da institucionalização do ensino superior da Psicologia no Estado de Goiás e na universalidade da história da Psicologia no Brasil. Para expor essa postulação, a presente dissertação está dividida em três capítulos, como se segue.

O primeiro capítulo retrata “A trajetória da Psicologia: Brasil e Estado de Goiás” e apresenta o percurso que vai “das ideias psicológicas à psicologia científica”, buscando resgatar os elementos constitutivos da história da Psicologia no Brasil e no Estado de Goiás. Contextualiza o percurso do ensino da Psicologia no decorrer dos anos, inserido nos acontecimentos culturais, econômicos, sociais e políticos do país e de Goiás.

O segundo capítulo, “O Ensino de Graduação em Psicologia no Brasil”, discute o processo de constituição e expansão do ensino de Psicologia no Brasil a partir das políticas para o ensino superior. São especialmente relevantes para a análise os dados disponíveis em várias instituições: Cadastro da Educação Superior do Ministério da Educação – MEC; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP; Associação Brasileira de Ensino em Psicologia – ABEP; Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia – ANPEPP; Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES;

empresas de consultorias; e as instituições de ensino que ministram o Curso de Psicologia no país, através dos seus endereços eletrônicos.

O terceiro capítulo, “Do Gabinete de Orientação à Pós-Graduação: o primeiro Curso Superior de Psicologia do Estado de Goiás”, busca contextualizar a criação do Curso de Psicologia no ensino superior do Estado, suas condições de implantação, desenvolvimento e consolidação, que implicaram a criação de um Programa de Pós-Graduação em Psicologia na PUC-GOIÁS, e seu significado na consolidação do ensino, produção e profissionalização da Psicologia. Para tal, parte de um recorte da criação da PUC-GOIÁS, retratando o contexto político, social e religioso que possibilitou a sua concretização e consolidação no ensino superior do Estado. Trata ainda do Gabinete de Orientação Psicológica, dos elementos constitutivos no Curso de Pedagogia e dos desdobramentos que o tornaram suporte para o Curso de Psicologia. Por fim, aponta a trajetória do Curso de Psicologia entre 1973 e 1999, seu desenvolvimento e consolidação no Estado de Goiás.

1. A trajetória da Psicologia: Brasil e Estado de Goiás

A história das ciências revela-se descontínua. Seu desenvolvimento processa-se por mudanças bruscas, pela reorganização de seus princípios. Fundamentalmente, revela-se dialética.

Antonio Gomes Penna

Este capítulo busca contextualizar a criação do curso de Psicologia na PUC-GOIÁS, a partir da consideração da trajetória da Psicologia no Brasil e no Estado de Goiás e também do recorte histórico desse processo, que abrange desde as “ideias” psicológicas até a constituição da psicologia científica.

1.1 O Tempo das “Ideias” Psicológicas

A história das “ideias” psicológicas, para muitos dos autores que têm se dedicado a trabalhar a temática (PENNA, 1981; FIGUEREDO, 1989, MASSINI, 1990), compreende o período “pré-histórico” do saber científico, quando ainda não está propriamente em causa a história da Psicologia enquanto disciplina científica autônoma. Segundo Penna (1981): “A história da psicologia é a história de uma ciência. Como tal cobre um período reduzido de tempo. Para sermos precisos, cobre o período que começa nos fins do século XIX e se estende até o presente” (p. 11).

Para esse autor, o fato de chamarmos esse período de período das “ideias” psicológicas constitui “uma concessão ao princípio da recorrência. Exprime uma preocupação retrospectiva. (...) Na verdade, nós as denominamos psicológicas em função de um critério atual. Por decisão ancorada na contemporaneidade” (PENNA, 1981, p. 11-12).

Nesse sentido, para compreender a história da Psicologia no Brasil, é necessário retornar ao seu período pré-institucional, que se localiza desde a colonização no século XV até o surgimento das faculdades de ensino superior³ no

3 Segundo Sobrinho (2008), em 18 de fevereiro de 1808, na Bahia, e em 05 novembro desse mesmo ano, no Rio de Janeiro, foram fundadas por Dom João VI as primeiras faculdades do Brasil, relativas

país, no início do século XIX (PESSOTI, 2004). As produções das pesquisas historiográficas acerca dessas “ideias” foram constituídas recorrendo-se à análise dos escritos de missionários e de viajantes. Neles, foram encontradas “informações sobre as doutrinas e as práticas psicológicas dos índios” (MASSINI, 1990 p.05). No âmbito dessas informações, sobressaem a relação dos indígenas com as crianças e o papel da mulher na comunidade. São descritos as práticas do cuidado com o parto, com a amamentação, a higiene, a educação, a criatividade da criança indígena, os relacionamentos dos pais com os filhos, da mulher com seus parceiros e a sociabilidade e participação de todos na vida da comunidade (MASSINI, 1990).

Também no período colonial, a transmissão das “ideias” psicológicas pode ser destacada no projeto educacional humanista catequético da Companhia de Jesus⁴. Esse projeto acreditava poder criar um novo homem e uma nova sociedade a partir da Segunda Escolástica Ibérica, movimento cultural da época, na Europa, a partir do qual os jesuítas discutiam ao mesmo tempo as teorias do Humanismo e da Renascença junto à tradição filosófica cristã. A Escolástica Ibérica seguia “Aristóteles por meio de São Tomás de Aquino, e tem sua máxima expressão no pensamento e na ação do padre António Vieira” (NETTO, 2004, p. 146).

Em linhas gerais, as ações jesuíticas no Brasil adotaram os seguintes pressupostos: o estudo da alma e a cura das enfermidades do ânimo, a preocupação com as cegas paixões do coração humano, o conhecimento de si mesmo, o conhecimento do índio e a formação das crianças (MASSINI, 2008).

Para atingir seus objetivos catequéticos, que se concretizaram nas chamadas reduções jesuítas, prioritariamente os jesuítas criaram escolas focadas na transmissão de seus ideais e, especialmente, na conversão de crianças e adultos ao Cristianismo. Todavia, segundo Alberti (2003): “essas ações se davam de forma isolada, dentro de uma estrutura sociopolítica nada disciplinar” (p. 120).

Nesse período, são localizados alguns tratados que não são especificamente psicológicos, mas relativos a áreas, como Medicina, Moral, Pedagogia, Política e Teologia. Dessas áreas, destacam-se as obras: *Tratados da terra e gente do Brasil* (1625), de Pe. Fernão Cardin, sj.; *Notícias curiosas e*

à Medicina.

⁴ Instituição Católica fundada por Inácio de Loyola e companheiros no século XV. Denominada de Jesuítas, chegaram ao Brasil em 1549, sendo expulsos do país em 1759 pelo Marquês de Pombal. Retornaram novamente ao país em 1845.

necessárias sobre o Brasil (1668), de Pe. Simão de Vasconcelos, sj.; *Sermões* (1634), de Pe. António Vieira, sj.; *Arte de criar bem os filhos na idade puerícia* (1685), de Pe. Alexandre Gusmão, sj.; *Vidiário evangélico* (1711 a 1751), de Mateus da Encarnação Pinna, OSB; *Botica preciosa* (1754), de Pe. Ângelo de Sequeira, sj.; *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar* (1772), de Manuel de Andrade Figueiredo (MASSINI, 1990, 2008; NETTO, 2004).

De acordo com Pessotti (2004), esses textos tratavam de questões como:

métodos de ensino, controle das emoções, causas da loucura, diferenças de comportamentos ente sexos e raças, controle político, formação da juventude, persuasão dos selvagens, condições do conhecimento, percepção, etc. (p. 210).

Tais questões refletem a influência do pensamento europeu da época. Contudo, não tinham compromisso em desenvolver ou propagar um saber propriamente psicológico. Em muitos deles, os interesses estavam voltados fundamentalmente para a organização da sociedade e da Colônia (PESSOTTI, 2004).

Em relação ao pensamento filosófico desse período, Netto (2004), citando Mercante, lembra que “devemos a Washington Vita a denominação ‘saber de salvação’ para designar o ensinamento adotado naquela época” (MERCANTE, *apud* NETTO, p. 145). Para o autor, essa expressão caracterizava “os pensadores de formação escolástica ou de tendências místicas, ou ambas, cuja especulação filosófica ou teológica se achasse dentro dos dogmas católicos” (*idem*).

Em 1759, com a expulsão dos jesuítas do Brasil, efetuada pelo Marquês de Pombal, e a supressão da Ordem pelo Papa Clemente XIV, em 21 de julho de 1773, a Segunda Escolástica perdeu força no país, em consonância com o que já tinha ocorrido na Europa. A influência do pensamento iluminista tornou-se mais presente na transmissão das “ideias” psicológicas. Como afirma Massini (1990): “As doutrinas iluministas e o entusiasmo pelo método científico como base do conhecimento norteiam a obra de vários intelectuais brasileiros do século XVIII” (p. 23).

Nessa perspectiva iluminista destacam-se algumas obras, entre elas *Reflexões sobre a vaidade dos Homens*, de 1752, de Matias da Silva de Eça, autor que, para Netto (2004), “constitui uma singular figura de transmissão entre o providencialismo dos séculos que o antecederam e o Iluminismo (...), ou mais especificamente analista das paixões humanas” (p. 147). Seus ideais iluministas ainda seriam ratificados em *O problema da Arquitetura Civil*, de 1770, livro que se revela

“dotado de um empirismo humanista maduro, que preconiza o experimentalismo e a dúvida metódica, rejeitando o verbalismo, as afirmações inverificáveis, os sistemas fundados em abstrações” (VITA, *apud* NETTO, 2004, p. 147).

Outras obras que ainda devem ser mencionadas são as de Francisco de Mello Franco, do final do século XVIII e início do século XIX, a primeira intitulada *A Medicina Theológica de 1794*, “uma sarcástica obra, aparentemente moralista, que é um autêntico tratado de Psicofisiologia das Emoções e de Medicina Psicossomática” (PESSOTTI, 2004, p. 212.), e a outra, *Elementos de Hygiene ou Ditames Teoréticos para Conservar a Saúde e Prolongar a Vida*, de 1813, que visava, segundo Massini (2008) “difundir junto à população brasileira regras e conselhos que proporcionassem o bem-estar do corpo e do espírito” (p. 160).

Esse panorama geral da transmissão das “ideias” psicológicas no período pré-institucional no país indica temas e problemas que emergiram posteriormente de maneira sistematizada no campo da Psicologia. Para Massini (1990), “desde então, estão colocadas as raízes da psicologia brasileira, pelo menos quanto à definição dos objetos e dos fundamentos teórico-metodológicos necessários para a constituição de um saber sobre o sujeito” (p. 27).

1.2 Período da Psicologia Científica: séculos XIX e XX

Embora no processo historiográfico da Psicologia, o “historiador não se satisfaz com inaugurações oficiais, sempre se perguntando sobre que experiências, práticas e saberes estariam condicionando essa fundação” (FERREIRA, 2008, p. 13), “é quase um consenso entre os historiadores (...) o estabelecimento do século XIX como marco institucional do surgimento” da Psicologia Científica (FERREIRA, 2008, p. 13), ocorrido em 1879, através de Wilhelm Wundt, no Laboratório de Psicologia da Universidade de Leipzig, na Alemanha.

Nessa perspectiva, no Brasil, o processo inicial de institucionalização da Psicologia pode ser apontado desde a criação, em 1808, das faculdades de Medicina da Bahia e Rio de Janeiro (PESSOTTI, 2004), numa conjuntura política, social, econômica e cultural influenciada por diversos acontecimentos do século, entre eles: a vinda da família real para o país em 1808, a Independência em 1822, a Abolição da Escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889.

Nesse século, segundo Massini (2008), o país:

encontrava-se diante do desafio de tornar-se uma nação moderna, tendo um projeto unitário político, social e cultural. Um aspecto muito importante desse desafio consistia no fato de que a saúde, a educação, a religião, a moral e várias outras dimensões da experiência pessoal dos cidadãos começaram a ser gerenciadas ou controladas diretamente pelo aparelho estatal. Esse processo foi acompanhado por uma progressiva estruturação dos papéis sociais dos indivíduos, vindos estes a ser considerados como funções e produtos do processo social (p. 159).

Nesse sentido, o saber era um dos instrumentos que o poder público utilizava para garantir essa modernização. Assim, foram criadas as faculdades, outras escolas, cursos, bibliotecas, revistas, periódicos, laboratórios, em direção à consolidação desse objetivo (NETTO, 2004; MASSINI, 1990; 2008).

É nesse período também que a Psicologia, além de disciplina das faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, começa a ser lecionada em outras áreas do saber, como Filosofia, Direito, Pedagogia, Teologia e Moral. Massini (1990) destaca o ensino filosófico da Faculdade de Direito de São Paulo, para o qual “o estudo dos problemas da subjetividade é considerado como propedêutico à teoria e à prática jurídica” (p. 31). Segundo a autora, esse estudo estruturara-se em três fases consoantes às influências recebidas: a primeira, iniciada nas três primeiras décadas do século XIX, teria tido influência de Cabanis, Condillac, D’Holbach, da escola sensualista francesa, e do empirismo moderado de Antônio Genovesi; a segunda, instalada por volta de 1840, influenciada pelo ecletismo espiritualista de Victor Cousin; a terceira, pelo espiritualismo clássico alemão de Karl C. F. Krause.

Ainda de acordo com Massini (1990), a partir da década de 1870, “a influência do pensamento positivista na escola jurídica paulista tornar-se-à também mais evidente” (p. 33). Distingue, nessa linha, as obras de Pedro Lessa (1859-1921) e Luis Pereira Barreto (1840-1923), autor de *Três Filosofias* (1874), considerada a primeira obra que expressa fundamentalmente o pensamento comtiano no Brasil.

Distingue também o estudo da Psicologia, de influência tomista e, em alguns casos, do espiritualismo francês, nos seminários episcopais e nas escolas de formação religiosa de diversas ordens eclesiásticas, “como disciplina especulativa - parte da metafísica (e em particular da Pneumatologia, ou estudos dos espíritos)-, como conhecimentos práticos do comportamento humano no âmbito da teologia moral” (Massini, 1990, p. 33).

Com relação às faculdades de Medicina desse século, e de acordo com Massini (1990), Antunes (2004), Netto (2004), Pessotti (2004), Alberti (2003), entre outros, o estudo dos fenômenos psicológicos fazia parte do projeto de higiene social do país, no intuito da patologização dos comportamentos vistos como anormais à ordem pública e ao progresso.

Neste contexto, coloca-se o interesse pela psicologia presente nos currículos, nos manuais e na produção cultural da faculdade, na medida em que esta área do saber oferece meios para o controle social dos indivíduos e das populações (MASSINI, 1990, p. 38).

A Medicina tomara para si, além da responsabilidade de cuidar do estado físico das pessoas, doravante também o cuidado com sua moral, papel que outrora era da Ética, da Filosofia e da Teologia (MASSINI, 1990; 2008). De acordo com Pessotti (2004), “é notável a diversidade de campos estritamente psicológicos dos quais eles tratam” (p. 214).

Num outro patamar, a Psicologia também se faria presente no campo da Educação, através das reformas estaduais na educação do País, influenciadas pelo movimento do escolanovismo dentro das escolas normais, criadas em 1890 com o objetivo da formação de professores.

De acordo com Antunes (2004):

Essas reformas seguiam fundamentalmente os princípios da Escola Nova, tendo a Psicologia como um dos principais sustentáculos para a prática pedagógica, envolvendo estudos sobre desenvolvimento infantil, processos de aprendizagem, relações entre professores e alunos, além de dar início ao emprego de técnicas oriundas da Psicologia, como testes pedagógicos e psicológicos, utilizados como instrumentos de racionalização da prática educativa (p. 114).

No final do século XIX e início do século XX, a Psicologia iria ocupar espaços próprios no campo do conhecimento e das práticas das diversas áreas de saber do país, alicerçando-se principalmente nos pressupostos positivistas e caminhando para sua autonomia como disciplina científica. E para a concretização desse sentido, os laboratórios de Psicologia Experimental também contribuíram.

Com relação ao percurso histórico dos laboratórios de Psicologia no Brasil, de acordo com Netto (2004), “até 1934 o país não contava com universidades para sediá-los, os laboratórios brasileiros foram criados junto às instituições de ensino normal e elementar e em hospitais de alienados” (p. 154). Entre esses

destacam-se: o Pedagogium, criado em 1890, transformado em Laboratório de Psicologia Experimental em 1906, sob a direção de Manuel Bomfim; o Hospital Nacional, de 1907, coordenado por Maurício de Medeiros; a Liga Brasileira de Higiene Mental, de 1922, criada por Gustavo Riedel e dirigida por Alfred Fessard, Plínio Olinto e Brasília Leite Lopes; a Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, de 1923, dirigida por Waclaw Radecki, localizada no Rio de Janeiro.

Em São Paulo, podem ser mencionados os laboratórios de Amparo e Praça da República, de 1909 e 1912 respectivamente, idealizados por Clemente Quaglio, sendo o último, em 1914, reorganizado por Ugo Pizzoli; ainda na década de 20, o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, dirigido por Roberto Mange, que, junto com Leon Walther, implantou os laboratórios psicotécnicos do Serviço Nacional da Indústria; e também, em 1947, o Instituto de Seleção e Orientação Profissional – ISOP/FGV, coordenado por Emilio Miray Lopez. Destacam-se ainda, os laboratórios de Fortaleza, de 1922, sob a direção de Lourenço Filho, o Instituto de Psicologia, organizado em Pernambuco por Ulysses Pernambuco em 1925, e o laboratório da Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, de 1929, em Belo Horizonte, dirigido por Helena Antipoff, que também organizou a Sociedade Pestalozzi do Brasil (MASSINI 1990; ANTUNES 2004; NETTO 2004; PESSOTTI, 2004).

Todavia, conforme Netto (2004),

mudanças políticas e administrativas, recursos escassos, falta de estímulo à pesquisa e outras vicissitudes marcaram a história dos nossos primeiros laboratórios. Alguns desapareceram sem deixar vestígios. Outros envelheceram e não houve o cuidado de modernizá-los nem o de conservar seu equipamento antigo, que se desfez ou se perdeu. Outros ainda sofreram sucessivas mutações, funcionaram intermitentemente, ou foram absorvidos por outras instituições (p. 156).

Em direção à consolidação do ensino da Psicologia como disciplina científica autônoma, vale destacar ainda a proposta pioneira idealizada por Radecki, no governo provisório de Getúlio Vargas, que, através do decreto n° 21.173, de 19 de março de 1932, criou o Instituto de Psicologia do Rio de Janeiro, ligado diretamente ao Ministério da Educação e Saúde Pública. O órgão tinha como objetivos principais formar psicólogos e coordenar os estudos e pesquisas de psicologia geral e aplicada no país. Contudo, a experiência teve a curta duração de sete meses, o que, para Centofani (2004), ocorreu por falta de recursos

orçamentários e pressão de grupos, especialmente de médicos e da Igreja Católica. Entretanto, quatro meses após o fechamento do Instituto, ele seria reaberto, o Curso de Psicologia, reestruturado e oferecido a universitários e portadores de diploma de curso superior. Reiniciou, portanto, suas atividades em 1933 e, no ano de 1937, foi incorporado pela recém-criada Universidade do Brasil, quando a disciplina de Psicologia passa a ser ministrada nos três primeiros anos do curso de Filosofia.

Em 1931, na cidade de São Paulo, também se destaca a criação do Serviço de Psicologia Aplicada, com coordenação de Noemy Silveira Rudolfer, embrião do Laboratório Educacional, alicerce posterior da cátedra de Psicologia Educacional da Universidade de São Paulo, em 1934. A Psicologia tornara-se matéria obrigatória no ensino superior da Filosofia, das Ciências Sociais, Pedagogia e em todos os cursos de licenciatura, coordenada por Jean Mangué, Otto Klineberg e por Annita Cabral. Em 1938, deve-se mencionar a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), sob a coordenação de Lourenço Filho, quando a Psicologia da Educação foi levada a diversas instituições educacionais do país e do exterior.

O terreno ficou cada vez mais fértil quando foram criadas, em diversas instituições de ensino superior, cursos de Psicologia⁵. Por exemplo, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (1953), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1958), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1959), Universidade de São Paulo (1959) e Universidade Católica de Pernambuco (1961), entre outras.

Também surgiram as associações, destacando-se, em São Paulo: em 1945, a Sociedade de Psicologia; em 1949, a Associação Brasileira de Psicotécnica, que entregou ao Ministério da Educação, em 1953, um anteprojeto de formação em Psicologia e de regulamentação da profissão, reapresentado em 1957, quando obteve parecer favorável do Conselho Nacional de Educação. Destacam-se ainda: em 1954, a Associação Brasileira de Psicólogos; em 1952, a Sociedade de Rorschach. No Rio de Janeiro, em 1959, surge a Associação Brasileira de Psicologia e, no Rio Grande do Sul, em 1960, a Associação Brasileira de Psicologia Aplicada.

O terreno ficava, assim, preparado para a concretização e a consolidação da Psicologia Científica como ciência autônoma. Todavia,

⁵ O Apêndice C detalha todas as instituições que oferecem o Curso de Psicologia no Brasil, de 1953 ao mês de março de 2010.

O desenvolvimento da Psicologia no Brasil não pode ser compreendido apenas com base em fatores intrínsecos a essa área, sendo preciso reconhecer que tal processo ocorreu de forma indissociada das condições socioeconômica e políticas do país. O projeto de Brasil em implementação naquele momento foi um terreno fértil para o desenvolvimento da Psicologia, sobretudo porque esta trazia teorias e especialmente um conjunto de técnicas que podiam responder às demandas colocadas por uma nação que se estrutura para ingressar no mundo industrializado. Não por acaso, a psicologia da educação e a psicologia aplicada ao trabalho constituíram-se em importantes campos de atuação psicológica e, principalmente, da produção industrial, tendo no uso de testes um de seus mais efetivos meios de intervenção (ANTUNES, 2004, p. 136/137).

Em 1960, as Associações Brasileiras de Psicólogos e de Psicologia elaboraram um substituto ao projeto de reconhecimento da profissão que já estava na Câmara dos Deputados. Após vários debates, em 27 de Agosto de 1962, pela Lei nº 4.119, foi reconhecida a profissão de psicólogo e fixado um currículo mínimo⁶ para a sua formação profissional, apesar da resistência principalmente de grupos da classe médica, que não admitia o exercício da psicoterapia por profissionais que não fossem formados em Medicina.

Em 09 de Outubro de 1962, pela Portaria nº 227, foi constituída uma comissão para analisar os pedidos de registro profissional de psicólogos. Segundo Antunes (2004), a comissão era:

Lourenço Filho (presidente), padre Antonio Benko, Carolina M. Bori, Pedro Parafita Bessa e Ezzo Azzi. Essa comissão não deu início às atividades, pois faltavam atos complementares à lei. Em 1963, nova portaria garantiu as necessidades legais, e os trabalhos foram iniciados, mantendo-se os nomes da primeira comissão, com exceção de Enzo Azzi, que fora substituído por Arrigo Angelini. Nesse ano, a comissão recebeu 1511 pedidos para o registro profissional; no ano seguinte, cerca de quinhentos pedidos foram ainda recebidos; em 1969, foi reaberto por mais sessenta dias o prazo para tal solicitação. Os profissionais que receberam o registro por meio dessa comissão constituem-se nos primeiros psicólogos legalmente reconhecidos, cuja formação superior fora obtida principalmente em Pedagogia e Filosofia (p. 138).

A Lei nº 4.119 foi regulamentada pelo Decreto nº 53.464, de 21 de janeiro de 1964, que estabeleceu os critérios para o exercício profissional, formação, vida escolar, diplomação, entre outras disposições gerais e transitórias.

Em 20 de dezembro de 1971, a Lei 5.766 criou o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais,

⁶ Cf. Apêndice D.

dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo, em seu conjunto, uma autarquia, destinados a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe (Art 1ª da Lei 5.766/2012/71, não paginado).

De forma geral, essa foi a trajetória da Psicologia no país, trajetória que revela um processo de descontinuidades localizadas em vários contextos sociais, políticos e econômicos, que percorreram sua consolidação como saber científico, e que ficou cada vez mais enriquecida pela ampliação dos estudos historiográficos sobre o ensino da Psicologia em vários estados brasileiros, inclusive em Goiás. Neste, ele se constituirá perpassando os saberes e as práticas de várias áreas, principalmente as da Medicina e Educação, conforme a seguir.

1.3 O Percurso Histórico da Psicologia no Estado de Goiás

1.3.1 “Ideias” Psicológicas

A história da Psicologia em terras goianas, segundo Rodrigues (2007), é perceptível a partir do século XIX, quando já se encontram sinais que possibilitam “a incursão pela história dos saberes psicológicos em Goiás” (p. 58).

Como no caso da história da Psicologia no país, esses saberes foram descritos por viajantes, missionários, cientistas, jornalistas, entre outros. Nesses registros, encontram-se “aspectos referentes à mineração, ao relevo, à arquitetura, à paisagem, ao clima, à economia, à política e à população, desde o início da ocupação e povoamento do território goiano” (RODRIGUES, 2007, p. 58).

Nessas áreas, destacam-se as obras: *Memória sobre o Descobrimento, Governo População, e Cousas mais Notáveis de Goyaz* (1812), do padre Luiz Antonio da Silva e Souza; *Chorographia Histórica da Província de Goyaz* (1824), de Raymundo José da Cunha Mattos; *Memória sobre a Viagem do Pôrto de Santos à Cidade de Cuiabá* (1825), de Luiz D’Alincourt; *Viagem pelo Brasil* (1828), de Johann Baptiste von Spix; *Viagem no interior do Brasil* (1832), de Johann Emanuel; *Pluto brasiliensis* (1833), de Wilhelm Ludwig von Eschwege; *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil, compreendendo notícias históricas e geográficas do império e das províncias* (1845), de Daniel Parish Kidder; *Viagem ao interior do Brasil:*

principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841 (1846), de George Gardner; Viagem às Nascentes do Rio São Francisco (1847); Viagem à Província de Goiás (1847), de Auguste de Saint-Hilaire; Viagem ao Araguaia (1863), de José Vieira Couto Magalhães; Annaes da Província de Goyaz (1864), de José Martins Pereira de Alencastre; Apontamentos de viagem (1882), de Joaquim de Almeida Leite Moraes; Viagem às Terras Goyanas (Brazil Central) (1882), de Oscar Leal (RODRIGUES, 2007)

De acordo com Rodrigues (2007), essas obras tratam de questões como:

Características comportamentais, traços de caráter, emoções, temperamento, habilidades, talento, destreza, aptidões, inteligência, aprendizagem, desenvolvimento intelectual, moralidade, educação e criação dos filhos, costumes, hábitos, relações sociais, papel da mulher, gestação, parto, amamentação, diferenças entre raças, diferenças individuais e autoconhecimento (p. 59).

Não são especificamente estudos psicológicos, vez que são obras das mais diversificadas áreas. Todavia, e é importante destacar, são textos influenciados pelas concepções do inatismo⁷, ambientalismo⁸ e interacionismo⁹ principalmente (RODRIGUES, 2007), e, por meio deles, podem-se constatar as diversas reflexões sobre as “ideias” psicológicas existentes em terras do cerrado goiano. Essas reflexões, segundo Rodrigues (2007), demonstram: “uma preocupação com aspectos relacionados ao comportamento, à afetividade, à sociabilidade, à cognição, à motricidade, entre outros elementos” (p. 95).

⁷ “A teoria inatista se fundamenta em uma concepção de ser humano inspirada na filosofia racionalista e idealista. O racionalismo se norteia pela crença de que o único meio para se chegar ao conhecimento é por intermédio da razão, já que esta é inata, imutável e igual em todos os homens. Para o idealismo, o real é confundido com o mundo das idéias e significados”. Cf. ABREU, Alberto. Disponível em: <http://albertoabreu.wordpress.com/2006/07/18/inatismo/>. Acesso: em 03/06/2010.

⁸ “A concepção ambientalista de ser humano está fundamentada na filosofia empirista e positivista. O empirismo pressupõe que o conhecimento ocorre a partir da experiência sensorial e dela deriva. O positivismo se baseia numa suposta harmonia do social, semelhante à das leis naturais, entendendo que a criança é regida por leis do tipo natural. A ciência, ao projetar objetividade e verdade, tenta se constituir como neutra, negando todo o comprometimento ideológico que a perpassa. O cientista pretende, em qualquer campo do conhecimento, agir com espírito objetivo, neutro, livre de juízo de valor, de ideologia, tentando se omitir das contradições sociais”. Cf. ABREU, Alberto. Disponível em: <http://albertoabreu.wordpress.com/2006/07/18/ambientalismo/>. Acesso: em 03/06/2010.

⁹ O interacionismo: “no campo da psicologia fisiológica, a perspectiva que representa um confronto direto contra as tradicionais abordagens *reducionistas*. Mais do que ver a fisiologia como a causa direta do comportamento, uma perspectiva interacionista enfatiza as maneiras como o ambiente, a cognição e a fisiologia podem afetar-se reciprocamente entre si, de modo que cada um pode influenciar o outro na realização de um dado efeito. Dentro dessa abordagem, as variáveis fisiológicas que são normalmente consideradas como causas podem também ser consideradas como resultados” (STRATTON e HAYES, 1997, p. 132).

Contudo, como ocorreu em outros estados brasileiros, e em Goiás não foi diferente, foi no campo do conhecimento da Medicina e da Educação, e especialmente nas práticas dessas duas áreas, que surgiram as “ideias” psicológicas.

Com relação à Medicina, a cultura médica brasileira, no século XIX, utilizou-a com instrumento de higienização social (MASSINI, 1990). Em Goiás, esse mesmo processo de regulação do comportamento dos indivíduos por meio da vigilância sanitarista também seria observado nesse período, como nos aponta Rodrigues (2007):

No Estado de Goiás, durante o período imperial, havia uma tentativa do poder público de regular o comportamento dos indivíduos adotando como instrumento a vigilância sanitária. Existia uma aliança entre os discursos médicos e políticos no que diz respeito a uma adequação dos hábitos e comportamentos como representação de um ideário eugênico e higienista que se descortinava nos espaços e se materializava nas práticas médicas. (p. 100)

Esse processo se consolidará em 1826, com a inauguração do Hospital de Caridade São Paulo Pedro Alcântara, na cidade de Goiás, o primeiro hospital de atendimento a civis em terras goianas¹⁰. O seu modelo sanitarista se alicerçava nos pressupostos da medicina francesa, que consistiam nas implicações dos efeitos ambientais no organismo, apoiando-se na noção de salubridade do indivíduo. (RABELO, 1997).

Nesse hospital,

buscava-se uma totalidade, uma mudança de hábitos e costumes enraizados não somente na região dos “Guayazes”, mas em todo o país. Ele se torna uma escola, um local onde se ensinaria (*sic*) novos hábitos de higiene física e mental – individual - para serem difundidos no espaço privado popular. Os doentes seriam os privilegiados a desfrutarem de tanto conforto ou de tais hábitos (Moraes *apud* Rodrigues, 2007, p. 101).

Ainda dentro dessa política sanitarista, esteve a criação, em 1850, dos cemitérios como processo de saneamento urbano.

A partir desse período, então, as práticas de higienização dos espaços públicos, cemitérios, hospitais e cadeias passaram à tônica da área da Medicina, cujo intuito de controle do comportamento dos habitantes e limpeza das cidades implicava tornar as pessoas aptas ao trabalho. Esse processo se consolidaria em

¹⁰ “Até a época da fundação do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, nenhum médico havia trabalhado em Goiás, e não existia nenhum hospital que tratasse dos civis, pois o Hospital Militar, no século XVIII, era destinado exclusivamente a soldados (Karasch, *apud* Rodrigues, 2007, p. 101).

1900, com a criação da Repartição de Higiene no Estado de Goiás, que organizava e fiscalizava o serviço sanitário estadual (MORAES, 1995; RODRIGUES, 2007).

Para Rodrigues (2007), essa prática médica sanitária demonstra que

ainda que ao longo do século XIX não houvesse cientificamente a demarcação da psicologia como área de conhecimento, deve-se dizer que havia saberes psicológicos dispersos no interior de outros campos. Destarte, é necessário ressaltar uma correlação entre os conhecimentos emanados da medicina e os mencionados saberes. Trata-se principalmente de referências acerca do estabelecimento de padrões de comportamento necessários à convivência no interior da sociedade capitalista (RODRIGUES, 2007, p. 105).

Entretanto, será no campo da Educação que as “ideias” psicológicas encontrarão terreno de desenvolvimento, e podem ser observadas “nas preocupações com as formas de aprender, de ensinar, com o processo de desenvolvimento do educando, e com as maneiras de socialização” (RODRIGUES, 2007, p. 106).

Nessa direção, no período colonial (1500-1822), o ensino das escolas régias (1878 a 1825) seria marcado pela preocupação com as regras de convívio social e boas maneiras. Segundo Bretas (1991):

Ao ensino do Catecismo se dava particular importância. As regras de Civilidade vinham completar este reduzido conjunto de conhecimento e práticas que se podiam exigir do homem comum. Estas Regras se resumiam no familiarizar os meninos com as boas maneiras de comportamento perante os pais, os parentes e as outras pessoas da sociedade, com as quais teriam que conviver” (p. 73/74)

No período Imperial (1822-1889), seria promulgada a primeira Lei Orgânica do Ensino Brasileiro, em 15 de outubro de 1827, e criadas, nas cidades com maior densidade de habitantes, as Escolas de Primeiras Letras para ambos os sexos¹¹, dentro do alicerce teórico do Método Lancaster¹². Esse método observava

¹¹ Havia diferenças no currículo de homens e mulheres, segundo Rodrigues (2007): “Para os meninos, o currículo era (leitura e escrita, aritmética, noções de geometria prática, gramática da língua nacional, moral cristã e doutrina da Religião Católica); sendo que para as meninas, eram ensinadas as mesmas matérias, restringindo a aritmética às quatro operações, excluindo a geometria e substituindo-a por prendas domésticas” (p. 109).

¹² Também conhecido como ensino mútuo ou sistema monitoral, esse método pregava, dentre outros princípios, que um aluno treinado ou mais adiantado (decúria) deveria ensinar um grupo de dez alunos (decúria), sob a orientação e supervisão de um inspetor. Ou seja, os alunos mais adiantados deveriam ajudar o professor na tarefa de ensino. Essa ideia resolveu, em parte, o problema da falta de professores no início do século XIX no Brasil, pois a escola poderia ter apenas um educador. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=273>. Acesso em 04/06/2010.

especialmente as práticas disciplinadoras dos indivíduos e de controle social, evidenciando uma política de controle da população, seus comportamentos e hábitos por meio da educação.

Em 1834, o Ato Adicional à lei permitiria às províncias criar, organizar e manter o ensino primário e secundário em seus territórios (CUNHA, 1986; RODRIGUES, 2007).

Essa política educacional do Império se concretizou em Goiás, em 1835, quando se aprovou a primeira lei de ensino do Estado, Lei nº 13, de 23 de julho de 1835, que estabeleceu a obrigatoriedade da escolarização primária e secundária, embora não determinasse o papel do Estado na oferta desse ensino. Na lei, nenhuma preocupação com a formação dos professores. No entanto, num processo contraditório, autorizava o funcionamento de escolas particulares e a cobrança de multa para os pais que não colocassem seus filhos na escola (CANEZIN E LOUREIRO, 1994; RODRIGUES, 2007).

O cenário da Educação em Goiás de 1835 a 1846 revela então os grandes problemas da instrução pública na Província, descritos por Bretas (1991):

Primeiro, a evasão escolar. Os pais pouco se interessavam pela educação de seus filhos, e, quando os levavam à escola, mal aprendiam alguma coisa, os retiravam para ajudá-los nos seus serviços. Segundo, o despreparo dos mestres para o magistério. Não havia nos arraiais, vilas e cidades pessoas que soubessem ler, escrever e contar suficientemente para ensinar. Terceira, baixa remuneração dos mestres (...). Quarto, muito pequeno o número de matrículas, em relação à população infantil da província. Quinto, a ineficiência da fiscalização escolar. (...) e Sexto, a pobreza das instalações escolares e a falta absoluta de material didático. (p. 205).

Em 1846, foi criado o Liceu de Goiás, na cidade de Goiás, como um projeto educacional para solucionar as questões enfrentadas até então. Vale destacar que ele se tornaria um marco da institucionalização do ensino secundário em Goiás e trazia, instituídas, algumas novidades, como novas disciplinas, o cargo vitalício para o professor e a função de diretor, entre outras, além de ser a única instituição do ensino secundário na Província até o ano de 1868¹³ (BRETAS, 1991; RODRIGUES, 2007).

¹³ Colégio Nosso Senhor do Bonfim (1868), primeiro estabelecimento particular de ensino secundário do Estado de Goiás. A partir desse ano surgem outras instituições do ensino secundário, entre os quais se destacam: Colégio Isabel (1870), Seminário Episcopal (1872). (BRETAS, 1991).

No entanto, esse projeto não resolveu a questão educacional do Estado. Segundo Canezin e Loureiro (1994):

Durante esse período, em que se delineia um incipiente projeto de instrução pública, a Igreja Católica teve presença notória na forma de organização do ensino. A função de inspetor ou delegado paroquial, a quem competia fiscalizar as escolas públicas e particulares, a frequência de professores e alunos, etc, era, em geral assumida pelo pároco, que coordenava as atividades das vilas e cidades que estavam sob seu domínio (p. 19).

É nesse contexto que surge a Escola Normal em Goiás, de acordo com Canezin e Loureiro (1994): “criada em 1858, recriada em 1882, persistindo de 1884 a 1886” (p. 09). Esse processo demonstra a fragilidade das políticas do ensino de Goiás com relação à formação dos professores goianos.

Na Escola Normal, noções de Psicologia estarão presentes na disciplina Pedagogia, conforme se constata no programa escolar da disciplina, que aponta a necessidade de o professor, em sua formação, conhecer os “princípios de psychologia. Necessidade que tem o educador de conhecer as leis que presidem a evolução da intelligencia” (CORREIO OFICIAL nº18, de maio de 1884, *apud* RODRIGUES, 2007, p. 115).

Em 1886, com a reorganização do Liceu, instituída pelo Ato Presidencial nº 4.116, de 29 de dezembro, noções psicológicas também estarão presentes na programação do curso de Filosofia: “noções ontologias, psychologica, lógica, moral theodissea, rapido esboço da história da philosophia” (ATO PRESIDENCIAL nº 4.116, de 29 de dezembro de 1886, *apud* RODRIGUES 2007, p. 118).

Em 1887, para realizar os exames preparatórios da disciplina Filosofia, o conteúdo da Psicologia era assim distribuído:

O composto humano, passagem da physiologia á psycchologia. Dos factos psychologicos. Faculdades da alma.
 Da sensibilidade em geral. Da sensibilidade physica. Das sensações. Da sensibilidade intellectual e moral. Sentimentos e afeições.
 Da intelligencia em geral. Da consciência ou pecpção intima.
 Da percepção externa. Elementos da percepção. Os sentidos e seus erros.
 Das idéas em geral: definições, differenças características, origem e formação.
 Da atenção. Da reflexão. Da comparação.
 Da razão pura. Noções e verdades primárias.
 Do júzo. Do raciocinio.
 Da memoria. Da associação das idéas.
 Da abstração. Da generalisação. Da imaginação.
 Da linguagem: definição. Differenças, classicação, origem e actualidade.
 Da vontade: do instincto e habito. Da actividade livre.

Da liberdade e suas provas: Dificuldades e theorias.
Da unidade, identidade e espiritualidade da alma. Argumentos e objeções.
União da alma com o corpo. (CORREIO OFICIAL nº28, 23 de junho 1887,
apud RODRIGUES, 2007, p. 118/119).

Para Rodrigues (2007), essa programação não tratava apenas de noções de psicologia, “dada a complexidade dos conteúdos programáticos,” (p. 119), mas revelava, especialmente, que o processo de institucionalização da Psicologia encontra terreno fértil na Educação, o que, no decorrer do período republicano (1889), contribuirá para o desenvolvimento dessa ciência em terras goianas.

1.3.2 A institucionalização da Psicologia em Goiás: a política educacional goiana no período de 1930 a 1970

Na década de 1930, o projeto educacional goiano encontraria um novo cenário, vez que a administração política do Estado passaria para as mãos das oligarquias da região Sul-Sudoeste¹⁴, região rica e desenvolvida, representada pelo Interventor Federal Pedro Ludovico Teixeira. Pedro Ludovico tomou diversas medidas, entre elas a transferência da capital do Estado para Goiânia, garantindo e consolidando Goiás no contexto da economia de mercado e acumulação de capital, em comunhão com os princípios estabelecidos nacionalmente pelo governo de Getúlio Vargas.

A construção de Goiânia consolidava a campanha nacional da “Marcha para o Oeste”. Na cidade ocorrera, segundo Palacín (1994): “uma impressionante explosão urbana, com o desenvolvimento concomitante de todo tipo de serviços (a educação especialmente)” (p. 111).

A consolidação do projeto de expansão do capitalismo no Estado de Goiás significava romper com a mentalidade das oligarquias¹⁵, que detinham o poder antes de 1930 e colocavam o Estado à margem do que estava ocorrendo nacionalmente. A ideia de renovação dessas estruturas ganharia força e corpo, mas, para serem concretizadas, precisavam, segundo Nepomuceno (1994), da

¹⁴ Para Canezin e Loureiro (1994), na prática não houve uma mudança de classe, mas uma nova direção política no Estado, mais afinada com a expansão do capital.

¹⁵ Essas famílias, em geral compostas de proprietários de terras, tiveram suas origens na descoberta e povoamento de Goiás e entrelaçaram-se em casamentos endogâmicos. Esses clãs familiares, assentados na figura do “coronel”, constituíram grupos políticos fechados que dominariam econômica e politicamente Goiás desde o Império até 1930. (CANEZIN E LOUREIRO, 1994, p. 19). Entre essas famílias se destacavam: os Bulhões, os Fleuryrs, os Caiados e os Siqueiras.

superação das dificuldades postas por uma infra-estrutura básica inexistente (saúde, transporte, justiça, força policial, energia, educação).

Formação de um quadro de pessoal competente, compatível e necessário à sustentação do projeto político-ideológico.

Divulgação e venda da imagem de um governo forte, nacionalista voltado para os interesses gerais e sobretudo regionais; a divulgação e venda da imagem de um governo comprometido com o “Homem Goiano” e não com os interesses das frações oligárquicas que esse governo representava. Um governo “solidário” com o povo de sua terra, e com determinação suficiente – encarnada na figura de seu líder máximo - para conduzir Goiás aos caminhos do progresso e da civilização.

Propaganda que exaltava e simultaneamente divulgava as potencialidades de Goiás, suas riquezas naturais e a “coragem” do sertanejo goiano, o que tornava esse espaço atrativo para o capital (p. 31/32).

A educação era um das bandeiras levantadas para a concretização desse projeto: “A educação terá, daqui para o futuro, poder infinitamente maior sobre o progresso” (RELATÓRIO de 1933)¹⁶. Os problemas da educação do território goiano eram vastos, e, entre eles, estavam o alto índice de analfabetismo da população e a existência de poucas instituições escolares e em precárias condições de infraestrutura para o ensino.

Os novos caminhos da educação goiana surgiram nesse contexto, apregoando uma educação gratuita e moderna, como um direito de todos, alicerçada nos princípios liberais e nos pressupostos do ideário da Escola Nova.

Segundo Nagle (2001), esses pressupostos, ao longo da história, compreendem duas fases: uma preparatória – final do Império até a segunda década do século XX: e uma segunda fase de difusão e realizações.

O Movimento da Escola Nova, na década de 1920, encontrara terreno para sua propagação nas instituições educacionais do país, principalmente na reorganização da instrução pública do Distrito Federal. Todavia, marcaria sua presença no Estado de Goiás bem antes desse período da década de 1930.

De acordo com Canezin e Loureiro (2004), a Lei n° 527, de 07 de julho de 1916, já oficializava os princípios escolanovistas na Educação do Estado, posto que, nela, já se observava a influência da Psicologia, principalmente nos artigos 19 e 36. O artigo 19 determinava que o ensino primário teria “feição essencialmente intuitiva, formando um complexo de processos tendentes a substituir no aluno, pela reflexão e observação, o esforço da memória”; o artigo 36 destacava que os professores, pela sua benevolência, solicitude e outros meios, deveria procurar atrair a atenção e o

¹⁶ Relatório enviado ao Presidente Getúlio Vargas, pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, sobre sua atuação e medidas tomadas rumo ao desenvolvimento do Estado. Esse relatório especifica várias ações em diversas áreas.

interesse do aluno, afastando a ideia de que a escola seria local de castigo ou mesmo de prisão. Segundo as autoras, “percebe-se, nestes dois artigos, um deslocamento do esforço e da disciplina da pedagogia tradicional para o interesse e a espontaneidade da pedagogia escolanovista” (p. 53).

Outra marca evidente da presença dos ideais escolanovistas estava na presença da Psicologia no ensino. Antes da intervenção federal no Estado, era o Decreto nº. 8.538, de 12 de fevereiro de 1925, que, no seu artigo 15, regulamentava o programa de ensino dos grupos escolares. O artigo 47 tratava do disciplinamento dos alunos, vinculando-o à postura do professor, cuja atuação deveria substituir a repressão pela prevenção. Os artigos 59 e 61 estabeleciam as diretrizes pedagógicas nas salas de aulas (RODRIGUES, 2007).

Ainda, com o intuito de implantar o projeto renovador da Escola Nova no ensino primário e normal em Goiás, o Interventor do Estado, Pedro Ludovico Teixeira, articulava, junto ao governo de São Paulo, a vinda do chamado grupo da “missão pedagógica paulista”, formada por técnicos em ensino normal e métodos pedagógicos, diretores de ensino e especialistas em educação física.

Segundo Rodrigues (2007),

Além de promover uma reforma de ensino no Estado, ministrar cursos de aperfeiçoamento para docentes e manter-se frente à administração da Escola Normal, a Missão pedagógica paulista veiculou teorias, métodos e práticas alicerçadas nas formulações de Decroly, Montessori, Dewey, Pestalozzi, Claparède e Ferrière (p. 135/136).

Dessa forma, consolidava-se o pensamento escolanovista em Goiás. E, ainda segundo Rodrigues, “a partir desse período em Goiás, a psicologia começa a figurar, de maneira explícita, nas discussões acerca da educação, como resposta às dificuldades do professor e sua prática pedagógica” (2007, p. 141).

Essa condição pode ser amplamente notada nos decretos e leis, cujo destaque é a Lei nº. 908, de 29 de julho de 1930, que tratava da regulamentação do Ensino Normal, incluía a disciplina Psicologia no currículo e

permitia ao professor melhor conhecer as características pessoais e o ritmo próprio de cada aluno e atender aos seus interesses; levaria o docente a utilizar-se da escola como ambiente estimulador da descoberta, intuição e invenção e, por outro lado, permitiria entender que nada se pode impor de fora para dentro, pois criança interessada encontra autoridade em si mesma, estruturando, conseqüentemente, no grupo, regras de convivência social (BRZEZINSKI, 1987, p. 113).

Com o Decreto nº. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930, o Governo demonstraria a sua preocupação com a educação das crianças e com o papel da escola nesse processo. Essa preocupação pode ser vista no artigo 61 desse Decreto, que tratava essencialmente da função da escola, que não seria apenas a de transmitir noções, mas também a de sociabilizar a criança. O mesmo ocorre com o artigo 63, que dispunha sobre a valorização das experiências da criança ou sobre uma educação voltada para os seus interesses, isto é, voltada para a vida.

Nessa direção, para atingir os objetivos estabelecidos pelos decretos anteriores e em consonância com as políticas liberais de formação dos trabalhadores, o Decreto nº. 659, de 28 de janeiro de 1931, regularia o Ensino Normal e Complementar do Estado. A Psicologia aparece no currículo de Formação do Magistério como disciplina à parte da Pedagogia, oferecida no terceiro e quarto anos do Curso Normal, no último ano lecionada juntamente com a Pedagogia, ambas com carga-horária de três aulas semanais (RODRIGUES, 2007).

Nesse período, também ocorre e encontra seu ápice o debate entre o movimento escolanovista e os segmentos da iniciativa privada em torno da Educação, que deixaria reflexos nas políticas educacionais posteriores. As influências da Psicologia continuam presentes nas práticas pedagógicas e na formação dos professores, como se pode constatar no Decreto nº. 2.760, de 23 de dezembro de 1932, que trata do programa do Ensino Primário e do processo de desenvolvimento de suas disciplinas:

lições cingidas ao programa do Grupo serão práticas, concretas, essencialmente empíricas e com exclusão completa das regras abstratas (...) As faculdades das crianças serão desenvolvidas gradual e harmonicamente, por meio de processos intuitivos, tendo o professor sempre em vista desenvolver a observação (CORREIO OFICIAL *apud* RODRIGUES, 2007, p. 153).

Esses decretos refletem uma política educacional então vigente, “reprodutora das condições sociais de dominação, sendo a educação vista como possibilidade de alcançar o progresso, superar as desigualdades e formar um tipo novo de indivíduo, adequado ao novo padrão de trabalho que se estabelecia” (RODRIGUES, 2007, p. 151/152)

Mas, nesse período, além dos decretos, existiram os marcos de consolidação do escolanovismo em Goiás. Entre esses, destaca-se a criação, em 1933, da *Revista de Educação e História de Goiás*, com o objetivo de divulgar teses

pedagógicas e o ideário da Escola Nova. A publicação tinha a obrigatoriedade da assinatura e da leitura por parte dos professores. De acordo com Rodrigues (2007), “Alguns artigos publicados no periódico evidenciam uma discussão que aponta para a psicologia como fundamento teórico das práticas pedagógicas adotadas” (p. 142).

Ainda um outro exemplo pode ser o cinema educativo, com os mesmos propósitos da revista e além deles: instrumento para os professores e meio de atingir os alunos e as famílias com conteúdos voltados às práticas educativas. Os filmes exibidos poderiam ser somente os liberados pela Diretoria do Interior.

Também o VIII Congresso Brasileiro da Educação, realizado em 1942, ajudou a consolidar a Escola Nova em terras goianas: trouxe a Goiânia grandes intelectuais da educação brasileira com o objetivo de discutir os problemas da educação primária fundamental e o foco voltado para os problemas do ensino rural.

Outra evidência pode ser percebida no campo das questões sociais. De acordo com Rodrigues (2007), houve o deslocamento do âmbito da produção para o âmbito educacional. O Governo, ao mesmo tempo em que subsidiava a expansão do ensino privado, incentivava e ampliava o ensino normal. Esse paradoxo sustentou-se no Manifesto de 32¹⁷, que, para Nepomuceno (1994), deixou clara a postura dos escolanovistas com relação à inserção do ensino privado na educação, ou seja, seria permitida “desde que submetida à fiscalização estatal. Esta apoiou-se na justificativa dos poucos recursos estaduais existentes, que impossibilitavam ao Estado arcar sozinho com os custos da educação” (p. 51).

A disciplina Psicologia ainda continuaria nas políticas educacionais do Estado quando da adequação da Lei Orgânica Federal do Ensino Normal nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946. No mesmo sentido, agiu o Decreto nº. 774, de 31 de dezembro de 1948, que tratava do ensino normal em Goiás:

O ensino normal, por esse decreto, deveria organizar-se em dois ciclos; o primeiro, responsável pela formação de regentes de ensino primário em

¹⁷ Documento elaborado por Fernando Azevedo e assinado por diversos educadores brasileiros e líderes do chamado Movimento de Renovação Educacional. O Manifesto dos Pioneiros de 1932, denominação pela qual ficou conhecido, trazia como subtítulo “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”. Assinaram o “Manifesto” os chamados pioneiros: Fernando de Azevedo, Afranio Peixoto, A. de Sampaio Doria, Anísio Spinola Teixeira, M. Bergstrom, Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venancio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Garcia de Rezende Nobrega da Cunha, Paschoal Lemme, Raul Gomes.

quatro anos; e o segundo, destinado à promoção de formação de professores primários em três anos (RODRIGUES, 2007, p. 177).

A Psicologia, conforme o Decreto, estava presente no primeiro ciclo, com uma carga-horária de 04 aulas semanais; no segundo ciclo, a disciplina Psicologia Educacional era oferecida no segundo e terceiro anos, com três aulas semanais (CANEZIN, LOUREIRO, 2004; RODRIGUES 2007).

O Decreto ainda instituiu, segundo Rodrigues (2007), cursos de especializações, com a Psicologia presente em todos eles: Curso de Educação Pré-primária: Psicologia do Pré-escolar; Curso de Didática Especial do Curso Complementar Primário: Psicologia das Matérias de Ensino; Curso de Didática Especial do Ensino Supletivo: Psicologia do Adolescente e do Adulto; Curso de Didática Especial de Desenho e Artes Aplicadas: Psicologia do Desenho Infantil; Curso de Didática Especial de Música e Canto: Psicologia da Música e do Canto.

Com a Lei nº 2.580, de 17 de setembro de 1959, foram instituídos três tipos de estabelecimentos do ensino normal:

- a) Ginásio Normal ou Escola Normal Elementar, de nível ginásial, com quatro séries anuais;
- b) Colégio Normal ou Escola Normal Secundária, com curso ministrado no Instituto de Educação e nas Escolas Normais Secundárias, com três séries anuais após o curso ginásial;
- c) Instituto de Educação e Escola Normal Superior, com cursos de especialização ministrados no Instituto de Educação e nas escolas normais secundárias nas seguintes modalidades: ensino rural, intensivo de administração escolar, educação pré-primária, educação de crianças excepcionais, ensino primário complementar, ensino de desenho e artes plásticas, ensino de música, canto orfeônico, educação física, recreação e jogos (CANEZIN, LOUREIRO, 1994, p. 109/110).

A Psicologia estava presente no nível ginásial, com a disciplina Psicologia da Criança, com carga-horária de quatro aulas semanais no terceiro ano do curso. Assim como no nível normal superior, com a disciplina Psicologia Educacional, com cinco aulas semanais, no segundo ano do curso.

Vale ressaltar que, concomitante a essa nova reforma das escolas normais, a recém-criada Universidade de Goiás (1959) oferecia o Curso de Pedagogia, segundo Brzezinski (1987), com as mesmas disciplinas do Curso Normal Superior, exceto Português e a complementação em Matemática. Nesse período, vários debates entre as forças políticas e segmentos da iniciativa privada, com representação da Igreja Católica, se fizeram em torno da formação dos professores

pelo Ensino Normal Superior, cujo desfecho foi o fechamento do curso no Instituto de Educação (BRETAS, 1991).

Com a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que tratava das diretrizes e bases da educação, descentraliza-se e racionaliza-se o Sistema Nacional de Educação. O Estado de Goiás, seguindo as orientações da Lei, cria o Conselho Estadual de Educação de Goiás, com a Lei nº 4.059, de 17 de maio de 1962, nas atribuições de organizar e administrar o ensino goiano. Entre as várias medidas tomadas pela Secretária de Educação, referendada pelo Conselho, esteve a substituição da Escola Normal pelos Centros de Treinamento de Professores Primários.

A estrutura dos cursos desses Centros era constituída, de acordo com Canezin e Loureiro (2004), “de dez meses em regime de tempo integral, com atividades divididas em tempo igual para teoria e prática” (p. 122). No currículo de formação, a Psicologia era uma das disciplinas de conteúdo teórico. Contudo, Canezin e Loureiro (1994) alertam:

A proposta dos centros de treinamentos continha a concepção de que o profissional deveria ter uma formação essencialmente prática, entendendo que é na prática que a teoria adquirida deve ser testada e assimilada. Essa concepção de formação de natureza prática, de treinamento direto como solução para a formação de professores adequada ao mercado de trabalho era uma tendência presente na década de 50, a qual se materializou nos centros de treinamento em 60.

A proposta de solucionar questões educacionais por meio da criação dos centros de treinamento representou a forma desejada pelos organismos internacionais de investimento político-financeiro nos países da América Latina. A criação dos centros de treinamento, aparentemente restrita à ideologia da planificação, sustentava a articulação das forças presentes no governo Mauro Borges e inseria-se em um contexto mais amplo da lógica da “ideologia desenvolvimentista” assentada nas relações de dependência, Estados Unidos - América Latina (1994, p. 124).

Com a Lei nº. 4.240, de 09 de novembro de 1962, uma comissão formada pelo Conselho Estadual de Educação e funcionários da Secretaria de Educação reorganizou o Sistema Estadual de Ensino, em vista da formação de professores, orientadores, superiores e administradores escolares para o ensino primário. A Psicologia continuou presente no currículo, pois a lei não alterou as disciplinas do Curso Normal Ginásial.

Com o golpe militar, o sistema educacional passaria por uma reestruturação. Em Goiás, o currículo do Curso Normal foi alterado em 1969 pelo

Conselho Estadual de Educação, mas a Psicologia Geral continuou figurando como uma das disciplinas básicas, com uma carga horária de 02 horas semanais no primeiro ano de formação. Com relação à formação profissional, as disciplinas Psicologia Evolutiva e Psicologia Educacional apareciam com 02 horas semanais, a primeira oferecida no segundo ano de formação e a outra, no terceiro ano (CANEZIN, LOUREIRO, 1994).

Os conhecimentos institucionalizados da Psicologia tiveram grande influência na educação goiana, especificamente na formação dos professores e no auxílio aos processos pedagógicos com as crianças.

Essa trajetória da Psicologia no Brasil e conseqüentemente em Goiás alicerçou a criação do Curso de Psicologia no ensino superior das terras goianas, inserido no contexto das políticas educacionais do ensino superior do país. Disso trataremos a seguir.

2. O Ensino de Graduação em Psicologia no Brasil

Para julgar adequadamente o passado, o historiador das ciências deve conhecer o presente; deve conhecer o melhor possível a ciência cuja história se propõe escrever. E é nisso que a história das ciências, queiram ou não, tem grande afinidade com a atualidade da ciência.

Gaston Bachelard

Este capítulo problematiza o processo de expansão do ensino superior no período de 1961 a 2010. Para tanto, considera o papel do Estado por meio da emissão de leis e decretos e contextualiza a expansão do Curso de Psicologia e o posicionamento das entidades, tanto das instituições de ensino como daquelas representativas dos psicólogos. Por fim, procura demonstrar a estrutura do ensino da Psicologia na atualidade.

2.1 As Políticas Educacionais: expansão do ensino privado

No período da ditadura militar, o país assiste a uma proliferação de instituições privadas de ensino superior, ocorrida por meio da

pressão constante de tendências modernizadoras que partiam do interior do País, dos Estados Unidos e de organismos econômicos, educacionais e culturais internacionais, e sob o desafio crescente da rebelião, a reação conservadora preferiu tomar a liderança política da “reforma universitária”. Iria, portanto, modernizar sem romper com as antigas tradições, sem ferir interesses conservadores. Ao mesmo tempo iria controlar a inovação” (FERNANDES *apud* CUNHA, 1978, p. 230/231).

Esse processo fora desencadeado pela lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que, segundo Aguiar (2008): “permitiu que os empresários da educação ocupassem cargos nos conselhos de educação em nível federal e estadual” (não paginado).

Especificamente sobre o ensino superior, o Decreto nº 63.341, de 1º de outubro de 1968, estabelecia os critérios do processo expansionista. Partia da exigência de que

essa expansão fosse evitada nas áreas já saturadas e que unidades de ensino destinadas à formação de pessoal para essas áreas pudessem ser transformadas em escolas voltadas para as carreiras nas quais houvessem déficit de profissionais. Além disso, previu que, no financiamento da expansão, fosse adotada rigorosa orientação no sentido de que os programas de obras e equipamentos evitassem o desperdício. (...) para assegurar as condições racionais de financiamento, foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pela Lei 5.537, de 21 de novembro de 1968 (ROMANELLI, 1978, p. 227).

O documento que possibilita o entendimento das medidas adotadas por essa política é o relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), criado em 1968 pelo MEC para estudar medidas de resolução da crise universitária da época (CUNHA, 1978; ROMANELLI, 1978).

Segundo Romanelli (1978):

Quanto à expansão do ensino superior, por sinal aspecto mais importante da crise, a proposição foi a de que essa expansão obedecesse a uma política de expansão integral do ensino, (...) E ainda, quanto ao ensino superior, sugeriu que fossem estabelecidas metas mínimas, cuidando-se, no entanto, para que essas metas considerassem ao mesmo tempo o crescimento da demanda e as condições do mercado de trabalho. As providências a tomar, quanto a essas metas seriam:

- a) evitar a continuação do problema dos excedentes e concentrar o aumento das vagas em carreiras prioritárias para o desenvolvimento econômico;
- b) corrigir o descompasso entre a composição da oferta e a composição da demanda de vagas, controlando a expansão das áreas atendidas;
- c) corrigir as distorções do ensino médio que levavam técnicos desse nível a procurar formação superior, agravando o problema da demanda;
- d) acompanhar a evolução do mercado de trabalho para eliminar os obstáculos à absorção dos diplomados (p. 224).

Para Cunha (1978), o resultado do trabalho desse grupo seguia implicitamente as indicações do relatório do Convênio MEC-USAID para o ensino superior, efetivado entre o Brasil e os Estados Unidos: “o GTRU deixa claros os marcos que balizam as suas recomendações: a expansão das vagas no ensino superior é desejável e necessária; (...) logo, é preciso encontrar uma maneira de o sistema se expandir com um mínimo custo” (CUNHA, 1978, p. 241/242).

Essas políticas educacionais e a expansão do ensino superior foram concretizadas pela Reforma Universitária, Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968, e pelo Decreto nº. 464, de 11 de fevereiro de 1969, que “vieram reafirmar princípios já adotados em legislação anterior e a estrutura, já em implantação” (ROMANELLI, 1978, p. 228). Entre as suas principais medidas estão: criação de departamentos e curso de ciclo básico e ciclo profissional; matrículas nas disciplinas pelo regime de créditos;

unificação do vestibular por região; fragmentação do grau acadêmico da graduação e a institucionalização da pós-graduação (CUNHA, 1978; ROMANELLI, 1978).

Para Romanelli (1978),

O novo modelo de Universidade, decorrente dessa proposição (...) teoricamente ele pretende agregar a racionalidade administrativa à universidade para torná-la mais moderna e adequada às exigências do desenvolvimento. Mas, politicamente, essa racionalidade administrativa acaba aumentando, no seio da própria Universidade, o controle dos órgãos centrais sobre toda a vida acadêmica e, externamente, o controle da própria Universidade pelos órgãos de administração federal de ensino (p. 232).

Com a Constituição de 1988, a política de expansão do ensino superior seria mais ainda impulsionada. O artigo 209 previa que a Educação seria livre à iniciativa privada, ficando submetidos os estabelecimentos, nesse caso, à autorização de funcionamento e à verificação da qualidade do seu ensino pelos órgãos públicos. E o Estado brasileiro ratificaria essa expansão com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional.

Nesse sentido, os artigos 19¹⁸ e 20 da Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, de 1996, classificaram as Instituições de Ensino Superior em duas categorias: públicas e privadas. As instituições privadas podiam ter fins lucrativos ou se classificarem como comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos. “Assim, o sistema federal de ensino superior está integrado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) mantidas pela União e as criadas e mantidas pela iniciativa privada” (BARREYRO, 2008, p. 2).

Posteriormente, com o Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997, houve a regulamentação dos artigos 19, 20, 45, 46 e inciso 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88,

¹⁸ “Art. 19º. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 20º. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior

IV - filantrópicas, na forma da lei.”

da Lei n.º 9.394/96, que tratavam da categoria administrativa das instituições públicas e privadas, graus de abrangência e especialização da educação superior, autorização para funcionamento, reconhecimento dos cursos e credenciamento das instituições, formação dos quadros profissionais de nível superior, estatuto jurídico das instituições públicas: estrutura, organização, financiamentos e autonomia das instituições públicas e privadas. Por fim, as alterações também fixaram novos prazos para a União, estados e municípios cumprirem as disposições da nova lei.

A regulamentação dessas questões foi alvo de várias críticas, principalmente do segmento empresarial, e especialmente em relação aos artigos 1, 2 e 3, que tratavam da estrutura administrativa das mantenedoras e da sua autonomia, e o art. 5, que estabelecia a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, amparada pelo art. 213 da Constituição Federal e art. 52 da LDB/96.

Com relação a esses pontos, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior posicionou-se da seguinte maneira:

Na tentativa de regulamentar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), o Executivo expediu o Decreto n.º 2.207/97, cujas regras atentavam contra a Constituição e a própria LDB. A ABMES emitiu parecer circunstanciado a respeito e, por força disto, viu-se o Executivo forçado a revogar integralmente o Decreto n.º 2.207/97, substituindo-o pelo Decreto n.º 2.306/97 (Revista da ABEMS, 2008, p. 08).

O Governo cedeu às pressões empresariais, com a edição da Portaria nº 639, de 13 de maio de 1997, que regulamentava o Decreto 2.207/97 sobre o credenciamento dos centros universitários para o sistema federal de ensino superior. O art. 2 desse instrumento jurídico abriu a possibilidade para que instituições interessadas em se credenciar como centros universitários protocolassem junto ao MEC o seu pedido.

Todavia, o Governo revogou o Decreto nº 2.207/97 e amparou as reivindicações empresariais com o Decreto n.º 2.306, de 19 de agosto de 1997. O novo Decreto, em seu art. 1, autorizou as instituições a “assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial”, ressalvando apenas que, quando constituídas como fundações, fossem regidas pelo artigo 24 do Código Civil Brasileiro, que trata de isenção fiscal.

Outra reivindicação dos empresários atendida ficou no art. 12 e seus incisos, que dispensou a obrigatoriedade de os centros universitários comprovarem as suas atividades de pesquisa e extensão, além da abertura da possibilidade de remanejar e ampliar vagas.

Com relação a esse processo, alerta Dias (2006):

Esta caracterização do arcabouço jurídico sobre o qual se assenta a educação superior brasileira permite verificar mais uma das evidências de como foram abertos os caminhos para que grupos da iniciativa privada alcançassem o estabelecimento no ramo e permitissem a sustentação de seus investimentos financeiros e projetos políticos para os períodos imediatamente posteriores, respaldados constitucionalmente, inclusive, já que o art. 213 da Constituição Federal passou a permitir de maneira expressa a transferência de recursos públicos para instituições de ensino não necessariamente públicas como aquelas de direito privado sem fins lucrativos (p. 67).

É importante destacar também a Lei nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001, que criou o Plano Nacional da Educação, justificando-se: “a educação superior enfrenta, no Brasil, sérios problemas, que se agravarão se o Plano Nacional de Educação não estabelecer uma política que promova sua renovação e desenvolvimento”.

A Lei apresentava um diagnóstico do ensino superior com base em dados referentes ao período de 1980 a 1998, contemplando instituições, cursos integrantes, vagas oferecidas, vagas não preenchidas, matrículas e sua evolução por dependências administrativas e orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. O Plano Nacional de Educação concluiu que “nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior” (*ibidem*), e conclamou as IES a um esforço nacional de colocar para a educação brasileira as exigências do século XXI.

Para isso, defendeu que o “sistema de educação superior deve contar com um conjunto diversificado de instituições que atendam a diferentes demandas e funções” (*ibidem*). Nas conclusões, destacou os aspectos relacionados à necessidade de, entre outras providências, racionalizar os gastos públicos, renovar o ensino universitário, reformulando o rígido sistema de controles burocráticos, efetivar a autonomia das universidades, apoiar as instituições não “vocacionadas” à pesquisa, uma vez que possuem qualidade de ensino, e sugeriu expandir as vagas no período noturno. Para concretizar essas providências, uma das metas seria estabelecer uma política de expansão educacional tanto no setor público como na iniciativa privada, com o intuito de diminuir as desigualdades de oferta de vagas existentes nas regiões do país.

Em 09 de julho de 2001, o Governo, com o Decreto n.º 3.860, consolidou essa expansão da iniciativa privada (CHAVES, 2008) com uma nova organização do ensino superior. O art. 7 do Decreto classificou as instituições em universidades,

centros universitários e faculdades integradas. Em seu art. 5, passou a exigir que essas instituições publiquem anualmente seus demonstrativos financeiros, que precisam ser conservados por cinco anos, entre outras providências legais. As instituições deverão ainda, quando solicitadas, submeter-se à auditoria do MEC.

Em 1º de janeiro de 2003, tomou posse no Governo Federal o presidente Luis Inácio Lula da Silva. Mudou o governante, mas não a política brasileira para o ensino superior, visto que a política de expansão continuou e continua. Desse novo Governo em direção a essa política, destaca-se a legislação anotada a seguir.

O Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regulamentou o art. 80 da lei 9.394, sobre a Educação a Distância. Esse Decreto, em seu art. 12, letra c, consolida a abertura ao capital estrangeiro na Educação, e o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na prática retira a fiscalização do MEC sobre a iniciativa privada, uma vez que, nos artigos 15 e 20, são exigidos os demonstrativos financeiros apenas no credenciamento e recredenciamento da instituição.

Contrapuseram-se a esse processo de expansão do ensino superior no país, diversos segmentos sociais, entre os quais os psicólogos, uma vez que o Curso de Psicologia, nesse contexto de políticas educacionais adotadas pelo Estado, teve um expressivo crescimento, com a criação de diversas unidades espalhadas pelo país.

Esse processo de expansão da Graduação em Psicologia gerou profundos debates, principalmente a partir de 1994, quando os órgãos representativos dos psicólogos começaram a ter posturas mais críticas com relação a essa política.

Entretanto, o que se constata ao analisar as datas de criação das instituições e das unidades de Cursos de Psicologia no país é que a escala desse crescimento ainda é pujante e veloz. Veremos isso a seguir.

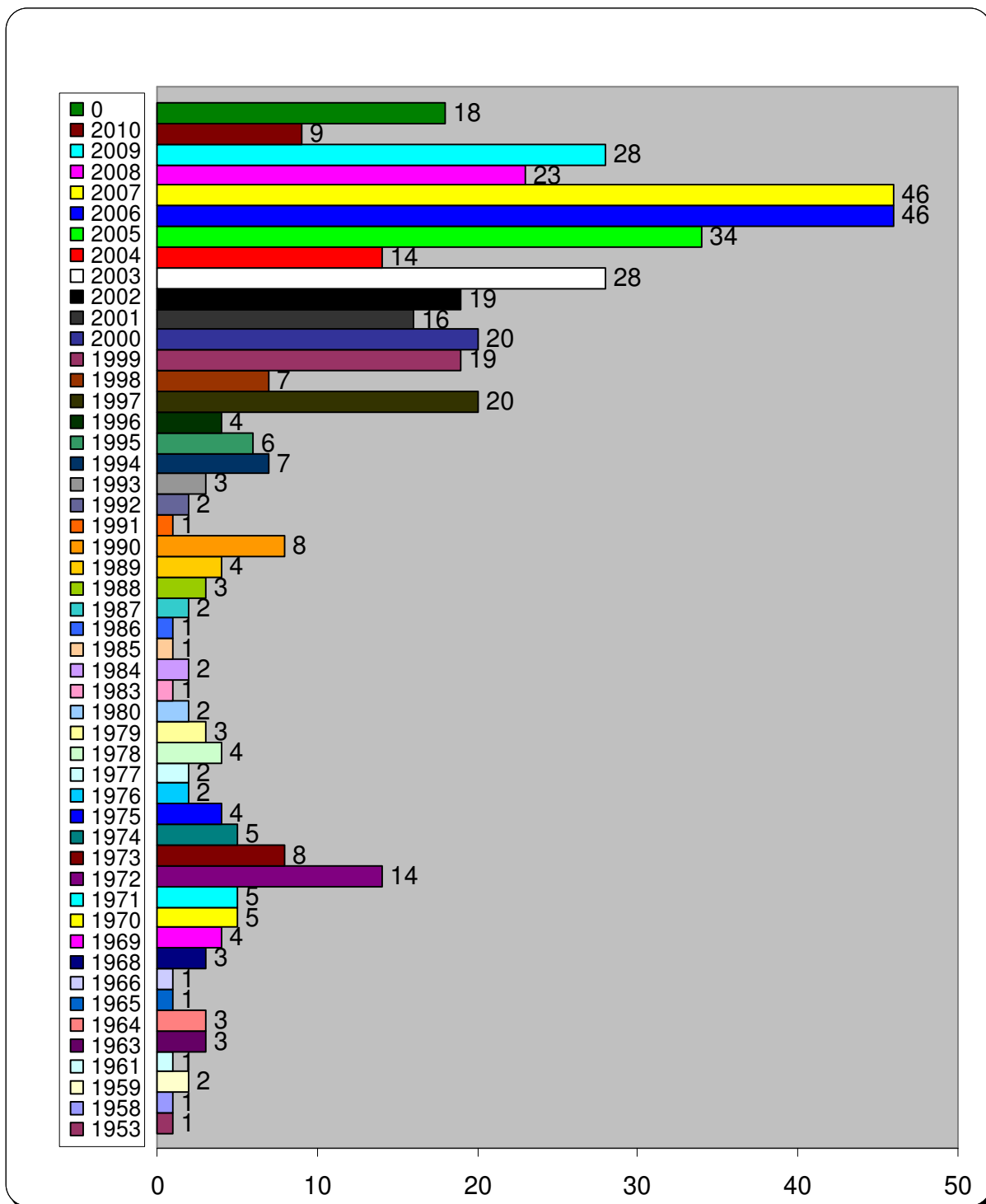
2.2 Expansão do curso de Psicologia no Brasil: 1953 a 2010

Conforme os dados do Ministério da Educação - MEC, existem atualmente 466¹⁹ unidades de ensino de Graduação em Psicologia no país.

¹⁹ Deste total, 18 têm autorização de funcionamento, embora ainda não ofereçam o curso em suas instituições, nos seus respectivos estados: com 01 (uma) unidade: Distrito Federal, Goiás, Paraíba, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro; com 02 (duas) unidades: Pernambuco e Mato Grosso; com 03 (três) unidades: Bahia, Minas Gerais e São Paulo. No gráfico, simbolizado pelo número 0 (zero).

Para melhor compreender e visualizar essa expansão, o gráfico 1 demonstra o ano em que foi autorizado o ensino da Graduação em Psicologia nas instituições de ensino superior no País e o número de unidades no respectivo ano.

Gráfico 1 - Ano de autorização de funcionamento e quantidade de unidades do ensino de graduação em Psicologia no Brasil



Conforme os dados do Gráfico 1, observa-se que, entre 1953 e 1964, existiam no país 11 unidades de ensino de Psicologia. Após o golpe militar e no auge do crescimento econômico que estava vivendo a nação, e após a Reforma Universitária de 1968, o ensino de Psicologia teve seu primeiro expressivo crescimento. Segundo Pessotti (2004), “enquanto profissionalizante, a formação em Psicologia passou a ser muito procurada, o que fez da abertura de tais cursos um atraente investimento comercial” (p. 224). Ademais, o ensino da Psicologia passou a ser utilizado como instrumento de massificação da população pelo seu distanciamento, à época, dos temas sociais, assim como aconteceu com outras ciências. Como registra o órgão regulamentador da profissão, o Conselho Federal de Psicologia, “a despolitização, a alienação e o elitismo marcaram a organização da profissão e influenciaram na construção da idéia de que o/a psicólogo/a só faz Psicoterapia” (SILVA, 2007, p. 20). Nesse período e até o ano de 1979, foram criadas 61 unidades de ensino, num crescimento de 554,6%.

Entre os anos 1980 e 1996, contudo, o país viveu um caos financeiro, com os números da inflação batendo recordes. Tentativas governamentais com sucessivos planos só pioraram a situação, porque levaram o país à dívida e à submissão às regras do Fundo Monetário Internacional-FMI e às políticas neoliberais da economia mundial. Esse contexto econômico representa no gráfico o período em que menos cursos de Psicologia foram autorizados no país. Nos dezesseis anos dessa crise, foram criadas 41 unidades de ensino de Psicologia, numa média de 2,5 novas unidades de ensino por ano.

Após a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, de 1996, desencadeou-se um novo processo de expansão do ensino superior e, conseqüentemente, do ensino da Psicologia. E seguindo a lógica de que também o espaço de produção acadêmica é uma mercadoria negociada em mercado, o ensino de Graduação em Psicologia teve outro expressivo crescimento.

Nos últimos 14 anos, entre 1997 e 2010, foram autorizadas 329 unidades a ministrar o Curso de Psicologia: um crescimento de 184,9%, com destaque para os anos de 2005, 2006 e 2007, quando foram autorizadas 126 unidades de ensino, num crescimento de mais de 111%, que reflete o momento econômico que o país atravessou nesse período.

A escalada de novas autorizações continua. Neste ano de 2010, verificam-se 09 novas unidades. Vale ressaltar que 18 autorizações já foram

concedidas pelo MEC à iniciativa privada, que, obviamente, espera um momento mais propício para iniciar suas atividades, com a regulação dada pela lei de mercado de oferta e procura.

2.3 Localização das Unidades do Curso de Psicologia no Brasil

A localização dessas unidades de ensino demonstra que há uma concentração do ensino de Graduação em Psicologia nos grandes centros urbanos das regiões brasileiras.

No Apêndice C, encontra-se a tabela que descreve a localização das instituições que disponibilizam o curso no Brasil, com os seguintes dados: região geográfica, estado e quantidade de instituições existentes na capital e interior, data de criação, oferta do curso e sua natureza jurídica.

Verifica-se que as regiões Sudeste e Sul, com 46,78% e 21,89% respectivamente, são as regiões com maior disponibilidade de acesso ao Curso de Psicologia no país. Em seguida, aparecem a Região Nordeste, com 16,95%, e as regiões Centro-Oeste, com 7,94%, e Norte, com 6,44%.

Nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Roraima, Maranhão e Rio Grande do Norte, só há acesso ao curso nas capitais, ocorrendo o mesmo no Distrito Federal. Nos outros estados, a concentração do ensino nas capitais chega ser em torno de 66,66% no Pará, 75% em Alagoas e Sergipe, 62,5% no Ceará, 60% na Paraíba e no Piauí, 53,33% em Pernambuco, 50% no Espírito Santo, 45,45% em Goiás, 45,16% na Bahia e 42,86% no Rio de Janeiro. Os estados nos quais a oferta está menos centralizada nas capitais são Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins (33,33%), Paraná (32,26%), Mato Grosso (30%), São Paulo (27,97%), Minas Gerais (24,44%), Rio Grande do Sul (15,38%) e, por fim, Santa Catarina (6,25%).

Fica também evidenciado que essa expansão se beneficiou do processo de interiorização do ensino superior no país, que criou as fundações educacionais respaldadas pelo Conselho Nacional de Educação, órgão criado pela Lei 4.024, de 21 dezembro de 1961 – LDB/61. Mais recentemente, o Governo Federal iniciou uma reestruturação das universidades federais com o programa REUNI, conforme o decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e regulamentou esse processo de interiorização das universidades federais do país.

2.4 Instituições de Ensino: organização acadêmica, titulação e vagas

De acordo com os dados levantados no Cadastro da Educação Superior, e-MEC²⁰, portal do Ministério da Educação, o ensino de Graduação em Psicologia no Brasil é disponibilizado por 370²¹ instituições. No entanto, várias instituições com unidades em outros estados e Distrito Federal são também incluídas nesse total, o que demonstra que o Cadastro não está totalmente atualizado. Inclusive, não contempla o processo de compras e incorporações realizado pela iniciativa privada educacional e outros segmentos que começaram a investir na área com capital nacional e internacional.

De outro lado, se se considera esse processo de compras e incorporações das instituições educacionais por meio da coleta de dados da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior - ABMES e dos relatórios da Price Water House Coopers²² sobre fusões e aquisições no Brasil, e o da Hoper²³ sobre a Análise Setorial do Ensino Superior Privado, verifica-se um decréscimo no total dessas instituições, que passa para 313.

No Apêndice E, encontra-se a tabela que demonstra os grupos educacionais privados e as instituições que oferecem o Curso de Graduação em Psicologia no Brasil, identificados por nome, quantidade de instituições administradas por esses segmentos, natureza jurídica, localização e endereço eletrônico.

Essas instituições, de acordo com os dados coletados, já estão adequadas à Lei nº. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, do novo Código Civil, que alterou as regras da natureza jurídica, do papel das mantenedoras e associadas, entre outros pontos, com consequências principalmente para as instituições sem fins lucrativos. Esse processo de adequação se deu após uma sequência de

²⁰ Cadastro das Instituições do Ensino Superior Brasileiro, com acesso livre à população.

²¹ Nesse cadastro, foram encontradas 373 instituições. Porém, a Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM, em Minas Gerais, não disponibiliza o Curso de Psicologia, mas um curso de Pós-Graduação: Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes, com habilitação em Psicologia. O mesmo ocorre em Mato Grosso, onde a Faculdade de Colider - Facider disponibiliza um Curso de Especialização em Psicologia Administrativa. Em Goiás, a Faculdade Cambury não disponibiliza o curso, que foi incorporado, no final de 2005, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

²² A Price Water House Coopers é uma empresa de auditoria, consultoria e prestação de serviços profissionais. Este relatório foi elaborado em novembro de 2008 pela área da Corporate Finance da PwC.

²³ Hoper Group é uma empresa de consultoria de gestão, estudos de mercado, educação executiva, produção de conteúdo e metodologias de ensino. Relatório de 2009. Versão Demo para Download.

adiamentos, cujo prazo inicial terminava em 11 de janeiro de 2003. A data foi prorrogada primeiramente para 2004, pela Lei 10.838, de 30 de janeiro desse ano e, após, para 2006, pela Medida Provisória n° 234, de 10 de janeiro de 2005. Essa medida ainda foi convertida na Lei 11.127, de 28 de julho de 2005, que prorrogou mais o prazo para janeiro de 2007.

Pelo novo Código, as instituições com fins lucrativos são regulamentadas pelo art. 985, que discrimina a diferença entre as sociedades simples e as empresárias e estabelece suas atribuições. Os artigos 53 a 61 tratam das associações, sua constituição, organização, entre outros aspectos. Os artigos 62 a 69, das fundações, que somente poderão ser constituídas para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência, entre outras atribuições.

A análise dos dados coletados sobre a natureza jurídica das Instituições de Ensino Superior²⁴ que ofertam o Curso de Psicologia demonstra que, após a LDB/96, as Instituições de Ensino Superior de caráter lucrativo tiveram expressivo aumento em oferta, tanto que as de natureza jurídica de sociedade empresarial tiveram um crescimento de 300%: das 15 existentes, atualmente são 45. As sociedades simples também seguiram essa tendência, com aumento de 288,9%: das 18 que existiam, são atualmente 48.

Esse processo de expansão também ocorreu em relação às instituições sem fins lucrativos: as caracterizadas juridicamente como associações de utilidade pública tiveram um aumento de 33,4%: das 24 que existiam, passaram para 32. As fundações, que eram 60, aumentaram em 28,4% e passaram para 77. As associações, que eram 37, com o aumento de 27,1% são agora 46. Por fim, as municipais tiveram um aumento de 23,1%: das 13 que existiam, temos 16 atualmente.

Nas instituições de ensino gratuito, essa expansão foi inócua - as federais de administração indireta e as estaduais de administração direta continuam com as mesmas 10 existentes antes da LDB/96. As federais tiveram um ligeiro aumento de 16%: de 25 passaram a 29.

Esses dados ainda evidenciam que as instituições classificadas como fundações religiosas, culturais ou de assistência administram 24,60% das instituições de ensino de Graduação em Psicologia, seguidas, respectivamente,

²⁴ Cf. Apêndice C.

pelas sociedades simples, com 15,33%, e as associações privadas sem fins lucrativos, que administram 14,70%. As sociedades empresariais ficaram com 14,38%, as de Utilidade Pública, com 10,23%, e as universidades federais, 9,27%. As fundações municipais de administração indireta com 5,11% e as fundações federais de administração indireta e estaduais de administração direta, com 3,19% de participação cada uma.

Quanto à organização acadêmica, vale ressaltar que, pela atual legislação, para as instituições iniciarem suas atividades na educação do ensino superior, é necessário

solicitar o credenciamento junto ao MEC. De acordo com sua organização acadêmica, as IES são credenciadas como: faculdades, centros universitários e universidades. Inicialmente, a IES é credenciada como faculdade. O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as respectivas prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade. O primeiro credenciamento da instituição tem prazo máximo de três anos, para faculdades e centros universitários, e de cinco anos, para as universidades. O recredenciamento deve ser solicitado pela IES ao final de cada ciclo avaliativo do Sinaes, junto à Secretaria competente (MEC, 2009).

As instituições que disponibilizam o ensino de Graduação em Psicologia no que se refere à sua organização acadêmica²⁵ estão assim distribuídas:

Tabela 1 - Organização Acadêmica - 2010

Organização Acadêmica	Caráter Jurídico	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
Universidade	Pública	04	16	05	10	14	49
	Privada	02	07	09	23	43	84
Centro Universitário	Pública	-	-	-	-	-	-
	Privada	05	04	04	11	37	61
Faculdade	Pública	-	-	-	-	-	-
	Privada	19	48	13	36	60	176
Total		30	75	31	80	154	370

Fonte: MEC/INEP

²⁵ Cf., no apêndice F, detalhes dessa organização acadêmica, distribuída nos estados e Distrito Federal do País.

Os dados da Tabela 1 evidenciam a supremacia da iniciativa privada no ensino da Psicologia no país. Constata-se que a oferta do curso no ensino privado é superior ao ensino gratuito em 650% na Região Norte, 368,8% na Região Nordeste, 520%, Região Centro-Oeste, 700% na Região Sul e 1000% na Região Sudeste.

Entretanto, de acordo com o Ministério da Educação, em muitas dessas instituições o Curso de Psicologia só tem autorização de funcionamento. Para ser reconhecido é necessário:

quando a primeira turma do curso novo entra na segunda metade do curso, a instituição deve solicitar seu reconhecimento. É feita, então, uma segunda avaliação para verificar se foi cumprido o projeto apresentado para autorização. Essa avaliação também é feita segundo instrumento próprio, por comissão de dois avaliadores do BASis, por dois dias. São avaliados a organização didático-pedagógica, o corpo docente, discente, técnico-administrativo e as instalações físicas.

Para renovação de reconhecimento: essa avaliação é feita de acordo com o Ciclo do Sinaes, ou seja, a cada três anos. É calculado o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e aqueles cursos que tiverem conceito preliminar 1 ou 2 serão avaliados *in loco* por dois avaliadores ao longo de dois dias. Os cursos com conceito 3 e 4 receberão visitas apenas se solicitarem. (MEC, 2009).

No Apêndice G, há a tabela com os nomes das instituições que estão em processo de reconhecimento no Brasil, organizados pelos Estados e Distrito Federal.

Com relação à titulação²⁶ entregue pelas instituições na conclusão da Graduação em Psicologia, a Tabela 2, abaixo, demonstra as distribuições dos diplomas conferidos pelas instituições nas regiões do país:

Tabela 2 - Diplomas - 2010

Diplomas Conferidos	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
Formação em Psicólogo	24	55	25	82	150	336
Bacharelado	16	53	22	55	124	270
Licenciatura	09	22	09	19	80	139

Fonte: MEC/INEP

Especificamente nos estados do Acre, Amapá, Roraima, Mato Grosso e Espírito Santo, não é disponibilizada a Licenciatura em Psicologia. No Estado do Acre, a oferta é apenas para Bacharelado em Psicologia.

²⁶ Cf. Apêndice H: detalhamento dessa titulação.

As vagas disponibilizadas²⁷ por essas instituições no Curso de Psicologia, neste ano de 2010, estão distribuídas como demonstra a Tabela 3:

Tabela 3 - Vagas - 2010

Turnos:	REGIÕES					
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
Matutino	935	4.385	1.402	1.523	12.897	21.142
Vespertino	285	710	-	370	158	1523
Noturno	1.786	5.168	2.190	5.432	18.347	32.923
Matutino/Vespertino	550	950	810	955	2.187	5.452
Vespertino/Noturno	300	-	-	185	290	775
Integral	40	410	585	635	1.445	3.115
Total	3.896	11.623	4.987	9.100	35.324	64.930

Fonte: MEC/INEP

Observa-se que, em todas as regiões, os turnos matutino, com 32,56%, e noturno, com 50,70%, concentram a oferta das vagas. Destacam-se as regiões Sul e Sudeste, onde a disponibilidade no turno noturno ultrapassa em mais da metade o número de vagas, com 59,69% e 51,94%, respectivamente.

Em síntese, esse mapeamento demonstra como está estruturado o ensino da Psicologia no Brasil atualmente. Contudo, não tem a pretensão de esgotar o assunto, em razão de que é apenas uma análise entre outras que possivelmente poderiam e poderão ocorrer a partir do acervo que foi catalogado.

Inserido no cenário exposto nos Capítulos 1 e 2 é que se concretiza a institucionalização do ensino superior da Psicologia no Estado de Goiás, marco ocorrido na Pontifícia Universidade Católica de Goiás em 1973 e a respeito do qual se discorrerá a seguir.

²⁷ Cf. Apêndice I: detalhamento dessas vagas.

3. Do Gabinete de Orientação à Pós-Graduação: o primeiro Curso Superior de Psicologia do Estado de Goiás

“Então tinha de tudo, mas era muito começo”.

Lorismário E. Simonassi

Este capítulo trata da criação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e do Gabinete Psicológico de Orientação Psicológica instalado no Departamento de Educação. Ambos deram suporte para a implantação do Curso de Psicologia no ensino superior em Goiás, em 1973. Resgata essa trajetória até 1999, ano em que foi criada a Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Psicologia.

3.1 Criação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás²⁸

Em 1948, no Congresso Eucarístico que foi realizado em Goiânia, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, arcebispo da Arquidiocese de Goiás, começou a articular a criação de uma Universidade, apoiado pelo Governador Coimbra Bueno (BRETAS, 1991).

A pedido de Dom Emanuel, em 1954 a Companhia de Jesus veio para Goiânia a fim de colaborar no fortalecimento do projeto educacional que estava começando. Inicialmente, chega o Pe. Francisco Machado da Fonseca. Logo, o Pe. Joaquim Lopez de Prado, o Pe. Henrique Jaureguizar, Pe. Artur Rodríguez, Pe. Luiz Thomazzi, Pe. Paulo de Tarso Nacca e Pe. José Maria Correia (CHAER, 1979).

O cenário do ensino superior, sob a orientação da Igreja Católica no Estado de Goiás nas décadas que antecederam à criação da PUC-GOIÁS, era

²⁸ Entre os períodos de 1959 a 2010, foram reitores da PUC-GOIÁS: Pe. Paulo de Tarso Nacca S.J. (1959 a 1963); Pe. Ormindo Viveiros de Castro S.J. (1963 a 1967); Pe. Cristóbal Alvarez S.J. (1967 a 1973); Pe. José Carlos de Lima Vaz S.J. (1973 a 1979); Pe. José Pereira de Maria (1979 a 1986); Pedro Wilson Guimarães (1986 a 1988); Dario Nunes Silva (1988 a 1989); Ivo Mauri (1989 a 1994); Clélia Brandão Alvarenga Craveiro (1994 a 2001); Marivaldo Cortez Amado (2001 a 2002) e Wolmir Therezio Amado (2002...)

constituído pela Escola de Enfermagem (1944)²⁹, Faculdades de Farmácia e Odontologia³⁰ (1945), Filosofia, Ciências e Letras (1948), Faculdade de Ciências Econômicas (1951) e Escola de Belas Artes (1952) (VAZ, 1979; BRETAS,1991; RIBEIRO, 2008-2009; CORDEIRO, 2009).

Nesse período, a cidade de Goiânia tinha a jurisprudência eclesiástica da diocese na Cidade de Goiás. Sua própria jurisprudência ocorreria em 26 de março de 1956, com a bula papal Santíssima Christi Voluntas, de Pio XII. Em 16 de julho de 1957, foi instalada pelo Núncio Apostólico no Brasil, Dom Armando Lombardi, a Arquidiocese de Goiânia, e empossado Dom Fernando Gomes dos Santos, seu primeiro arcebispo. Esse processo eclesiástico foi apressado pela morte de Dom Emanuel, ocorrida a 12 de maio de 1955.

Essas mudanças eclesiásticas só aceleraram o processo iniciado por Dom Emanuel, pois o novo arcebispo, após várias consultas ao colegiado dos bispos no Brasil e uma visita ao Pe. Geral dos Jesuítas em Roma, Pe. João Batista Janssens, decidiria pela criação da Sociedade Goiana de Cultura, ocorrida a 25 de outubro de 1958. Criava assim a mantenedora jurídica daquela que seria a Universidade de Goiás. A direção do projeto foi entregue aos Jesuítas.

Segundo Vaz (1979),

O ano de 1959 foi de intensa atividade. A recém-criada Sociedade Goiana de Cultura se empenhava em concretizar três grandes projetos: a criação da Faculdade de Direito, a consolidação jurídica e patrimonial da Sociedade e a criação da universidade. A faculdade de Direito era importante para complementar, com as Faculdades de Filosofia, Ciências Econômicas, Belas Artes, Serviço Social e Enfermagem, o núcleo da futura universidade. Este trabalho foi cometido especialmente aos professores Idelfonso Dutra Alvim, Colemar Natal e Silva e Jair Abrão Estrela (p. 33).

Em 1979, quando a Universidade completou 20 anos, Pe. José Carlos de Lima Vaz fez um relato à Revista da Universidade Católica de Goiás. Começa transcrevendo uma entrevista cedida ao *Jornal do Brasil*, em 24 de Abril de 1978, pelo Pe. Francisco Machado da Fonseca, que por primeiro chegou a assumir a direção da Faculdade de Filosofia. Retrata esse período da seguinte forma:

Goiânia era então uma capital nova, cidade pequena, sem tradição universitária a não ser no ensino do Direito. Não tinha aeroporto, luz instalada, asfalto, telefone. Poeira por todos os lados. Cheguei até a

²⁹ Criada pelas irmãs de São Vicente de Paula e incorporada pela Universidade em 1973.

³⁰ Em 1958, é transformada em fundação, desligando-se da Arquidiocese de Goiânia.

desanimar. Era irritante. Mas foi uma experiência fascinante, pois iniciou-se uma tradição que, a julgar pelo que se vê hoje, continua esplendidamente. Muitos dos atuais professores das Universidades Federal e Católica foram meus alunos... Emociono-me quando vou à Goiânia. Ali e em Brasília, o Brasil deu um salto de gigante. Diria que é um outro Brasil, um Brasil novo que lá se construiu (JORNAL DO BRASIL *apud* VAZ, 1979, p. 31/32).

Segundo Vaz (1979), a criação da Universidade enfrentou obstáculos para sua concretização. “Registram os documentos da época a ferrenha oposição ao projeto da parte da UEE (União Estadual de Estudantes) e de vários grupos que não se identificavam, mas cuja ação aparecia por detrás dos obstáculos criados” (p. 33).

Nesse mesmo período, também se iniciava a articulação para a criação da Universidade Pública Federal no Estado. Como a criação da PUC-GOÍAS ocorreu antes da Universidade Federal, fica evidente que as articulações políticas da Igreja Católica se sobressaíram. Segundo Vaz (1979), esse processo contou com os apoios decisivos do Presidente Juscelino Kubitschek, do Ministro da Educação, Clovis Salgado, e do Diretor do Ensino Superior, Jurandir Lodi, e, ainda, do Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara³¹, que tinha grande prestígio e influência junto ao Presidente e Ministério da Educação.

A Universidade foi criada e começam os debates sobre a sua autonomia. A respeito dessa questão, relata Vaz (1979):

O primeiro ano da Universidade foi difícil. De um lado, era preciso organizar sua vida interna, já que a administração dos recursos recebidos do Governo vinha sendo feita diretamente pelo Sr. Arcebispo e a Sociedade Mantenedora. Deveria, entretanto, ser paulatinamente transferida para a Universidade dentro do sadio princípio da autonomia universitária. Este processo só se concluiria em julho de 1962. Em setembro daquele ano, Dom Fernando, às vésperas de partir para Roma a fim de participar do Concílio Vaticano II, transferia, mediante procuração, ao Reitor da Universidade o encargo de administrar o patrimônio da Sociedade que se identificava com o da Universidade (...) A partir desta época, a Universidade passou a seguir sozinha seus caminhos, só participando a Sociedade Goiana de Cultura no acompanhamento das atividades e nos relatórios anuais que a Universidade lhe apresentava (p. 33/35).

Em 1972, com a implantação definitiva da Reforma Universitária, as Faculdades foram extintas e a Universidade, reorganizada em dois centros – Ciências Humanas e Técnico Científico. Foram criados os departamentos, e as disciplinas passaram a ser lecionadas no sistema de créditos.

³¹ Nesse período, Dom Helder Câmara era membro do Conselho Nacional de Educação.

A consolidação da PUC-GOIÁS e do Curso de Psicologia ocorreu em plena ditadura militar. No entanto, o seguinte texto de Vaz (1979) revela a visão de muitos jesuítas sobre os estudantes e o contexto brasileiro que antecedeu ao golpe de 1964:

Em reunião de 20 de julho de 1960, com as presenças, entre outras, de Dom Fernando, do Pe. José Pereira de Maria, seu assessor, do Pe. Reitor e de vários professores, foi feita uma análise da ação socializante que se desenvolveu entre os estudantes, que, a despeito de pregar ideias novas, aceitam e veiculam, pelos métodos marxistas, as ideias mais opostas ao regime, à ordem, à índole da nação brasileira. Não estranhará muito se a UNE, dentro de pouco, se converter na melhor trincheira que o comunismo terá em nosso meio. Advertiu-se ainda quanto à onda laicista que sufoca os moços, à falta de instrução religiosa, de liderança honesta e de meios de se esclarecerem. A conselho do Sr. Arcebispo, o Magnífico Reitor ficou de estudar, com as Diretorias, os meios de pôr cobro a esta dissipação acadêmica que não faz senão agitar os meios estudantis (p. 04).

Especificamente sobre o processo ditatorial imposto ao país, segundo Pe. Enciso, vice-reitor de assuntos acadêmicos da época, a Universidade

não sentiu muito o impacto desse tempo que estávamos vivendo, não me meti em política, procurava trabalhar pacificamente, desenvolver meu trabalho acadêmico, também sacerdotal. Na medida das possibilidades, eu aproveitava o que era bom. E esse era o espírito da Universidade. Havia leis emanadas de Brasília, lógico que tinha influência do processo político do país, não havia muita intervenção corporal na UCG, os currículos nossos foram seguidos, havia uma disciplina, *problemas brasileiros*, dada por nossos professores. Não tinha manifestações, o que havia eram movimentos políticos de alguns alunos fora da universidade. Tinha lá o movimento da JUC, mas não tivemos problemas com eles. Havia resistência, mas não algo que atrapalhava as atividades acadêmicas. Não tivemos nenhuma influência externa da ditadura (Entrevista concedida em 17/03/2009).

Contraditoriamente, o posicionamento da Arquidiocese de Goiânia, na pessoa do Arcebispo Dom Fernando Gomes de Oliveira, presidente da mantenedora da PUC-GOIÁS, no decorrer desse período ditatorial, era considerado um “exponente progressista e crítico do regime militar” (SERBIN, 2001, p. 226).

Segundo Leão,

nas universidades federais as pessoas, dependendo da orientação, eram mandadas embora. Lógico, eram convidadas a se retirar. Nós, da Universidade Católica, eu, esse é um testemunho que gosto de dar, prestar, nunca sofri nenhum constrangimento em termos do meu ensino em sala de aula. Tive outros, em questão de militância, é, mas, em termos de ensino, de forma nenhuma. Então a Igreja, neste sentido, ela sustentou, foi um sustentáculo.

Em Brasília, o policiamento era muito intenso, não podíamos nos reunir, ficar grupinhos à noite: nem em Brasília e nem em Goiânia (Entrevista concedida em 26/06/2009).

3.2 O Gabinete de Orientação Psicológica

Com o objetivo de fortalecer o Curso de Pedagogia, em 1960 o padre Jesuíta Victoriano Baquero Miguel inaugurou o Gabinete de Orientação Psicológica, atendendo a comunidade acadêmica e as pessoas que já tivessem concluído uma formação em cursos superiores. Como relata Pe. Baquero, “o curso de orientação era frequentado por pessoas já formadas, padres franciscanos, irmãs franciscanas e ainda outras irmãs e leigos do Curso de Pedagogia” (Entrevista concedida em 10/03/2009).

Ao que completa Pierre (2004):

Esse gabinete era subordinado ao Departamento de Educação e tinha por finalidade oferecer aos alunos de Orientação Educacional e de Pedagogia o estágio de Serviço de Orientação Vocacional e Seleção e Aconselhamento Psicológico (p. 39).

Segundo Pe. Baquero (2009), o Gabinete tratava de diversos assuntos, sobretudo das questões psicológicas relacionadas à Educação, como psicologia da infância, psicologia da adolescência, psicopatologia educacional, psicologia da aprendizagem e, ainda, das tipologias que hoje seriam equivalentes à teoria da personalidade.

Nesse período, não se falava em Curso de Psicologia, “porque eu e os jesuítas queríamos formar educadores, que era assim como nossa missão principal - formar educadores - e formamos. Fortaleceu-se o Curso de Pedagogia e o Curso de Orientação” (Entrevista concedida por pe. Baquero em 10/03/2009).

Também no Gabinete, em 1962 era oferecido um Curso de Psicotécnico³², que durou apenas este ano, oferecido por psicólogos que vinham de Belo Horizonte, com intenção de orientar as pessoas profissionalmente.

Segundo Simonassi,

³² Não foi encontrado nenhum documento sobre esse psicotécnico, verificado apenas no depoimento dos entrevistados.

O Centro-Oeste era meio assim, era meio, não, era completamente deficitário de profissionais da área. De vez em quando, vinha alguém aqui, vindo de Belo Horizonte. Me parece que a formação do pessoal de Belo Horizonte que vinha para cá era uma formação ligada só à aplicação de testes psicológicos (Entrevista concedida em 04/07/2009).

Em 1964, Pe. Baquero foi transferido para a cidade de Juiz de Fora, mas o Gabinete continuou funcionando de 1966 a 1968. Nesses anos, contou com o auxílio do Pe. José Maria Monteoliva, S.j., psicólogo, que, em seguida, também foi transferido para assumir a reitoria da PUC do Rio de Janeiro. Com isso, o Gabinete foi se esvaziando. Só foi revitalizado em 1973, muito em função da volta de Pe. Baquero, que relata:

Nesse retorno voltei a refazer o Gabinete de Orientação, que havia desaparecido. (...) Então, resgatei tudo isso e aí trabalhei novamente na Pedagogia, quando me falaram da criação do Curso de Psicologia. Disseram: “olha, você pega isso e acabou”. Não que eu simplesmente queria, foi uma espécie de uma ordem jesuítica. Me deram a função e o amigo verá que não foi por grande entusiasmo meu, porque eu via como princípio jesuítico que diz: “universales divinos”. É um princípio para se escolher os trabalhos: um trabalho, quanto mais universal, é mais divino. É um princípio jesuítico. Então eu via que o Curso de Pedagogia é mais universal, porque atende milhares de alunos e o Curso de Psicologia atende a gente de um mundo reduzido, muito reduzido. Eu via assim. Bom, depois é que o Curso de Psicologia, claro, se abriu, mudou, não somente a parte da questão de clínica. Se abriu para a educação, se abriu para tanta coisa (Entrevista concedida em 10/03/2009).

Foi da estrutura desse Gabinete de Orientação Psicológica que surgiu, então, um dos primeiros locais para as práticas de atendimento clínico supervisionado, disponibilizado para os alunos de Psicologia: “esses atendimentos eram disponibilizados para a população em geral, como, ainda, aos alunos da Universidade”. (Entrevista concedida por Baquero, em 10/03/2009).

3.3 O Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Em 26 de Fevereiro de 1973, em reunião do Conselho de Ensino e Pesquisa, a equipe de planejamento administrativo-pedagógico da PUC-GOÍÁS comunica aos presentes que “estão sendo feitas sondagens para estudar a viabilidade de abrir um Curso de Psicologia em agosto” (Ata de 26/02/1973 - CEP/UCG, p. 26).

Sobre essa sondagem, o Pe. Enciso se manifesta:

Muita gente pedia, todos sabiam que havia uma corrida para Brasília, todos sabiam que no país havia uma evolução, havia um movimento entre os jovens em procurar os cursos de Psicologia e habilitar-se para essa profissão de psicólogo. Então é algo que estava no ambiente, que estava forte. Em vista desta demanda, foi feito um levantamento, que não precisou pegar papel e lápis para perguntar a mil pessoas. Apenas sondamos as várias áreas, reunimos informações e verificamos a corrida para Brasília, que havia um ambiente favorável e a universidade, tendo condições. Por outro lado, é função da Universidade ir respondendo às necessidades da sociedade. A Universidade reúne em si todas as áreas do pensamento, a Psicologia é uma área interessante para Universidade Católica, e é uma área de ciências humanas. Mesmo se não houvesse uma grande pressão social para implantação do curso, a Universidade estava interessada em abrir os cursos que completam sua missão na sociedade, que é educar (Entrevista concedida em 17/03/2009).

Paralelo a esse anseio da população, nota-se que o interesse da Universidade era também reflexo do que foi descrito no Capítulo 2 deste trabalho: no período da ditadura militar, cursos de Psicologia surgem em diversas instituições do ensino superior brasileiro por influência principal da Reforma Universitária imposta ao país em 1968. A PUC-GOÍÁS se beneficia, assim, desse contexto, conforme relata o vice-reitor de assuntos acadêmicos da época, responsável pela implantação da Reforma na Universidade:

Evidentemente que essa reforma universitária que se iniciou na Universidade Católica de Goiás deu condições para a universidade crescer. De fato, a universidade cresceu fisicamente e cresceu também do ponto de vista de instalação de novos cursos. Quanto ao Curso de Psicologia na época, era uma época de expansão da Psicologia, no prestígio e tinha um crescente mercado. A Reforma Universitária é um produto dentro de um progresso do ensino: a metodologia vai evoluindo, a ciência vai tomando novo rumo, o ensino tinha uma grande influência dos EUA e as Universidades particulares, elas tinham mais liberdades, respeito. Eu contratei vários professores que foram demitidos das universidades públicas, que estavam com uma intervenção direta, para trabalhar na nossa universidade.

O sistema americano, pouco a pouco foi se permeando no país. A universidade aqui não ia ficar isolada. A PUC do Rio já tinha instalado sua reforma, os jesuítas do país, olhando a experiência com a PUC do Rio, a UNISINOS, e outras, foram aos poucos adotando essa nova corrente das exigências da Reforma Universitária (Entrevista concedida por Pe. Enciso em 17/03/2009).

Em 09 de maio de 1973 e de acordo com a Ata do Conselho de Ensino e Pesquisa, foram prestados os esclarecimentos sobre o Curso de Psicologia: o Pe. Victoriano Baquero seria “o responsável pela elaboração do currículo, programa e espaço físico, para funcionamento do curso no segundo período letivo do corrente

ano, com vestibular em julho” (CEP/UCG, 1973, p. 34). Essa decisão foi ratificada na Deliberação 07/1973, que aprovou a criação do Curso de Psicologia oferecido pelo Departamento de Educação³³.

Vale ressaltar que, por determinação do Conselho Federal de Educação, os cursos de Psicologia criados teriam que se adequar ao currículo mínimo³⁴, que fixava as disciplinas e a duração da integralização curricular.

Ciente dessa determinação, a primeira providência foi estruturar o currículo do curso. Para tal, Pe. Baquero contou com o apoio da Ir. Meire Conrad, freira franciscana recém- chegada dos Estados Unidos, e do Pe. Luiz Thomazzi³⁵. Juntos montaram a primeira programação, baseando-se no ensino de Psicologia oferecido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC: “Praticamente, quase que foi uma transferência da programação de lá para o Curso de Psicologia” (Entrevista concedida por Pe. Baquero em 10/03/2009).

Nos dois primeiros anos do curso, os alunos frequentavam o núcleo básico, cursando disciplinas como Filosofia, Teologia, Português, Estudos dos Problemas Brasileiros, entre outras. Por essa razão, de acordo com Pe. Enciso, “havia pouca necessidade de um número grande de professores especificamente formados em Psicologia. Tínhamos algumas disciplinas para os candidatos que optaram por este curso” (Entrevista concedida em 17/03/2009).

Todavia, para cumprir as exigências do currículo mínimo, era necessário contratar alguns professores e remanejar outros de dentro da própria Universidade. Relata Pe. Baquero:

contratei a professora Marie Claire Angosto Pierre, em agosto de 1973, para lecionar as disciplinas de Psicologia Geral e Experimental e Psicologia Social, e os professores médicos Benito Pereira Damasceno e Humberto Ferreira, para a disciplina de Fisiologia. E Selma Sanchez, auxiliar de laboratório. Eu assumi as disciplinas de Psicologia do Desenvolvimento e Behaviorismo (Entrevista concedida em 10/03/2009).

³³ O departamento de Psicologia foi criado em 1976. Desde período até o ano de 2010 foram diretores do departamento: Pe. Victoriano Baquero S.J. (1976-1978), Sérgio de Araújo (1980-1982 e 1990-1993), Marie Claire Angosto Pierre (1981-1984), Lorisório Ernesto Simonassi (1984-1985), Maria das Graças Gomes Monteiro (1985), Delza Maria de Araújo Fernandes (1985-1987), Norton Godinho (1988-1989), Rodolfo Petrelli (1991-1994), Márcio Queiroz Barreto (1994-2000) Antônio Carlos G. dos Santos (1994-200), Helenides Mendonça (2003-2006), Maria das Graças Gomes Monteiro (2006-2010/1) e Adriana Bernardes Pereira (2010/2...). Esses, juntos com outros protagonistas, vivenciaram e constituíram a história da institucionalização do ensino superior da Psicologia no Estado de Goiás.

³⁴ Cf. Apêndice D

³⁵ Padre Jesuíta, que auxiliou Padre Baquero na criação do Curso de Psicologia na PUC-GOÍÁS.

Segundo Pe. Baquero, essas e as demais contratações foram realizadas com os seguintes critérios:

O problema básico do início era esse: ninguém queria ir a Goiânia para ser professor.

Bom, eu diria o seguinte: nós, jesuítas, tínhamos com muita ênfase escolher gente que fosse autenticamente cristã, católica e de vivência, para transmitir uma vivência cristã e católica. Queríamos formar tanto no Curso de Pedagogia orientadoras com orientação católica, sobretudo naquele tempo que todo mundo era católico, pelo menos diziam, não?

Acho que isso era uma exigência dos jesuítas: querer que fossem mesmo católicos, que os professores formassem profissionais com uma orientação cristã para o bem, para fazer o bem.

Na Psicologia, o problema era outro, porque já era diferente. Qual seria o critério? Para mim, já não era tanto isso. Se fosse as duas coisas melhor - oxalá fosse um católico -, mas antes deveria ser um bom profissional, no sentido que tivesse conteúdo, que tivesse qualidades pedagógicas, didáticas, tudo isso. Que controle eu poderia ter? Então eu procurava que fossem as duas coisas, mas, depois, o maior critério era do conhecimento. Por isso dava ênfase a contratar ex-alunos, pois a gente conhecia os ex-alunos. De fato, contratei, da primeira turma que se formaram, 30 de 200 e tantos. Desses 30, você vai ver que quase todos estão sendo professores, porque foram os melhores. Eram já pessoas muito amadurecidas, quase todos já tinham curso superior. Esse é o primeiro critério. Depois já a gente como ouvia, escapava as regras das diretrizes de base da educação, dependia muita coisa. Eles cerceavam muitas coisas. Você não era livre, praticamente a UCG já não era livre. Então impôs uma orientação que fosse mesmo católica. (Entrevista concedida em 10/03/2009).

Esse relato revela o controle institucional na formação do corpo docente do Curso, alicerçada nos pressupostos jesuítas da Igreja Católica. Também demonstra a influência do período ditatorial em relação às práticas de ensino docente e discente do período.

A estrutura estava pronta, aconteceu o vestibular e, como afirma Pierre (2004), foram “selecionados duzentos candidatos para o Curso de Psicologia” (p. 40). As aulas se iniciaram e o processo concretamente começou.

Em 1974, no primeiro semestre, foram contratados os professores Lorismário Simonassi, para lecionar a disciplina Psicologia da Personalidade, e Iracema Evangelista de Souza, para as disciplinas Psicologia Geral e Experimental. A professora também seria responsável pelo Laboratório Experimental. Todavia, “essa professora não continuou na Universidade no semestre seguinte, sendo substituída por mim, que assumi suas disciplinas e o Laboratório Experimental” (Entrevista concedida por Simonassi em 04/07/2009).

Consta que, para auxiliar os alunos nas aulas, havia sido adotado no Curso o ensino personalizado. Sobre esse ensino, relata Pe. Baquero:

Irmã Mary Aparecida, implantadora do ensino personalizado. Ela implantou esse modelo que foi muito fecundo, muito bom. Acho que isso ajudou muito o Curso de psicologia, a personalização: o indivíduo que não ia à aula, recebia o assunto, estudava, depois falava com o professor o que aprendeu (Entrevista concedida em 10/03/2009).

Todavia, segundo Pierre (2004), “em termos de aprendizagem foi cansativo, em decorrência das condições de trabalho existentes e da metodologia adotada” (p. 43). Essa metodologia logo foi substituída pela metodologia da monitoria, com os alunos auxiliando o professor no desenvolvimento dos conteúdos nas aulas, uma prática que acontece até os dias atuais.

Com relação às concepções teóricas adotadas nesse período, de acordo com o professor Simonassi:

Quando a Psicologia queria se amparar em alguma coisa mais de caráter científico, pulava para a Fisiologia; quando queria ter discussões mais genéricas, ela pulava para a Filosofia e ficava nesta situação.

A professora Marie Claire falava em Psicanálise. Quando ela queria se ancorar em uma escola, uma abordagem, seguramente era em uma abordagem psicanalista que ela se ancorava. O Pe. Baquero - e aí eu vou falar de pessoas, porque a quantidade de pessoas era muito pequena, na época - o Pe. Baquero, ele era ligado à Psicologia do Desenvolvimento Segundo ele, as abordagens teóricas eram ecléticas. Tinha uma disciplina da Fisiologia, e aí não se entrava, acredito eu, nos aspectos psicológicos. Havia dois professores, chamados Benito Pereira Damasceno e Humberto Ferreira, os dois eram médicos. Este último era muito ligado a questões espíritas, ele dava fisiologia e entrelaçava no meio algumas questões dessa natureza relativas a comportamento. Mas eles não interferiam muito no ponto de vista das escolas e teorias psicológicas.

Na época, o que tinha aqui eram estas visões, como também a visão do Pe. Luiz Thomazzi, que era mais filosófica. Ele não era ligado a uma escola, ele tinha, assim, uma aversão ao comportamentalismo, não sei por quê, mas ele deixava claro isso que ele achava, que não era forma de se estudar Psicologia. Talvez porque ele viesse da Pedagogia, ele não era psicólogo, era pedagogo. Veio de uma formação da Pedagogia, onde a formação era chamada de humanista - embora eu, particularmente, acho que o comportamentalismo, ou análise do comportamento, seja humanista tanto quanto - mas essa era a sua visão. Então, tinha de tudo, mas era muito começo. Com formação de Psicologia tinha eu, Baquero e Marie Clarie. Os outros eram médicos, filósofos, pedagogos.

Na verdade, estava junto com a Pedagogia, porque a origem do Curso de Psicologia é na Pedagogia e, para se separar, precisava de um corpo docente mais consistente em Psicologia, o que não havia naquela época. Consequentemente, não havia uma identificação do curso com uma escola psicológica, e mesmo porque, também, a rotatividade dos professores aqui era muito grande: professores que entravam e ficavam dois, três semestres, e abandonavam. Então não havia uma identificação. Se você for comparar com o que é o curso hoje, poderia pegar as linhas de pesquisas, por exemplo, de doutorado, e ver as linhas de pesquisas... Naquela época a gente nem conseguia falar em linha de pesquisa. Pra começar, não tinha pesquisa aqui na Universidade, não tinha carga horária para pesquisa, para você ter uma idéia. Então, o professor, o curso funcionava mais ou menos assim: eu vou dar o que sei. Um exemplo disso é a Psicologia Geral, que na

época era Psicologia Geral e Experimental: o livro adotado era o livro do psiquiatra José Alves Garcia. Ele que quase não tinha nada de Psicologia, era um livro de Fisiologia. Na disciplina de Sistemas e Teoria em Psicologia, adotavam os livros de Melvin Herman Marx e William Hillix (Entrevista concedida em 04/07/2009).

O cenário começa a ter modificações principalmente a partir de 1977, com a contratação de professores com outras perspectivas teóricas. Desse período em diante, amplia-se o debate dos conteúdos adotados na formação dos alunos, entre eles o da Psicanálise. Segundo Leão:

A gente não sabia muito bem o que era psicanálise, era muito misturado psicologia individual de Jung com a psicanálise. Então a gente não sabia, a gente sabia que tinha gente que falava, mas de fato era muito incipiente o ensino da Psicanálise na Universidade.

Não tinha mais ninguém. Tinha uns alunos que já estavam começando suas formações em psicanálise, todas essas formações kleinianas, era o que acontecia na Universidade Católica de Goiás. Então, a leitura e formação do ensino da Psicanálise passava por, logicamente, pela Sociedade Psicanalítica Internacional, e a gente já não concordava com isso não. A gente achava que o ensino nem existia propriamente dito, mas as formações e depois essas pessoas como professores, logicamente seus ensinamentos iam na direção da orientação da Sociedade Psicanalítica Internacional, com o que nós não concordávamos. Então, de cara, já havia uma cisão no ensino, porque Freud, bem dizer, nem era citado. No início, o ensino da Psicanálise na Universidade Católica de Goiás era a partir de Charles Brenner, um facilitador, indicado pela Associação Internacional de Psicanálise, e nós já batalhávamos desde então para um retorno a Freud na propositura lacaniana, obedecendo a propositura lacaniana, de irmos à letra freudiana para de fato resgatarmos os textos. E fomos até criticados por alguns kleinianos, que diziam que Freud era obsoleto (Entrevista concedida em 26/06/2009).

Uma outra perspectiva que ampliava mais ainda a discussão das concepções teóricas da grade curricular do Curso de Psicologia era a Fenomenologia. De acordo com Petrelli: “ninguém entendia o que era essa palavra, em 1980. Agora todo mundo sabe o que é, é uma disciplina da Epistemologia”. (Entrevista concedida por Petrelli em 06/07/2009).

Essa vertente teórica passou a embasar a disciplina Psicopatologia, como afirma Petrelli:

Ministrei os grandes autores da psiquiatria: era Marcus Johns, Franco Basaglia, entre outros autores, com uma visão dialética, questionadora da Psicologia, aberta, a se questionar, a se avaliar continuamente e não se dogmatizar, infelizmente às vezes acontecia em outras áreas (Entrevista concedida por Petrelli em 06/07/2009).

O processo se desencadeou, segundo Monteiro, da seguinte maneira:

Houve sim, uma predominância da análise do comportamento. Por muito tempo, ela dominou em razão da pesquisa que foram sendo feitas. As outras abordagens vieram depois, e começaram a aparecer outras pesquisas, porque se tinha naquela época a compreensão que pesquisa quem fazia era só análise do comportamento. As outras abordagens não eram científicas. Então este pensamento evoluiu. Claro que se precisou criar outros paradigmas, trabalhar com outros paradigmas da ciência, para poder entender essas outras abordagens que não eram tão positivistas. Isso é uma revolução. Acho que a gente percebe hoje um grau de maturidade maior e, portanto, é questão de articulação. Não é que esteja perfeito, esse é um trabalho super difícil, é trabalhar a interdisciplinaridade, trabalhar espírito de equipe, multiprofissional, não é fácil. Mas eu acho que já temos um aprendizado diferenciado. Não chegamos ao pico, mas há uma diferença em relação ao nosso processo inicial e o que nós estamos vivenciando e o que a gente projetar para o futuro, o futuro vai melhorar (Entrevista concedida em 06/07/2009).

Em síntese, Monteiro revela que houve avanços ao longo do tempo sobre o convívio das várias perspectivas epistemológicas do Curso de Psicologia. No entanto, aponta a necessidade de se aprofundar e ampliar o debate dentro do corpo docente, chamando para a discussão os alunos, sempre influenciados, de uma forma ou outra, pelas práticas teóricas dessas vertentes, quando do exercício da profissão de psicólogo.

3.3.1 Curso de Psicologia: perfil dos alunos, reconhecimento e intervenções sociais

O perfil dos primeiros alunos do Curso era de “um corpo discente jovem, com idade média de 30 anos e predominantemente feminino (67,4%)” (PIERRE, 2004, p. 42).

Segundo Leão,

tinha senhoras que já tinham criado seus filhos, que hoje são até professoras de universidades. A mulher sempre sofreu muito no processo de se ocupar de seus filhos, nem ela se liberava, após essa tarefa. Os filhos, entrassem no segundo grau, na Universidade, então, tinha muitas senhoras muito elegantes, que são nossas amigas. Por outro lado, também tinha outro tipo de aluno: aquelas moças, que tinham uma perspectiva de também formar suas famílias, casarem etc... E poucos rapazes: alguns hoje são professores, gente preparada. Era um curso mais para moças, o número de rapazes era menor (Entrevista concedida em 26/06/2009).

Desse relato pode-se inferir que os primeiros alunos do Curso eram de famílias de boa situação financeira, que tinham condições de manter seus filhos e/ou

filhas na universidade, ou seja, o Curso, de certa forma, se destinava a uma determinada classe da sociedade.

De acordo com CHAER (1979), era grande a demanda pelo Curso de Psicologia - Tabela 4:

Tabela 4 - Inscritos, classificados e matriculados: 1976 a 1979

Ano	Inscritos	Classificados	Matriculados
1976/1	306	130	139
1976/2	318	100	113
1977/1	415	180	203
1977/2	371	100	098
1978/1	621	180	191
1978/2	460	100	104
1979/1	656	100	103
1979/2	581	070	071

Fonte: CHAER (1979)

Apesar da grande procura, o Curso de Psicologia era visto pela comunidade goianiense com certa discriminação, como nos relata Pierre:

Nesta época, era muito complicado, porque no meio rural de Goiânia. E realmente as alunas, por exemplo, eu encontrava na rua, estava com o marido dela, namorado dela e falavam assim: esta é minha professora de Pedagogia. Nunca falavam de Psicologia. Elas não faziam o Curso de Psicologia, porque o Curso de Psicologia era para louco, não era visto, não era entendido, a sociedade não assimilava isso naquela época. Foi muito difícil para esses alunos, eles foram corajosos de fazer um curso que todo mundo rejeitava (Entrevista concedida em 25/06/2009).

No final de 1974, inicia-se o processo de reconhecimento do Curso e a reformulação do currículo. Pelas exigências do MEC, o Curso deveria contar com no mínimo dois doutores, razão pela qual foram remanejados do Departamento de Teologia o Padre Sérgio de Araújo, e, do Departamento de Biologia, o Professor Antônio Cardoso.

O professor Sérgio relata sobre o remanejamento:

O padre Baquero, juntamente com padre Thomazzi, estavam encaminhando para o MEC papéis para reconhecimento do Curso. O MEC exigiu que o Departamento tivesse dois doutores. Então o padre Vaz, conversando comigo, me disse: "você tem disciplina de Psicologia Social, então nós

podemos transferir você da Teologia para a Psicologia, pois você já é doutor”. E buscaram outro doutor na área de Biológicas, mas que também tinha uma disciplina na área de personalidade: era o doutor Antônio Cardoso, que era psiquiatra, ele tinha doutorado na USP. Então ele e eu fomos para o Departamento de Psicologia. Depois de dois meses, pediram que eu assumisse, por indicação do reitor, a diretoria do Curso de Psicologia. Eu aceitei, pois era uma cooperação com todos eles. Naquele tempo, o diretor não receberia nada. Eu escolhi o Antônio Cardoso na minha comissão auxiliar, ele foi o primeiro que escolhi, e aí eu comecei a ter uma vida dentro do Departamento de Psicologia. Então os papéis foram encaminhados para o MEC e o MEC reconheceu o Curso de Psicologia (Entrevista concedida por Sérgio Araújo em 09/07/2009).

A primeira turma se formou em julho de 1978. De acordo com Moura (2004), concluíram o Curso 28 alunos. Desses, muitos continuaram na universidade e seguiram a carreira docente. Um mês após, o Curso foi reconhecido pelo parecer nº. 4.624/78, Documento 213 do Ministério da Educação e Cultura - MEC.

Os primeiros profissionais formados começaram a atuar na sociedade e sobre as expectativas dessa atuação foram colhidos relatos de alguns professores:

No começo, não se pensava numa intervenção no sentido de função social dos nossos alunos. A primeira função dos nossos alunos, eu acredito que seja hoje, eu refletindo, a primeira função foi acabar com uma certa imagem que o psicólogo cuida de doido - passou perto por uma calçada onde tem uma clínica psicológica, você já está pegando a doença de um doido. Eu me lembro que a primeira vez que abrimos um campo de estágio no Araújo Jorge, as nossas primeiras alunas, os médicos tratavam nossos psicólogos como se fossem auxiliar de limpeza. Eram vistos como pessoas que não estudavam (Entrevista concedida por Araújo em 09/07/2009).

Leão relata que, “na realidade, foi uma abertura de mercado. Os primeiros egressos iam abrindo suas portas nas empresas, nos hospitais, a gente assistiu a isso. Nós somos e fazemos parte dos psicotécnicos e fazendo valer o diploma” (Entrevista concedida em 26/06/2009).

Já a expectativa de Simonassi tinha outro direcionamento:

Queria formar pessoas que pudessem ver a Psicologia como uma disciplina científica, com um caráter científico. Conseqüentemente, a atuação fora na sociedade, independentemente se as pessoas pudessem trabalhar, (...) Naquela época, se diziam assim: as pessoas ou iam trabalhar em escola, em clínica, indústria. Independentemente onde essas pessoas fossem trabalhar, elas podiam trabalhar com uma boa formação científica, com rigor metodológico, com objeto de estudo bem definido. Entretanto, quando a primeiras turmas se formaram, foram muitos para a psicologia clínica, que é um campo de atuação onde havia maior possibilidade, e para a psicologia clínica obviamente as pessoas não perguntavam o que um psicólogo clínico ia fazer. Ia fazer clínica, mas clínica de quê? Era um atendimento todo ele, como é muito hoje, baseado no modelo médico, tradicional, de ter um

consultório, ter aquele atendimento, quando se poderia, já naquela época, ter uma atuação muito mais intensa em psicologia escolar, por exemplo, nas escolas. Não tinha. Quando tinha era só no sentido de fazer diagnóstico, que depois de feito você precisa do profissional para fazer a atuação em cima do diagnóstico. Não tinha o profissional, era mais ou menos assim (Entrevista concedida em 04/07/2009).

Pelos relatos, pode-se constatar que, nesse período, na procura de um mercado de trabalho, o atendimento psicológico nos consultórios particulares era preferencial. Entretanto, muitos ex-alunos entraram para a carreira docente na própria Universidade.

3.3.2 Campos de Estágios

Com um novo currículo em prática e o fim do ciclo básico, em 1976 foi criado o Departamento de Psicologia, tendo Pe. Baquero como diretor. Entretanto, um novo desafio se apresentava: o das práticas supervisionadas, uma das exigências do MEC para o reconhecimento do Curso.

A primeira providência foi utilizar o espaço do Gabinete de Orientação Psicológica: “esse órgão vinculado ao Departamento de Educação serviu à prática dos alunos de Psicologia nas disciplinas técnicas que enfocavam os testes psicológicos” (PIERRE, 2004, p. 49).

Em 1977, o Gabinete se transformaria no Centro de Orientação Psicológica (COP), sob a direção do Pe. Thomazzi.

Moura (2004) retrata esse momento da seguinte maneira:

Era um espaço condizente com as necessidades da época: compunha-se de uma secretaria geral subdividida em uma pequena sala de diretoria; também havia sala de espera; grande sala de estudos; sala de orientação vocacional e seleção de pessoal para atendimento coletivo; grande sala de reunião; pequena sala de supervisão; sala de espelho unilateral, de tamanho razoável; cinco consultórios confortáveis, com poltronas e mesas para atendimento individual de adultos e crianças. Os alunos estavam entusiasmados com o COP equipado: 75 cronômetros e várias baterias de testes, ferramentas importantes da Psicometria (p. 62).

No ano seguinte, o Centro de Orientação Psicológica (COP) passaria por uma reestruturação de sua clínica, sob a responsabilidade de Irmã Mary Aparecida Rodrigues da Cunha: “partindo de suas visitas às clínicas-escolas nos USA, trouxe

para Goiânia um modelo” (PIERRE, 2004, p. 49). A influência desse modelo de clínica-escola norte-americana se implantou no COP que, doravante, passaria a ser chamado de Centro de Orientação Psicológica e Clínica (COPC). Foram reorganizadas as atividades do estágio de atendimento clínico do Curso e, principalmente, ampliado o número dos consultórios individuais.

O COPC teve uma demanda cada vez mais crescente. De acordo com o Relatório do Departamento de Psicologia/1982,

A maioria da clientela situa-se na Classe B, tendo como motivos a procurarem o COPC: problemas de aprendizagem escolar, comportamento da criança (inquietação, agressividade), problemas de fala na criança, problemas existenciais, tiques nervosos, anomalia cerebral e orientação vocacional (não paginado).

Devido a essa nova estruturação do COPC, os estagiários e a coordenação chegariam à seguinte conclusão sobre os atendimentos a serem realizados:

Ampliar o espaço físico, pois é grande a demanda de estagiários e clientes. Desmembrar as atividades de Seleção Profissional e Orientação Vocacional da atividade clínica. Aumentar a biblioteca do COPC e desenvolver um sistema rígido dos livros. Adquirir materiais e brinquedos pedagógicos para usar com maior disponibilidade. Intensificar a atividade clínica dentro da visão interdisciplinar. Divulgar os serviços prestados pelo COPC à noite, em TV, jornais e cartazes. Oferecer outras opções para o grupo que trabalha em Orientação Vocacional. Manter as atividades com alunos de Relações Públicas da UFG, juntamente com os estagiários de Psicologia. Criar espaços para desenvolvimento das atividades da área industrial como treinamento, avaliação de desempenho dentro da própria UCG. Viabilizar a vivência da Dinâmica de Grupo entre os estagiários de cada turno. Conseguir uma sala maior para supervisão. Diminuir os estagiários em função do espaço físico. Propiciar maior integração do Serviço Social e Psicologia (RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA/1982, não paginado).

Nesse período, também iniciaram-se os estágios em campos externos, sob a coordenação do Professor Wilson Coutinho. De acordo com Pierre (2004), “a Instrução Regimental do Estágio do Curso de Psicologia foi por ele elaborada e organizado o trabalho profissional” (p. 41).

A parceria com o Instituto Euvaldo Lodi - IEL, “tinha a finalidade de captar, nas instituições e empresas de diversas áreas, campos de estágios para o Curso de Psicologia e demais cursos da Universidade” (Entrevista concedida por Monteiro em 06/07/2009). Com isso, foram regulamentados e ampliados os campos de estágios em outras áreas.

De acordo com Monteiro, o trabalho

concretizou-se implantando estágios nas áreas básicas, que são clínica, organizacional, escolar e comunitária, essa base inicial. Os primeiros alunos foram pioneiros, eles foram estruturando. Foram eles que, de certo modo, foram abrindo os campos de estágios, na medida em que eles iam para as instituições, e, com o apoio das orientações dos professores, eles foram desenvolvendo as práticas do curso de Psicologia. Claro que, anteriormente, antes das práticas finais inclusivas do estágio obrigatório, tem as práticas das disciplinas, os laboratórios - o Curso, desde o início, teve o laboratório de PGE, Psicologia Geral e Experimental, e hoje é denominada de Laboratório de Análises Comportamentais, este foi o primeiro laboratório da Universidade. O Curso de Psicologia monta, em seguida, o Laboratório da Área Social de Desenvolvimento e, finalmente, as práticas de estágio, criadas por meio do primeiro grupo, do primeiro momento do currículo. E aí devo dizer que nasce o COPC, Centro de Orientação Psicológica e Clínica, um órgão dentro do Departamento de Psicologia, que abre e cria a oportunidade de se fazer estágio na Clínica-Escola do Departamento de Psicologia (Entrevista concedida por Monteiro em 06/07/2009).

Entre 1978 e 1982, foram os seguintes os campos de estágios nas respectivas áreas:

Clínica: Centro de Orientação Psicológica e Clínica-COPC, Instituto Artesanal dos Cegos, Centro de Reabilitação Raio de Sol, Clínica Isabela, Clínica Dimensão, Hospital Ortopédico, Instituto de Neurologia, Hospital das Clínicas, Psiclínica e Instituto Wassily Chuck;

Comunitária: Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor-FEBEM, Centro de Orientação e Observação Juvenil-COOJ, Casa de Prisão Provisória, Delegacia de Menores, Adauto Botelho, Centro Materno Infantil, Fundo de Desenvolvimento Comunitário do Município de Goiânia-FUNDEC e bairros periféricos;

Escolar: Educandário Pequeno Príncipe, Vila São Cotelengo, Escola Maria Betania, Colégio de Aplicação, Escola de Ensino Especial Raio de Luz, Escola Paraíso Infantil, Instituto Peter Pan, Instituto Pestalozzi, Lar São Francisco de Assis;

Industrial: Centro de Orientação Psicológica e Clínica-COPC³⁶, Jorlan, Encol, Cical, Celg, Telegoiás, Televisão Anhanguera, Cenpa, Economisa.

No entanto,

A opção preferencial do aluno pela área clínica vinha se mantendo de 1977 até 1981, apesar da ampliação das áreas de atuação. Em 1977, a área clínica captava 93% dos estagiários; o percentual decresceu para 67% em 1981. Mesmo assim, em 1981/82, 43,7% dos campos eram carentes e se

³⁶ A partir de 1982, inicia-se como campo de estágio nessa área.

encontravam tanto na área clínica, comunitária ou educacional. (RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA.1981/1982, *apud* PIERRE, 2004, p. 49)

Consta que, em meados de 1982, houve uma pesquisa com os alunos sobre os campos de estágios em que estavam atuando. Através desse processo avaliativo, os coordenadores³⁷ dos estágios chegaram às seguintes conclusões:

O estágio encontra-se defasado no seu binômio teoria-prática. Pois o conteúdo teórico é distante no tempo para sua aplicação e com pouca possibilidade de instrumentalizar uma prática considerando as características da realidade.

A prática poderá ser iniciada e preparada com as disciplinas do curso, melhorando as aulas de laboratório.

As informações sobre estágio e as diferentes atuações do psicólogo deverão ser oferecidas antes da definição pelo campo de estágio.

O aluno deveria ter a possibilidade de realizar a prática nas áreas de concentração como pré-estágio, favorecendo uma opção mais lúcida no momento de seu ingresso no estágio.

A duração do estágio em um ano é insuficiente para a conclusão dos casos clínicos.

Há deficiências de materiais e recursos em alguns campos, carecendo da UCG uma atenção especial.

As vagas oferecidas na indústria e na escola necessitam ser ampliadas devido à demanda dos alunos nestas áreas.

O estágio na área comunitária carece de desenvolvimento, fundamentação e sistematização (RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA. 1981/1982).

Os reflexos dessa avaliação foram sentidos aos poucos, com a mudança paulatina do perfil do estágio externo do Curso e com o surgimento de novos campos.

Em 1982, surge o projeto “Aldeia Juvenil”³⁸, idealizado e concretizado pelos professores Rodolfo Petrelli, Vanderlei de Castro e Mario Arruda da Costa, em consonância com uma “Psicologia a serviço de uma política social, de uma ética social e de não apenas um academicismo, no contexto de uma abertura política para a Psicologia” (Entrevista concedida por Petrelli em 06/07/2009).

O projeto foi implantado na Chácara São José, localizada na periferia de Goiânia. O nome do projeto era uma homenagem à cultura indígena e uma manifestação de respeito às crianças.

³⁷ Eram Coordenadores: Wilson Coutinho – coordenador dos estágios e da área comunitária; Ceres Regina Dias Fernandes – coordenadora da área clínica; Delza Araújo – coordenadora da área escolar; e Alberto de Oliveira – coordenador da área industrial.

³⁸ Atualmente é chamada de Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil – CEPAJ desenvolve vários projetos em vistas da garantia de direitos da criança e do adolescente, como ainda famílias em situação de risco e vítimas de violência física e sexual.

A Aldeia Juvenil surgiu como um programa de extensão dos departamentos de Serviço Social, Educação e Psicologia, com uma perspectiva diferente daquela do Centro de Orientação e Observação Juvenil - COOJ, órgão do governo da época responsável pela política voltada para os adolescentes e jovens infratores da ordem pública.

Segundo Petrelli, o desafio era “romper com uma instituição punitiva de menores. Criamos a aldeia juvenil, já na época um espaço sem que a malícia da milícia pudesse gerenciar o processo de re-inclusão social, o processo educativo dos adolescentes e jovens” (Entrevista concedida por Petrelli em 06/07/2009).

Em 1989, amplia-se a oferta de estágio em campo externo e surge o programa Aprender a Pensar, parceria da PUC-GOIÁS com a Superintendência de Ensino Especial da Secretaria de Estado da Educação de Goiás. Inicialmente denominado de Núcleo de Atendimento ao Aluno Intelectualmente Superdotado, voltado para os alunos do curso de Pedagogia, a partir de 1992 disponibilizado aos alunos de Psicologia, em 2006 em diante aos discentes de Fonoaudiologia. Esse campo de estágio atende crianças e adolescentes portadores de altas habilidades e aos que possuem dificuldade de leitura e escrita, entre outras questões.

Dado esse processo de novos campos de estágio, em 1992 inicia-se a reestruturação do Centro de Orientação Psicológica e Clínica (COPC) para Centro de Estudos e Prática Psicológica (CEPSI), trabalho coordenado pela Professora Vannuzia Leal A. Peres, que contou com o apoio de uma comissão de professores do departamento. Segundo Moura (2004): “esta reestruturação trouxe uma nova filosofia, a de que a clínica-escola deveria incentivar também a prática da pesquisa e registrar a prática clínica em trabalhos de cunho científico” (p. 66).

Com esse novo direcionamento da prática nos estágios, a estruturação do CEPSI foi organizada por unidades: Psicologia Escolar, Psicologia Comunitária, Psicologia da Saúde, Psicologia do Trabalho e Atendimento Psicológico.

Em 1997, foi criada a Unidade de Formação e Produção Científica, que, de acordo com Moura (2004), “tornou realidade a produção de trabalhos de cunho científico. Porém, somente no início do ano de 2000, começaram alguns ensaios de trabalhos de pesquisa” (p. 67).

Nessa trajetória dos estágios do Curso de Psicologia, entre 1973 e 2010, foram coordenadores: Gabinete Psicológico: Pe. Baquero (1973 a 1975); Centro de Orientação Psicológica - COP: Pe. Thomazzi (1976 a 1977); Centro de Orientação

Psicológica e Clínica - COPC: Ir. Mary Aparecida (1978 a 1980), Madalena de Pina (1980 a 1981), Maria das Graças Monteiro (1981 a 1983/1992/1), Milsse A. dos Reis (1983 a 1985/ 1989 a 1991), Cirinéia de Abreu Moura (1985 a 1987), Maria do Socorro de Freitas (1987 a 1989); Centro de Estudos e Prática Psicológica - CEPSI³⁹: Pedro Humberto (1992/2 a 1993), Vanuzia Leal A. Peres (1992 a 1994), Maria Tereza F. Costa e Débora Diva Pires (1994 a 2000), Purificación M. Miceli e Tereza Cristina de Carvalho (2000 a 2001), Purificación M. Miceli e Vera Lúcia Morselli (2002 a 2003), Fábio Jesus Miranda e Sebastião Benício da C. Neto (2003 a 2005), Delza Maria S.F. Araújo e Juliany G. Guimarães de Aguiar (2006 a 2007), Juliany G. Guimarães de Aguiar e Sheila G. Murta (2008 a 2009/1), Juliany G. Guimarães de Aguiar e Ceres Regina Dias Fernandes (2009/2 a 2010/1) e Elizabeth C. Landi L. Souza e Ana Cristina Resende (2010/2...).

3.3.3 Currículos: 1974 a 1989

Entre 1974 e 1989, foram elaborados três currículos, sempre no sentido da redução para adequação às exigências do mercado de trabalho. Entretanto, para Monteiro:

Apesar de ter reduzido a quantidade de carga-horária, as disciplinas ficaram mais bem trabalhadas, com uma melhor articulação. A elaboração desses currículos passou por um processo de amadurecimento do corpo docente. Você pode colocar no papel tudo bonitinho, mas na hora de ocorrer na prática é diferente e sobretudo para nós que temos várias escolas (Entrevista concedida em 06/07/2009).

A primeira mudança curricular ocorreu em 1974, quando se iniciou o processo de reconhecimento do Curso junto ao Ministério da Educação. Houve a reformulação e o enquadramento às normas da Reforma Universitária: cursos organizados em períodos, matérias distribuídas em departamentos e oferecidas por créditos. O trabalho foi realizado à época sob a coordenação da professora Marie Claire e passou a vigorar a partir de 1975/1⁴⁰. O curso ficou organizado em doze semestres.

³⁹ Nas gestões em diante, foram redimensionadas as funções: a primeira, coordenação administrativa e a segunda, coordenação pedagógica.

⁴⁰ No apêndice J, distribuição das disciplinas desse currículo.

Essa estrutura curricular, segundo Monteiro,

Foi muito influenciada pela análise do comportamento. Este currículo tem o perfil desta abordagem, até mesmo de uma influência americana que o país estava tendo. A própria Psicologia tem influências desse contexto (Entrevista concedida em 06/07/2009).

Para a titulação específica de Licenciatura, os alunos deveriam cumprir um total de 232 créditos e uma carga-horária de 3.480 horas; para o Bacharelado, 248 créditos e 3.720 horas; e para Psicólogo, 298 créditos e 4.470 horas.

A discussão do segundo currículo foi iniciada em 1980, passando a vigorar a partir de 1985/1⁴¹. Com mais tempo de elaboração, teve a participação dos professores e alunos e continuou com a coordenação da professora Marie Claire.

Consta no Relatório do Departamento de Psicologia de 1981 que a comissão de elaboração desse currículo partiu das seguintes constatações:

De maneira geral, o ensino dispensado no Curso de Psicologia peca pela deficiência dos trabalhos práticos oferecidos aos alunos. Mas uma das maiores falhas vem da falta de integração das disciplinas entre si. De fato, a estrutura atual do ensino superior por créditos isola o conteúdo de cada matéria, transmitindo ao estudante uma visão parcelada, segregada da sua futura profissão, o que o aliena numa procura de técnicas “receitas de bolo” imediatamente aplicáveis e replicáveis sem a devida compreensão do processo e da dinâmica de um trabalho Psicológico. A necessidade de novas metodologias favorecendo essa integração foi um dos pontos chaves e mais discutidos (Não paginado).

O novo currículo propôs uma integralização do curso em uma grade curricular de 4.800 horas⁴², distribuídas em 12 semestres.

Na prática, as alterações ocorridas promoveram: a melhor organização das disciplinas na grade, a inclusão dos pré-estágios, a criação de matérias optativas e a exigência de relatórios de estágios (PIERRE, 2004). Todavia, no decorrer de sua execução, ele se apresentou oneroso, principalmente em decorrência de sua duração.

O terceiro currículo começa então a ser elaborado em 1989/1, sob a coordenação da professora Maria das Graças Monteiro, e passa a vigorar a partir de 1989/2⁴³.

⁴¹ No apêndice L, distribuição das disciplinas desse currículo.

⁴² Não foi encontrada, nos arquivos disponibilizados, a integralização curricular da Licenciatura e do Bacharelado em Psicologia desse currículo.

⁴³ No apêndice M, distribuição das disciplinas desse currículo.

A integralização curricular para a titulação ficou assim distribuída: Licenciatura, 216 créditos e 3.240 horas; Bacharelado, 228 créditos e 3.420 horas; Psicólogo, 316 créditos e 4.740 horas.

O novo currículo ampliou as disciplinas optativas e exigiu a apresentação de monografias ao final da formação.

3.3.4 Pesquisa: constituição do seu processo

Em consonância ao que ocorre com os cursos de Psicologia recém-criados no país, o primeiro laboratório implantado no Curso de Psicologia da PUC-GOÍÁS foi o Laboratório Experimental, em 1973: “as pessoas imaginavam que era o único laboratório que um Curso de Psicologia deveria ter” (Entrevista concedida por Simonassi em 04/07/2009).

Foram comprados equipamentos de análise experimental do comportamento – em decorrência de que ele foi apelidado de Laboratório das Caixas de Skinner – montados no prédio onde funcionava o Curso de Filosofia: “O laboratório era muito simples, muito improvisado” (Entrevista concedida por Pierre em 25/06/2009).

Segundo Simonassi:

As caixas de câmaras de condicionamento operante não tinham recursos tais como a gente tem hoje. Elas tinham apenas um dispositivo para liberar reforçamento manual, não tinha mais nada. Eram as câmaras feitas pela FUNBEC, que era um instituto, não sei, era uma fundação universitária que, enfim, construía alguns equipamentos (Entrevista concedida em 04/07/2009).

Em 1975, foram comprados outros equipamentos de Psicofísica do Japão, entre os quais um taquitoscópio e um gavalnômetro. As primeiras pesquisas foram iniciadas com esses aparelhos (PIERRE, 2004).

As pesquisas realizadas nesse período foram: Efeito da influência do treino anterior sobre o comportamento de escolha em situação de extinção; Estudo de extinção em comportamento de escolha; e Análise de contingências de omissão, pelo professor Lorismário E. Simonassi; Programa de redução de peso, pela Irmã Mary Aparecida; Extensão do estudo de critérios de estabilidade do rato albino, pelo Professor Márcio de Queiroz Barreto; Programa para avaliação de testes e

questionários, pelos professores Marie C. A. Pierre, Milsse A. dos Reis, Márcia M. da Silva, Dinair P. Silva e Delza Maria. (RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA, 1981).

Em 1981, são elaborados dois projetos para a criação de laboratórios: o primeiro sobre Condicionamento Operante, pelos professores Lorismário E. Simonassi e Márcio de Queiroz Barreto, aprovado pelo CNPq em 1982, concretizando a constituição do Laboratório de Análise Experimental do Comportamento – LAEC (PIERRE, 2004), que alicerçou a criação do Núcleo de Pesquisa em Psicologia Experimental, criado em 1986 e ampliado em 1998, com vistas à implantação da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado, em 1999; e o segundo sobre Psicologia Social e Técnicas de Aconselhamento Psicológico, elaborado pelos professores Marie C. A. Pierre, Sérgio de Araújo e Ivana Oriente Felipe, aprovado em 1982.

No entanto,

Com uma verba de um milhão e novecentos e treze mil cruzeiros, em maio de 1982, que permitiu apenas a construção do prédio, logo batizado de “elefante branco”, não havia equipamento ou qualquer coisa que lembrasse um laboratório. Mais tarde, o elefante branco se tornou a sede do CPD, e os projetos de laboratórios foram abortados temporariamente (PIERRE, 2004, p. 45).

É importante ressaltar que essas pesquisas iniciais do Laboratório Experimental não eram um processo constante e sistematizado nos cursos de Psicologia espalhados pelo país, nem mesmo no próprio Curso de Psicologia da PUC-GOIÁS.

Somente na década de 1970 a 1980, para suprir essa carência, segundo Antunes (2004), começaram a haver congressos que “tornaram-se uma prática regular, ocorrendo encontros gerais da área ou encontros por temas, abordagens ou campos de atuação específicos” (p. 143).

Assim, em 1975, foi organizado, na PUC-GOIÁS, um Encontro de Psicologia, com o objetivo de discutir as práticas psicológicas. A partir deste, vários outros encontros foram realizados na Universidade, muitos dos quais organizados pelos próprios alunos (PIERRE, 2004).

Segundo Araújo, vinham para esses congressos:

a turma inteira da PUC do Rio, entre eles Aroldo Rodrigues, e neles começamos a discutir a Psicologia Comunitária. Também frutos desses debates vieram alguns psicólogos para dar cursos em alguns finais de semana (Entrevista concedida em 09/07/2009).

A partir de 1979 e 1980, os professores começaram a realizar cursos de pós-graduação fora da Universidade. Sobre isso, relata o professor Sérgio:

Então a primeira preocupação era essa: nós tínhamos poucos psicólogos na cidade e falta de professores. Inclusive na época, 1979 e 1980, abriu umas 10 ou 12 vagas para os professores em vários departamentos fazer pós-graduação e esta foi a primeira turma de pós-graduação do Curso de Psicologia (Entrevista concedida em 09/07/2009).

Nesse período e de acordo com o Relatório do Departamento de Psicologia/1981, começam também a surgir os primeiros cursos de extensão: Curso de dicção e impostação vocal, coordenado pelos professores Anneti Scotti Rabelo e Djalma Barreto Neves, de 10 a 15 de agosto de 1981, com uma segunda turma de 17 a 22 de agosto deste mesmo ano, e carga-horária de 18 horas cada um; Curso de introdução à leitura de Jean Piaget, realizado no segundo semestre de 1981, coordenado pelo professor Adjenor de Lima Filho, com carga horária de 30 horas.

Ainda nesse ano de 1981, realiza-se o curso de Análise de dados qualitativos para pesquisadores sociais, de 30 de novembro a 15 de dezembro, em convênio com a Universidade de Montevideu - Uruguai, coordenado pelo professor Juan Carlos Anselmi⁴⁴, carga-horária de 30 horas.

Os cursos foram oferecidos aos professores da Universidade Católica e Universidade Federal e para outras instituições.

O ano de 1982⁴⁵ ofereceu o curso de Psicodiagnóstico infantil, nos dias de 01 de março a 02 de abril, com a coordenação da professora Vannuzia Leal de Andrade e carga-horária de 60 horas, curso que foi re-oferecido pelo professor Dinair de Paula e Silva entre os dias de 08 de maio e 26 de junho do mesmo ano; o curso de Desenvolvimento das comunidades de base, coordenado pelo professor Wilson Coutinho Junior, com carga-horária de 60 horas; o curso de Seleção de pessoal, com quatro turmas coordenadas pelo professor Alberto de Oliveira e carga-

⁴⁴ Este professor realizou uma conferência em 30 de outubro de 1981, sobre Análise Fatorial de Correspondências, direcionada a especialistas em Informática e em Estatística, pesquisadores em Ciências Sociais e Humanas, economistas e estudantes.

⁴⁵ Nesse ano, os cursos de extensão foram oferecidos exclusivamente para os alunos do Curso de Psicologia.

horária de 30 horas; e Fundamentos básicos do Teste “Z”, pela professora Maria das Graças Monteiro, no período de 15 de abril a 07 de maio, carga-horária de 48 horas.

Segundo o Relatório do Departamento de Psicologia/1982, para o ano de 1983 estavam programados, para o primeiro e segundo semestres, os cursos: Seleção de pessoal, com duas turmas coordenadas pelo professor Alberto de Oliveira, carga-horária de 32 horas; Psicodiagnóstico infantil, coordenado pela professora Vannuzia Leal de Andrade, com carga-horária de 60 horas; e o curso de Terapia infantil, coordenado pela professora Lígia Maria Clemens, com 130 horas.

Os congressos, os primeiros cursos de extensão do Departamento e os cursos de pós-graduação externos realizados por vários professores começaram mudar o perfil do ensino de Psicologia e os rumos da pesquisa do Curso. Em setembro de 1988, o Departamento de Psicologia promoveu um seminário sobre o Ensino da Psicologia com o Dr. Franco Lo Presti Seminário (PIERRE, 2004), germinando a ideia da criação de uma pós-graduação em Psicologia no Estado de Goiás, relatado por Simonassi:

A Psicologia hoje é outra coisa. O Curso de Psicologia que começou e até 1978, quando a primeira turma completou o curso, eles não tinham tido nenhum professor, por exemplo, com mestrado ou doutorado. O curso começou a melhorar muito aqui, por volta de 1990. Ainda havia uma dificuldade de contratar professores, tanto é que a quantidade de ex-alunos, que terminavam o curso, eram convidados a dar aula, ou fazia concurso e você não podia fazer exigências maiores do que a graduação, pois não tinha ninguém de fora para fazer os concursos.

De 1990 para cá, começaram a aparecer muitos docentes qualificados. Era difícil aqui em Goiânia. As pessoas queriam ficar no Rio de Janeiro, São Paulo, no sudeste, de maneira geral no sudeste, quando iam para Brasília. Também com a criação do curso de pós-graduação em Brasília, em 1977 ou 1978, em dois ou três anos começaram gente nossa fazer pós-graduação e a se formar em mestrado e o curso começou a ter características de um curso, com uma quantidade grande de professores pós-graduados, com mestrado e com doutorado. Ainda mais com o mestrado na época, do que doutorado. (Entrevista concedida em 04/07/2009).

As pesquisas realizadas pelo departamento de Psicologia da PUC-Goiás têm outro impulso a partir de 1999, quando se cria o Núcleo de Estudos Psicossociais – NEP. Entre os temas de que tratava encontram-se: representações sociais, identidade e exclusão social, subjetividade e cultura, processos psicossociais do trabalho, cultura e organizações. E o Núcleo de Infância, Adolescência e Família - NIAF, de visão multidisciplinar, para tratar das questões psicossociais antropológicas dessa área (PIERRE, 2004).

3.3.5 Pós - Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado: primeiros passos - 1999 a 2003⁴⁶

O projeto da Pós-graduação *Stricto Sensu* começou a se concretizar em meados de 1997, quando surgiram os debates para sua implantação. Segundo Monteiro, “em uma reunião de congregação, sob a coordenação do professor Márcio de Queiroz Barreto, foi apresentado à reitora o projeto de pós-graduação, que foi implementado com toda orientação da Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa” (Entrevista concedida em 06/07/2009).

O projeto de Pós-graduação *Stricto Sensu* foi coordenado pelo professor Lorismário Simonassi:

O grande marco divisor aqui no curso de Psicologia foi a implantação da pós-graduação aqui, em 1999. Na verdade, a pós-graduação começou a ser estudada para ser implementada aqui em 1997 e a primeira turma em 1999. E aí, para implantar o curso de pós-graduação, por exigência do MEC nós tínhamos que ter mais doutores. Num espaço de dois anos, de 1999 a 2002, aumentamos a quantidade de doutores no Departamento de Psicologia (Entrevista concedida em 04/07/2009).

Segundo o Relatório enviado para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES em 2003, intitulado de: “proposta do programa – visão geral, evolução e tendências” do programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Psicologia da PUC-GOIÁS, quando este foi criado em 1999 se constituía de duas áreas de concentração: Aprendizagem e Comportamento Social. Essa configuração buscava responder aos critérios de:

delimitar o campo continente dos trabalhos de pesquisa então realizados; e, ser suficientemente abrangente para contemplar abordagens teóricas e metodológicas diferentes, respeitando uma característica epistemológica da Psicologia como um todo, sua pluralidade. (RELATÓRIO CAPES/2003 PROPOSTA DO PROGRAMA - VISÃO GERAL, EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS, p. 03)

Em 2000, essa configuração seria ampliada, vez que não contemplava, na totalidade, outras perspectivas teóricas, principalmente as da Área de Concentração em Comportamento Social, “constituída mais por pesquisadores

⁴⁶ Coordenadores Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia: Lorismário Ernesto Simonassi (1998 a 2001), Rodolfo Petrelli (2001 a 2003), Kátia Barbosa Macedo (2003/1), Pedro Humberto Faria Campos (2003/2-2008) e Lauro Eugênio Guimarães Nalini (2009...).

voltados para o estudo de processos simbólicos (cultura, identidade, representações, valores, subjetividade) e sociológicos (interações grupais, organizações, etc)” (*idem*, p. 03).

Surge, então, uma nova terminologia, com o objetivo,

de permitir uma melhor distribuição dos recursos e avaliar as perspectivas de demanda e de recrutamento (de futuros docentes-pesquisadores). Assim, no âmbito interno, se falava de "sub-programas" ou "sub-áreas", divididas em quatro: Análise do Comportamento; Etologia; Psicologia Social e da Personalidade; e Psicologia do Desenvolvimento. Neste esforço de organização, o escopo daquilo que se chama "aprendizagem" (área de concentração) envolveu os trabalhos de pesquisa em análise experimental do comportamento, de automação de procedimentos experimentais e de ensino e os trabalhos associados à psicologia filogenética (etologia). Contudo, uma parte da "aprendizagem" foi se constituindo dentro do agrupamento definido como psicologia do desenvolvimento (RELATÓRIO CAPES/2003 PROPOSTA DO PROGRAMA - VISÃO GERAL, EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS, p. 03)

Entre 2001 e 2002, com o credenciamento de professores externos e o doutoramento de muitos professores da própria instituição, o Programa de Pós-Graduação ampliou o campo das suas linhas de pesquisas e conseqüentemente alterou a estrutura do Curso de Mestrado, que passou a ser assim definido: a) Processos de Aprendizagem e Motivação; b) Desenvolvimento Social da Personalidade (RELATÓRIO CAPES/PROPOSTA DO PROGRAMA - VISÃO GERAL, EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS, 2003).

Entretanto, no desenvolvimento das pesquisas dessas linhas, de novo se constatou a necessidade de ampliá-las, porque já “não comportavam de modo consistente a totalidade dos projetos e perspectivas e, ainda mais, assimilava de modo muito provisório parte das "sub-áreas" ou agrupamentos já consolidados pela demanda, pelo quantitativo de defesas e pela produtividade dos docentes” (RELATÓRIO CAPES/2003 PROPOSTA DO PROGRAMA - VISÃO GERAL, EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS, p. 03).

Em 2003, concluem-se as discussões e os encaminhamentos em torno da reorganização do Programa de Pós-Graduação, que ficou assim estruturado: Área de Concentração em Processos Básicos⁴⁷, com as linhas de pesquisas: Análise

⁴⁷ “Anteriormente, era a “área chamada de "aprendizagem". Foi renomeada para não se confundir com o "objeto" aprendizagem”; abarca os estudos dos aspectos ontogênicos e filogênicos do comportamento, as várias dimensões do processo de aprendizagem, e os fatores motivacionais, dentre outros” (RELATÓRIO CAPES/2003 PROPOSTA DO PROGRAMA - VISÃO GERAL, EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS, p. 03).

Experimental do Comportamento e Psicologia Evolucionista (re-denominação do agrupamento "Etologia"); Área de Concentração em Processos Psicossociais⁴⁸, com as linhas de pesquisas: Psicologia Social; Psicologia do Trabalho e das Organizações; Desenvolvimento e Aprendizagem; Área de Concentração em Estudos da Personalidade⁴⁹, com as linhas de pesquisas: Personalidade e Psicopatologia Clínica; Terapia Comportamental e Psicologia da Saúde. Com isso, a grade curricular foi também alterada, na perspectiva de atender as demandas das linhas pesquisas (RELATÓRIO CAPES/PROPOSTA DO PROGRAMA - VISÃO GERAL, EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS, 2003).

Esse percurso inicial da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, Mestrado, da PUC-GOIÁS já revela a consolidação do processo de institucionalização da Psicologia enquanto ciência e profissão no Estado de Goiás. Alicerçada em pressupostos consistentes de diversas perspectivas teóricas e linhas de investigações psicológicas, essa trajetória se concretizará ainda mais com a criação da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Doutorado, em 2007.

⁴⁸ "A área antes chamada de "comportamento social" será consolidada na idéia de processos psicológicos na fronteira entre o indivíduo e a sociedade. Então, os processos sócio-cognitivos, os processos interativos e os aspectos sociais (sócio-institucionais e/ou culturais) são abordados" (RELATÓRIO CAPES/2003 PROPOSTA DO PROGRAMA - VISÃO GERAL, EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS, p. 03).

⁴⁹ "Ela é um desmembramento "da ex-área "aprendizagem" quanto da "comportamento social", mais focados nos estudos da psicologia da personalidade propriamente dita, na psicopatologia e nas intervenções psicoterápicas, comunitárias e hospitalares" (RELATÓRIO CAPES/2003 PROPOSTA DO PROGRAMA - VISÃO GERAL, EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS, p. 03).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi exposto nesta dissertação expressa a sistematização dos resultados da pesquisa acerca dos processos sociais e históricos implicados na institucionalização do ensino e do campo científico da Psicologia em Goiás no marco da criação do curso de Psicologia na PUC-GOIÁS.

Seu desenvolvimento foi realizado num esforço e desafio da busca de dados, cujo processo constatou a quase inexistência de documentação oficial referente a esse tema na PUC-GOIÁS.

O exercício, entretanto, propiciou descobertas e aprendizagem, demonstrando que o campo de investigação sobre a Psicologia no Estado é vasto e amplo, e que ainda existem muitas questões a serem investigadas e disponibilizadas ao conhecimento público.

No desenvolvimento da investigação histórica, destacamos o auxílio de alguns professores que foram os primeiros protagonistas desse processo. As informações e a documentação por eles disponibilizadas foram fundamentais, da mesma forma que a produção sistematizada no doutoramento de Rodrigues (2007) sobre a História da Psicologia em Goiás. Esses dados foram imprescindíveis para a concretização deste trabalho.

Estamos cientes de que esta pesquisa não teve a pretensão de esgotar a História do Curso de Psicologia da PUC-GOIÁS, mas de resgatar e trazer para a discussão o processo de institucionalização ocorrido no ensino superior do cerrado goiano de que ela fez parte.

Por essa razão, muitas outras pesquisas podem e devem ser realizadas, no intuito de ampliar o acervo sobre o tema na PUC-GOIÁS e em Goiás.

Esta pesquisa revela que o processo de institucionalização da Psicologia no ensino superior do Estado foi consoante à trajetória da história da Psicologia ocorrida no país, desde as “ideias” psicológicas iniciais até a Psicologia Científica.

Também em terras goianas, foram nas áreas da Medicina e da Educação que os pressupostos psicológicos encontraram um terreno fértil para seu desenvolvimento. Inicialmente utilizados como instrumento de controle de higienização social, por meios de políticas sanitaristas, no caso da Medicina, ou ainda como suporte metodológico e pedagógico na formação de professores e do

ensino, no caso da Educação goiana, foram depois se alicerçando no movimento escolanovista e, posteriormente, nas sucessivas reformas das políticas educacionais do Estado.

De outro lado, também a trajetória da institucionalização da Psicologia no ensino superior de Goiás esteve inserida no contexto do chamado “milagre econômico brasileiro”, marcado por um crescimento da economia do país na década de 1970, em plena ditadura militar, quando então surgiram vários cursos de Psicologia em outros estados brasileiros, num reflexo das políticas educacionais liberais que beneficiaram a iniciativa privada no controle da administração do ensino da Psicologia no país.

A análise das leis e decretos do governo federal realizada nesta pesquisa constatou que, de 1953 a 2010, as instituições privadas vêm administrando 84,35% do ensino de Psicologia, enquanto o poder público, que oferece ensino gratuito, tem administrado 15,65% do total dos cursos. Nesse sentido, as políticas públicas educacionais existentes no país têm se manifestado ineficientes para atender a crescente demanda da população pelo ensino gratuito e de qualidade.

Inserido nesse contexto é que o Curso de Psicologia é criado no Estado de Goiás. Seu percurso revela que suas práticas teóricas iniciais tiveram a influência da psicologia comportamental behaviorista, que alicerçou a grade curricular das primeiras turmas. Entretanto, ao longo dos anos, outras perspectivas teóricas, ampliaram o leque das discussões e linhas de pesquisas realizadas pelo curso. A consolidação veio especialmente com a criação da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado e Doutorado, em 1999 e 2007 respectivamente.

A história dessa trajetória não se encerra com esta pesquisa. Muitas questões podem ser levantadas a partir desta produção. Sua relevância foi trazer para discussão esse processo da institucionalização da Psicologia no Estado de Goiás, adormecido há 36 anos. Certamente que outros protagonistas, outras interpretações, outras mediações e determinações podem e devem ser investigadas. A contribuição que se pretende é principalmente pautar o tema e criar as condições de possibilidade para sua interrogação.

REFERÊNCIAS

ABEMS. *Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/>. Acesso em 15 nov. 2008.

ABEP. Associação Brasileira de Ensino de Psicologia. Disponível em: <http://www.abepsi.org.br/web/LinhadoTempo.aspx>. Acesso em: 17 set. 2009. Não paginado.

ABREU, Alberto. Inatismo. Disponível em: <http://albertoabreu.wordpress.com/2006/07/18/inatismo/>. Acesso em: 03 jun. 2010. Não paginado.

_____. Alberto. Ambientalismo. Disponível em: <http://albertoabreu.wordpress.com/2006/07/18/ambientalismo/>. Acesso em: 03 jun. 2010. Não paginado.

AGUIAR, Luciana Sacramento. *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/qualidadetotaleducacao.html>. Acesso em: 28 jan.2009

ALBERTI, Sonia. *Crepúsculo da Alma: a psicologia no Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia –, Disponível em: <http://www.anpepp.org.br/>. Acesso em: 17 set. 2009. Não paginado.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A Psicologia no Século XX: Desenvolvimento Científico e Profissional. In: MASSINI, Marina (org). *História da Psicologia no Brasil: novos estudos*. São Paulo: EDUC, Cortez Editora, 2004, 108-151.

_____. Mitsuko Aparecida Makino. Algumas Reflexões acerca de Minha Formação como Pesquisadora em Historia da Psicologia. In: CAMPOS, Regina H. de F. (org.). *História da Psicologia*. São Paulo: EDUC: ANPEPP, 1996. p, 95-104.

BARREYRO, Gladys Beatriz. *Mapa do Ensino Superior Privado*/Gladys Beatriz Barreyro. - Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.77 p. :il. (Série Documental. Relatos de Pesquisa, ISSN 0140-6551; 37). Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4326>. Acesso em set. 2008.

BRASIL. *Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879*. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em: 16 mar. 2009.

_____. *Decreto nº 21.173, de 19 de março de 1932*. Disponível em: http://www.abepsi.org.br/web/linha_do_tempo/memoria/docs/fr_1932_1.htm. Acesso em: 28 mar. 2008. Não paginado.

_____. *Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946*. Disponível em: <http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinonormal.htm>. Acesso em: 06 fev. 2008. Não paginado.

_____. *Lei nº 4.024, de 21 dezembro de 1961.* Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes-p0038-0041-c.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2008. Não paginado.

_____. *Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962.* Disponível em: http://www.abepsi.org.br/web/linha_do_tempo/memoria/docs/fr_1962_1.htm. Acesso em: 16 abr. 2008. Não paginado.

_____. *Portaria nº 227, de 09 de outubro de 1962.* Disponível em: <http://www.ims.uerj.br/psicorio/?tbl=6&view=14>. Acesso em: 16 abr. 2008. Não paginado.

_____. *Decreto nº 53.464, de 21 de janeiro de 1964.* Disponível em: http://www.crpsp.org.br/crp/orientacao/legislacao/normatizacao/decretos/fr_fed_decreto53464-64.aspx. Acesso em: 17 abr. 2008. Não paginado.

_____. *Decreto nº 63.341, de 01 de outubro de 1968.* Disponível em: <http://www.prolei.inep.gov.br/exibir.do;jsessionid=F7094ABDC553E54AE3303DFEB5C0980B?URI=http%3A%2F%2Fwww.ufsm.br%2Fcpd%2Finep%2Fprolei%2FDocumento%2F-8698500734975701826>. Acesso em: 18 abr. 2008. Não paginado.

_____. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L5540.htm>. Acesso em: 18 abr. 2008. Não paginado.

_____. *Decreto nº 464, de 11 de fevereiro de 1969.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0464.htm. Acesso em: 18 abr. 2008. Não paginado.

_____. *Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971.* Disponível em: http://www.crpsp.org.br/crp/orientacao/legislacao/normatizacao/leis/fr_fed_lei5766.aspx. Acesso em: 16 mai. 2008. Não paginado.

_____. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.* Promulgada em em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> 03 mai. 2008. Não paginado.

_____. *Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/Leis/L8958.htm>. Acesso em: 15 mai. 2008. Não paginado

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 01 abr. 2008. Não paginado.

_____. *Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997.* Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/23/1997/2207.htm>. Acesso em: 03 jan. 2009. Não paginado.

_____. *Decreto n.º 2.306, de 19 de agosto de 1997.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/Decreto/D2306.htm>. Acesso em: 06 jan. 2009. Não paginado.

_____. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/leis-2001/l10172.htm>. Acesso em: 10 jan. 2009. Não paginado.

_____. *Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2001/D3860.htm. Acesso em: 11 jan. 2009. Não paginado.

_____. *Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 01 nov. 2009. Não paginado.

_____. *Lei nº 10.838, de 30 de janeiro de 2004.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/-ato2004-2006/2004/Lei/L10.838.htm>. Acesso em: 03 nov. 2009. Não paginado.

_____. *Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.* Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2008. Não paginado.

_____. *Decreto nº 5.205, de 20 de dezembro de 2004.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/-ato2004-2006/2004/decreto/D5205.htm>. Acesso em: 08 jan. 2008. Não paginado.

_____. *Medida Provisória nº 234, de 10 de janeiro de 2005.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/-Ato2004-2006/2005/Mpv/234.htm> Acesso em: 03 nov. 2009. Não paginado.

_____. *Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/-Ato2004-2006/2005/LEI/L11096.htm>. Acesso em: 03 nov. 2008. Não paginado.

_____. *Lei nº 11.127, de 28 de julho de 2005.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/-Ato2004-2006/2005/Lei/L11127.htm> Acesso em: 03 out. 2009. Não paginado.

_____. *Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/-Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 20 fev. 2008. Não paginado.

_____. *Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/-ato2004_2006/2006/Decreto/D5773.htm. Acesso em: 18 mar. 2008. Não paginado.

_____. *Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/-ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm>. Acesso em: 25 mar. 2008. Não paginado.

_____. *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 10 mai. 2008. Não paginado.

_____. *Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/-Ato2007-2010/2007/Decreto/D6303.htm>. Acesso em: 20 jun. 2008. Não paginado.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/p639.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2008. Não paginado.

BRETAS, Genesco F. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

BROŽEK, Josef, MASSINI, Marina. *Historiografia da Psicologia no Brasil*. Brožek, Josef, MASSINI, Marina (orgs.). In: *Historiografia da Psicologia Moderna: versão brasileira*. São Paulo: Loyola/Unimarco, 1988, p. 209-221.

_____. In: CAMPOS, Regina H. de F. (org.). *História da Psicologia. História da Psicologia*. São Paulo: EDUC: ANPEPP, 1996, p. 57-63.

BRZEZINSKI, Iria. *A formação do professor para o início da escolarização*. Goiânia: UCG/SE, 1987.

CADASTRO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. *E-mec*. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 05 out. de 2008.

CANEZIN, Maria Teresa. LOUREIRO, Walderês Nunes. *A Escola Normal em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>. Acesso em 03 de março de 2008.

CAMPOS, Regina H. de F. (org.). *História da Psicologia. História da Psicologia*. São Paulo: EDUC: ANPEPP, 1996.

CARONE, Iray. A dialética marxista: uma leitura epistemológica. In: LANE, Silvia T. M. CODO, Wanderley (orgs.). *Psicologia Social: O Homem em movimento*. 10^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 20-30.

CENTOFANTI, Rogério. Radecki e a Psicologia no Brasil In: ANTUNES, Mitsuko A. M. (org.). *História da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ, Conselho Federal de Psicologia, 2004, p. 177-208.

CHAER, Laura. Relatório da Universidade Católica de Goiás (UCG). *Estudos Goianienses - Revista da Universidade Católica de Goiás*. Goiânia, ano VI, n. 10, p. 99-109, jul/ago. 1979.

CHAVES, Vera Lúcia; LIMA, Rosângela; MEDEIROS, Luciene. *Reforma da Educação Superior Brasileira - de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação brasileira*. IN: *Educação Superior no Brasil: 10 anos Pós-LDB*. Ministério da Educação/INEP, volume 2, Brasília-DF, 2008.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE NÍVEL DO ENSINO SUPERIOR – CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>. Acesso em: 09 jun. 2008. Não paginado.

CUNHA, da Myrtes. O processo de ensino-aprendizagem em psicologia da educação no campus avançado de Catalão. 1993. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiás.

CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

_____. Luiz Antonio. *A universidade temporã: Da Colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

DIAS, Adelino Jose de Carvalho. *O Ensino Superior em Uberlândia: precarização do trabalho docente*. 2006. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Uberlândia, Uberlândia - Minas Gerais.

DICIONÁRIO INTERATIVO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA- Agência EducaBrasil, Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=273>. Acesso em: 04 jun. 2010. Não paginado.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

FERREIRA, Arthur Arruda Leal. O múltiplo surgimento da psicologia. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria, FERREIRA, Arthur Arruda Leal, PORTUGAL, Francisco Teixeira (orgs.). *História da Psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: NAU, 2008, p. 12-46.

GEBRIM, Virginia Sales. Psicologia e Educação no Brasil: uma história contada pela revista de estudos pedagógicos. 1996.139f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiás.

GOIÁS. *Lei nº. 13, de 23 de julho de 1835*. Lei de Goiás, caixa 1. Arquivo Histórico Estadual.

_____. *Lei nº. 527, de 07 de julho de 1916*. *Correio Oficial*, ano 59 nº. 90, de 28 de outubro de 1916. Arquivo Histórico Estadual.

_____. *Decreto nº. 8.538, de 12 de fevereiro de 1925*. *Decretos Goiás*. Arquivo Histórico Estadual.

_____. *Decreto nº. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930*. *Regulamentos*, Goiás. Arquivo Histórico Estadual.

_____. *Decreto nº. 659, de 28 de janeiro de 1931*. *Correio Oficial*, ano LXXV nº. 1830, de 02 de fevereiro de 1931. Arquivo Histórico Nacional.

_____. *Decreto nº. 800, de 06 de março de 1931*. *Correio Oficial*, ano LXXV nº. 1863, de 14 de março de 1931. Arquivo Histórico Nacional.

_____. *Decreto nº. 2,760, de 23 de dezembro de 1932* *Correio Oficial*, ano LXXVII nº. 2.380, de 09 de janeiro de 1933. Arquivo Histórico Nacional.

_____. *Decreto-lei nº. 774, de 31 de dezembro de 1948. Correio Oficial, ano 112 nº. 5812, de 16 de janeiro de 1949. Arquivo Histórico Estadual.*

_____. *Lei nº. 2.580, de 17 de setembro de 1959. Lei Orgânica do Ensino Normal de Goiás. Diário Oficial, a. 120, n. 8.200, p. 1-6.*

_____. *Lei nº. 4.009, de 17 de maio de 1962. Disponível em: <http://www.cee.go.gov.br/index.php?idEditoria=452>. Acesso em: 10 nov. 2009. Não paginado.*

_____. *Lei nº. 4.240, de 09 de novembro de 1962. Disponível em: <http://www.cee.go.gov.br/index.php?idEditoria=452>. Acesso em: 10 nov. 2009. Não paginado.*

HOPER GROUP. *Análise Setorial Hoper do Ensino Superior Privado Brasileiro.* (Foz do Iguaçu, 2009). Disponível em: <http://www.hoper.com.br/>. Acesso em 20 nov. de 2009.

IANNI, O. *Dialética & Capitalismo*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>. Acesso em 03 de março de 2008.

LOURENÇO FILHO, Manuel B. *Introdução ao estudo da escola nova*. 8. ed. São Paulo: Edições Melhoramento, 1963.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932). In.: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>. Acesso em 05 jan.2009. Não paginado.

MATE, Cecília Hanna. *O Manifesto dos Pioneiros de 32 como ampliação da política reformista*. NET, Caxambu, set. 2000. Seção (FEUSP) trabalho apresentado 23^a

MASSINI, Marina. *Historia da Psicologia Brasileira: Da época colonial ate 1934*. São Paulo: E.P.U: 1990.

_____. *Historiografia da Psicologia: Métodos*. In: CAMPOS, Regina H. de F. (org.). *História da Psicologia*. São Paulo: EDUC: ANPEPP, 1996. p, 29-56.

_____. *Notas para uma História da Psicologia no Brasil*. In: ANTUNES, Mitsuko A. M. (org.). *História da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ, Conselho Federal de Psicologia, 2004, p. 209-227.

_____. *Idéias Psicológicas na Cultura luso-brasileira, do século XVI ao século XVIII*. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria, FERREIRA, Arthur Arruda Leal, PORTUGAL, Francisco Teixeira (orgs.). *História da Psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: NAU, 2008, p. 75-84.

_____. *O processo de institucionalização do saber psicológico no Brasil do século XIX*. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria, FERREIRA, Arthur Arruda Leal, PORTUGAL, Francisco Teixeira (orgs.). *História da Psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: NAU, 2008, p. 159-168.

MACEBO, Deise. História e Psicologia: Um encontro necessário de suas "armadilhas". In: MASSINI, Marina. GUEDES, Maria do Carmo. (orgs). *História da Psicologia no Brasil: Novos Estudos*. São Paulo: EDUC: 2004. p, 11-48.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e Criatividade*. 23ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 03 de março de 2008.

MORAES, Joaquim de Almeida Leite. *Apontamentos de viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MOURA, Cirinéia de Abreu (org). *Psicologia 30 anos: amostra de produção científica do CEPSI*. Goiânia: Ed. UCG, 2004. 236p.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *A Ilusão Pedagógica 1930-1945: estado, sociedade, e educação em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

NETTO, Samuel Pfromm. A Psicologia no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko A. M. (org.). *História da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ, Conselho Federal de Psicologia, 2004, 139-175.

PALACIN, Luis; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de Goiás*. 6ª ed. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

PENNA, A. Gomes. *História das Idéias Psicológicas*. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 1981.

PESSOTI, Isaías. Dados para uma História da Psicologia no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko A. M. (org.). *História da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ, Conselho Federal de Psicologia, 2004, p. 121-137.

_____. Notas para uma história da Psicologia no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko A. M. (org.). *História da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ, Conselho Federal de Psicologia, 2004, p. 209-227.

PIERRE, Marie Claire Angosto. Notas para a História do Curso de Psicologia na UCG. In: MOURA, Cirinéia de Abreu (org). *Psicologia 30 anos: amostra de produção científica do CEPSI*. Goiânia: Ed. UCG, 2004, p. 39-60.

PROJETO PEDAGÓGICO DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA-UCG, 2003. Disponível em: http://www.ucg.br/ucg/prograd/graduacao/home/secao.asp?id_secao=2743&id_unidade=53. Acesso em: 03 jan. 2010. Não paginado.

PWC. *Relatório de fusões e aquisições no Brasil*. (São Paulo, novembro de 2008. p.14). Disponível em: <http://www.pwc.com/br/>. Acesso em 16 dez. de 2008.

RABELO, Danilo. *Os excessos do corpo: A normatização dos comportamentos na cidade de Goiás, 1822-1899*. Goiânia: FCHF/UFG, 1997. (Dissertação de mestrado).

RABELO, Ionara Vieira Moura. *Reforma Psiquiátrica e Bem Estar: Perspectivas e Contradições entre Trabalhadores de Saúde Mental do Município de Goiânia*. 2003. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Goiás, Goiás.

RELATÓRIO, apresentado ao Dr. Getúlio Vargas, D. D. Chefe do Governo pelo interventor de Goiás, 1933, Secção de Obras da Imprensa Oficial, Goiaz, Capital.

RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA - UCG, 1981.

RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA - UCG, 1982.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DO ENSINO SUPERIOR. Ano 2, nº 31. Julho de 2003, p. 08.

REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0202t.PDF>. Acesso em: 26 jan.2009

RODRIGUES, Anderson de Brito. *Psicologia na formação de professores: reflexões acerca da psicologia da educação em cursos de licenciatura*. 2003. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiás.

_____. *História da psicologia em Goiás: saberes, fazeres e dizeres na educação*. 2007. 214f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiás.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

RIBEIRO, Nancy Helena. Faculdade de Filosofia, raiz da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. *Revista perfil Cultural*. Goiânia, v. 1, nº 3, 2008-2009.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogo na sombra: bispo e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA. Iolete, S, et. al. *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos/as, na Política de Assistência Social/Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)*. Brasília, CFP/CEFESS, 2007.

SOBRINHO, Wanderley Preite. *Primeira faculdade do Brasil completa 200 anos*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u372876.shtml>. Acesso em 27 de maio de 2010.

STRATTON, Peter. NICKY, Hayes. *Dicionário de Psicologia*. Tradução Esméria Rovai. São Paulo: Pioneira 1997, 2ª tiragem.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é Privilégio*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.

VAZ, José Carlos de Lima. Os jesuítas e a UCG, três textos. *Estudos Goianienses* - Revista da Universidade Católica de Goiás. Goiânia, ano VI, n. 10, p. 31-45, jul/ago. 1979.

Entrevistas:

Pe. Javier Pérez Enciso S.J. - Entrevista concedida em 17/03/2009.

Lorismário Ernesto Simonassi - Entrevista concedida em 04/07/2009.

Maria das Graças Monteiro - Entrevista concedida em 06/07/2009.

Marie Claire Angosto Pierre - Entrevista concedida em 25/06/2009.

Norton Gordinho Leão - Entrevista concedida em 26/06/2009.

Rodolfo Petrelli - Entrevista concedida em 06/07/2009.

Sérgio de Araújo - Entrevista concedida em 09/07/2009.

Pe. Victoriano Baquero Miguel S.J. - Entrevista concedida em 10/03/2009.

APÊNDICE A - Roteiro da entrevista semi-estruturada:

1) Identificação

Nome:

Idade:

2) Quais contextos influenciaram a implantação do curso de psicologia pela UCG?

3) O que se estudavam, quais eram as teorias que eram ministradas as aulas?

4) Quais eram as praticas que se propunham com relação à implantação do ensino da psicologia na universidade?

5) O que se pensava qual seria a intervenção dos psicólogos nos diversos setores da sociedade?

6) Qual avaliação se faz desta intervenção?

7) Qual era especificidade do curso de psicologia em relação aos cursos de pedagogia, filosofia, entre outros?

8) Como foi visto pela sociedade goiana a implantação do curso de psicologia?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Consentimento da Participação da Pessoa como Sujeito:

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado/a para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido/a sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte deste estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Goiás pelo telefone 3946 - 1071.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: O Curso de Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás na Trajetória da Institucionalização do Ensino Superior da Psicologia no Estado de Goiás.

Pesquisador Responsável: Divino de Jesus da Silva Rodrigues

Telefone para contato: (62) 4009-0339 / (62) 3609-7130

Orientadora do Projeto de Mestrado: Dr^a Anita Cristina Azevedo Resende

Esta pesquisa refere-se a um trabalho de Mestrado em Psicologia, vinculado ao Programa de Pós - Graduação *Stricto Sensu* (PSSP) em Psicologia – Processos Psicossociais – da Universidade Católica de Goiás, sendo requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

A presente pesquisa justifica-se diante da falta de uma sistematização do processo de institucionalização do ensino da psicologia no Estado de Goiás.

Riscos inerentes à participação na pesquisa: a pesquisa poderá acarretar algum risco à saúde psíquica e/ou a vida do participante, uma vez que o mesmo de

alguma forma, deve reviver o contexto em que ocorreu a trajetória de institucionalização da Psicologia, assim sendo poderá surgir: sofrimento psíquico diverso, perturbação do sono, sentimentos como tristeza e angústia, ainda poderá o participante sofrer algum tipo de represália, ameaça, perseguição e/ou constrangimento por parte de algum ente pertencente ou vinculado aos sistemas educacionais pesquisados.

Caso isso ocorra, será prestado todo o auxílio, psicológico que possibilite a integridade física e mental, sendo preservada a privacidade do participante. Nos prontificaremos, como condutores da pesquisa, conjuntamente com a Universidade Católica de Goiás, a prestar assistência psicológica e dar contribuição necessária para encaminhamentos que se fizerem necessária. No entanto, toda a metodologia da pesquisa visa assegurar total sigilo e proteção das informações, bem como a garantia de que, qualquer momento, o participante poderá se retirar da pesquisa.

O participante tem total direito de fazer perguntas que lhe esclareça melhor os propósitos da pesquisa, de se recusar a participar da mesma, e também de se recusar a responder qualquer pergunta que possa vir a lhe causar constrangimento ou outro incômodo, assim como retirar a qualquer momento o consentimento e sua participação na pesquisa, sem que isso lhe infrinja qualquer dano. Caso o participante não concorde com o uso do gravador este poderá ser retirado e substituído por anotação manual.

Pretende-se obter junto ao sujeito o consentimento para realização da pesquisa. Para tanto, serão esclarecidos os objetivos da pesquisa e as condições de sua participação, conforme Termo de Consentimento em anexo.

Benefícios decorrentes da participação na pesquisa: com as informações prestadas, a pesquisa poderá significar para o sujeito a possibilidade de resgatar

fatos que de certa maneira não foram evidenciados ao longo do processo de institucionalização da Psicologia em Goiás e ainda, contribuir com a formulação e produção de conhecimentos em relação à sistematização da história da psicologia no Estado podendo constitui uma maior compreensão acerca desta institucionalização e das pratica de ensino desenvolvidas deste então.

O participante tem total direito de fazer perguntas que lhe esclareça melhor os propósitos da pesquisa, de se recusar a participar da mesma, e também de se recusar a responder qualquer pergunta que possa vir a lhe causar constrangimento ou outro incômodo, assim como retirar a qualquer momento o consentimento e sua participação na pesquisa, sem que isso lhe infrinja qualquer dano. Caso o participante não concorde com o uso do gravador este poderá ser retirado e substituído por anotação manual.

Nome do pesquisador: Divino de Jesus da Silva Rodrigues

Assinatura do pesquisador: _____

Data: ___/___/_____

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____ RG nº _____

CPF, nº _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “O Curso de Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás na Trajetória da Institucionalização do Ensino Superior da Psicologia no Estado de Goiás”, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador Divino de Jesus da Silva Rodrigues sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem e que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Local: Universidade Católica de Goiás.

Data: ___/___/___

Nome do sujeito ou responsável: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar

Testemunhas (não ligada à equipe de pesquisadores):

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Observações complementares:

APÊNDICE C - Instituições que disponibilizam o ensino de graduação em Psicologia no Brasil:

Estado	Instituição no Estado	Criação da instituição	Natureza Jurídica	Data de funcionamento do curso	Capital/Interior/Total
REGIÃO NORTE					
ACRE	FAB	2002	<u>Sociedade Simples</u> ¹	2007	02/00=02 ²
	FAAO	2002	Sociedade Simples	2006	
AMAPÁ	FAMA	2002	<u>Associação</u>	2007	03/00=03
	IMMES	2002	Sociedade Simples	2004	
	SEAMA	2000	Associação	2005	
AMAZONAS	<u>CEULM/ULBRA</u>	1996	<u>Associação</u>	1992	08/00/=08
	ESBAM	1999	Sociedade Simples	2008	
	FAMETRO	2002	Sociedade Simples	2007	
	FMF	1999	Sociedade Empresarial	2004	
	UFAM	1962	Fundação - Federal da Administração Indireta	1995	
	UNINILTONLINS	1989	Associação	2000	
	<u>UNINORTE</u>	1994	<u>Sociedade Simples</u>	1999	
	UNIP	1988	<u>Associação de Utilidade Pública</u>	2000	
RONDÔNIA	FACIMED	2001	Sociedade Simples	2007	03/06=09
	FAEMA	2007	Sociedade Simples	2009	
	FAMA	2004	Sociedade Simples	2005	
	FAROL	2003	Sociedade Empresarial	2007	
	FIMCA	1997	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência.	2009	
	IESUR	2000	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência.	2006	
	<u>ULBRA/ILES</u>	2001	<u>Associação</u>	2005	
	UNESC	1987	Associação	2006	
	UNIR	1982	Federal	1989	
	RORAIMA	FACES	2001	Sociedade Simples	
UFRR		1985	Fundação - Federal da Administração Indireta	2006	
PARÁ	IESPES	2001	Associação de Utilidade Pública	2007	02/01=03
	UFPA	1957	Federal	1973	
	UNAMA	1974	Sociedade Simples	1980	
TOCANTINS	<u>CEULM/ULBRA</u>	1996	<u>Associação</u>	2000	01/02=03
	FIESC	2000	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência.	2008	
	UNIRG	1985	Fundação - Municipal da Administração Indireta	2005	
Total:	30	-	-	-	21/09=30

Estado	Instituição no Estado e campus	Criação da instituição	Natureza Jurídica	Data de funcionamento do curso	Capital/Interior/Total
REGIÃO NODESTE					
ALAGOAS	CESMAC	1973	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	1975	03/01= 04
	<u>FITS</u>	2006	<u>Sociedade Simples</u>	2007	
	UFAL: 01 campus: Arapiraca.	1961	Federal	1994	
	-	-	-	2006	
BAHIA	AGES	2001	Sociedade Simples	2009	14/17= 31
	EBMSP	1953	Fundação - religiosa; moral; cultural e assistência	2000	
	FADBA	2007	Associação de Utilidade Pública	0000	
	FAT	2001	Associação	2010	
	<u>FACDELTA</u>	2004	<u>Sociedade Simples</u>	2006	
	<u>FACSUL</u>	2004	<u>Sociedade Simples</u>	2005	
	FAMEC	1998	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	2006	
	FAN	2001	Sociedade Empresarial	2007	
	<u>FARAL</u>	2006	<u>Sociedade Simples</u>	2007	
	FARB	2002	Sociedade Simples	2006	
	<u>FAS</u>	2001	<u>Sociedade Empresarial</u>	2009	
	FASB	1999	Associação	2003	
	FCA	1999	Sociedade Simples	2007	
	FCS	2003	Sociedade Empresarial	2006	
	FIB	1997	Sociedade Empresarial	2007	
	FJT	1999	Sociedade Simples	2005	
	<u>FRBPSIC</u>	1998	<u>Sociedade Empresarial</u>	1998	
	FSBA	2001	Associação de Utilidade Pública	2006	
	FSSS	2000	Associação de Utilidade Pública	2008	
	SÃO BENTO	2004	Associação	2009	
	FTC:	-	Sociedade Empresarial	-	
	Feira de Santana	1997	-	2005	
	<u>Vitória da Conquista</u>	1999	-	2003	
	<u>Salvador</u>	2000	-	2002	

¹ Nessa coluna, a natureza jurídica que está sublinhada, indica que pertencem a um grupo educacional, que são descritos no apêndice E.

² Nessa coluna, a ordem da numeração é a seguinte: quantidade de Instituições na Capital, quantidade de Instituições no Interior e total de instituições no Estado, respectivamente.

	<u>Jequié</u> <u>Itabuna</u> UFBA UFRB UNIFACS: 01 campus: Feira de Santana. <u>UNIJORGE</u> <u>UNIVERSO</u>	2001 2001 1946 2005 1972 - 1998 1993	- - Federal Federal Sociedade Simples - Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	2006 2003 1968 2006 1999 0000 2005 0000	
CEARA	<u>FANOR</u> FATECI FLS IFTNSIRS UECE UFC: 01 campus: Sobral. UNIFOR	2001 2004 2001 2002 1975 1954 - 1973	<u>Sociedade Simples</u> Sociedade Empresarial Sociedade Empresarial Associação de Utilidade Pública Fundação - Estadual da Administração direta Federal - Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	2009 2007 2006 2005 2007 1974 2006 1984	05/03 = 08
MARANHÃO	<u>PITÁGORAS</u> UFMA UNICEUMA	2007 1966 1992	<u>Sociedade Simples</u> Fundação - Federal da Administração Indireta Associação	2009 1990 1998	03/00=03
PARAIBA	<u>FAAJP</u> UEPB UFCG UFPB UNIPÊ	2009 1966 2002 1955 1973	<u>Sociedade Simples</u> Fundação - Estadual da Administração direta Federal Federal Associação	2009 1978 0000 1974 1972	03/02 = 05
PERNANBUCO	FACHO FAFIRE FAINTVISA FAVIP FBV FCHE FG FMN FIR IUNEBRASIL UFPE UNICAP UNIVASF <u>UNIVERSO</u> UPE	1973 1940 1971 2001 1999 1974 2001 2003 1998 2007 1946 1943 2002 1993 1960	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Sociedade Simples Sociedade Empresarial Associação Associação de Utilidade Pública <u>Sociedade Simples</u> Sociedade Simples Sociedade Simples <u>Sociedade Empresarial</u> Sociedade Simples Federal Associação de Utilidade Pública Federal Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - Estadual da Administração direta	1973 1969 2006 2005 2006 1974 2009 2005 2002 0000 1968 1961 2004 0000 2006	08/07 = 15
PIAUI	FACID FSA UESPI: 01 campus: Florianópolis. UFPI	2001 1998 1988 - 1945	Sociedade Empresarial Sociedade Simples Fundação - Estadual da Administração direta - Federal	2002 1998 1998 2003 2007	03/02 = 05
RIO GRANDE DO NORTE	FACEX FARN UFRN UNP	1981 1998 1960 1981	Associação Associação Federal <u>Sociedade</u>	2006 2005 1977 1999	04/00=04
SERGIPE	FASE FPD UFS UNIT	2002 1976 1967 1972	Sociedade Empresarial Sociedade Empresarial Fundação - Federal da Administração Indireta Sociedade Simples	2008 1998 1991 1997	03/01 = 04
Total:	79	-	-	-	79

Estado	Instituição no Estado	Criação da instituição	Natureza Jurídica	Data de funcionamento do curso	Capital/ Interior/ Total
REGIAO CENTRO-OESTE					
DISTRITO FEDERAL	FAEFD IESB UCB UDF UNB UNICEUB UNIP	1992 1998 1974 1967 1962 1968 1998	Associação Sociedade Simples Associação Sociedade Simples Fundação - Federal da Administração Indireta Associação de Utilidade Pública Associação de Utilidade Pública	2006 2003 1998 0000 1963 1970 2000	07/00=07
GOIÁS	ALFA <u>ANHANGUERA</u> FESURV ILES UCG: 01 campus: Ipameri. UFG: 02 campus: Catalão. Jatai. UNIP <u>UNIVERSO</u>	2000 2002 1973 1999 1959 - 1960 - - 1998 1993	Sociedade Empresarial <u>Sociedade Empresarial</u> Fundação - Municipal da Administração Indireta <u>Associação</u> Associação de Utilidade Pública - Federal - - <u>Associação de Utilidade Pública</u> Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	2007 2005 2002 2005 1973 2008 2006 2007 2007 2000 0000	05/06 = 11
MATO GROSSO	AJES AUM <u>FACISAS</u> FAIESP FAPAN FQM	2005 2008 2002 2004 2007 2006	Associação de Utilidade Pública Sociedade Empresarial <u>Sociedade Simples</u> <u>Associação</u> Sociedade Simples Sociedade Empresarial	0000 0000 2009 2007 2009 2006	03/07 = 10

	UFMT: 01 campus: Rondonópolis.	1970	Fundação - Federal da Administração Indireta	2008	
	UNIC	-	-	2003	
	UNIVAG	1988	Sociedade Empresarial	1989	
		1989	Associação	2003	
MATO GROSSO DO SUL	AEMS	1994	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	2008	03/06 = 09
	FAD	1999	Sociedade Simples	2006	
	UCDB	1961	Associação de Utilidade Pública	1975	
	UFGD	2005	Federal	2006	
	UFMS: 02 campus: Corumbá	1979	Fundação - Federal da Administração Indireta	2001	
	Paranaíba	-	-	1969	
	UNIDERP	1976	Sociedade Simples	2001	
	UNIGRAN	1976	Associação	2000	
				1999	
Total	37	-	-	-	37

Estado	Instituição no Estado	Criação da instituição	Natureza Jurídica	Data de funcionamento do curso	Capital/ Interior/ Total	
REGIÃO SUL						
PARANÁ	CAMPO REAL	2000	Sociedade Empresarial	2008	10/2 = 31	
	CESUMAR	1989	Sociedade Empresarial	1999		
	FAA	2002	Associação	2006		
	FAE	1959	Associação	2008		
	FACEL	1999	Associação de Utilidade Pública	2007		
	FACIAP	1999	Sociedade Empresarial	2001		
	FADEP	2000	Sociedade Simples	2004		
	FAFIJAN	1966	Fundação - religiosa moral;cultural e assistência	2007		
	FAG	1999	Fundação: religiosa; moral;cultural e assistência	2002		
	FAG-GUAIRACÁ	2005	Sociedade Simples	2006		
	FDB	2000	Sociedade Empresarial	2003		
	FEPAR	1969	Associação	2003		
	IESFI	2002	Fundação - religiosa;moral;cultural e assistência	2005		
	IESSA	2005	Associação de Utilidade Pública	2006		
	INESUL	2001	Sociedade Empresarial	2009		
	PUC/PR: 01 campus: Toledo.	1960	Associação	1969		
		-	-	2007		
	UEL	1970	Fundação - Estadual da Administração direta	1972		
	UEM	1969	Fundação - Estadual da Administração direta	1979		
	UFPR	1946	Federal	1972		
	UMP	2001	Sociedade Simples	2005		
	UNIANDRADE	1974	Associação	2009		
	UNIÃO DAS	2001	Sociedade Simples	2003		
	AMERICAS	-	-	-		
	UNIBRASIL	2000	Sociedade Empresarial	2007		
	UNICENTRO	1968	Fundação - Estadual da Administração direta	2003		
	UNIFIL	1972	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	1972		
	UNINGÁ	1999	Associação	2003		
	UNIPAR: 01 campus: Umuarama	1993	Associação	2000		
		-	-	2004		
	UP	1975	Sociedade Empresarial	2001		
	UTP	1997	Sociedade Simples	1973		
RIO GRANDE DO SUL	ATLÂNTICO SUL	2002	Sociedade Empresarial	2007		06/33 = 39
	ESADE	2004	Sociedade Simples	2008		
	FACCAT	1988	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	2002		
	FASCLA	2003	Sociedade Simples	2006		
	FEEVALE	1970	Associação de Utilidade Pública	2002		
	FSG	1999	Sociedade Simples	2005		
	FURG	1969	Federal	2007		
	IBGEN	2004	Sociedade Simples	2008		
	IMED	2004	Sociedade Simples	2007		
	IPA	1971	Associação	2008		
	PUC/RS	1948	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	1953		
	SETREM	1999	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	2007		
	UCPEL	1960	Associação de Utilidade Pública	1974		
	UCS	1967	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	1979		
	UFPEL	1960	Fundação - Federal da Administração Indireta	0000		
	UFRGS	1934	Federal	1972		
	UFSCPA	1961	Federal	2008		
	UFSM	1960	Federal	1997		
	ULBRA:06campus: Cachoeira do Sul	1964	Associação	1983		
	Torres	-	-	1997		
	Gravataí	-	-	1997		
	Guaíba	-	-	1997		
	Santa Maria	-	-	2002		
	São Jerônimo	-	-	2005		
	UNIFRA	1955	Associação	1999		
	UNIJUI:01 campus: Santa Rosa	1985	Fundação - religiosa; moral; cultural e assistência	1990		
		-	-	2003		
	UNILASALLE	1975	Associação	2009		
	UNISC	1993	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	1993		
	UNISINOS	1969	Associação de Utilidade Pública	1972		
	UNIVATES	1999	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	2007		

	UPF: 01 campus: Carazinho URCAMP URI: 04 campus Santo Angelo Santiago Frederico Westphalen	1968 - 1955 1992 - - -	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência - Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência - - -	1978 1997 1990 2001 1994 2004 2001 -	
SANTA CATARINA	AVANTIS CELER ESUCRI FACVEST FAMEBLU FAMEG FCSF FESSC FGG FIE FURB IBES UFSC UNC: 03 campus: Mafra Concórdia Porto União UNESC UNIBAVE UNIDAVI UNISUL: 02 campus: Palhoça Ararangua UNIVALI: 01 campus: Biguaçu UNIVILLE UNOCHAPECÓ UNOESC:04 Campus: - - - - São Miguel Chapecó Xanxerê Pinhalzinho UNIPLAC	2002 2001 2001 2002 2002 2001 2000 2000 1973 2000 1968 2000 1960 1991 - - - 1970 1998 1966 1967 - - - 1967 1970 1968 - - - 1973	Sociedade Simples Sociedade Empresarial Sociedade Empresarial Sociedade Simples Sociedade Empresarial <u>Sociedade Empresarial</u> Sociedade Empresarial <u>Sociedade Empresarial</u> Associação <u>Sociedade Empresarial</u> Fundação - Municipal da Administração Indireta Sociedade Empresarial Federal Fundação - Municipal da Administração Indireta - - Fundação - Municipal da Administração Indireta Fundação - religiosa; moral; cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - Municipal da Administração Indireta Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - Municipal da Administração Indireta Fundação - Municipal da Administração Indireta - - - Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	2009 2010 2010 2002 2005 2007 2006 2008 1985 - 1995 2006 1978 1999 1999 2000 2001 1999 2005 2000 1990 1996 1997 1987 1997 2005 1997 1994 2003 2009 2009 2010 2001	02/30 = 32
Total:	70	-	-	-	102
Estado	Instituição no Estado	Criação da instituição	Natureza Jurídica	Data de funcionamento do curso	Capital/Interior/Total
REGIÃO SUDESTE					
ESPIRITO SANTO	FACULDADE BRASILEIRA FACULDADE SAGRADO CORACÃO FAESA FAFIA FAVI FSV SÃO CAMILO UFES UNES UVV	1999 - 1984 - - 1994 1967 2000 2000 1967 1961 2002 1976	Sociedade Empresarial (VÊ QUESTÃO DA - UNIVIX <u>Sociedade Simples</u> - - Fundação: religiosa; moral;cultural e assistência Fundação: Municipal da Administração Indireta Fundação: religiosa; moral;cultural e assistência Fundação: religiosa; moral;cultural e assistência Fundação: religiosa; moral;cultural e assistência Federal Fundação: religiosa; moral;cultural e assistência Associação	2003 - 2003 - - 2002 2006 2002 2005 2007 1979 2006 2001	05/05 = 10
MINAS GERAIS	CES/JF DOCTUM FACED FACIMINAS FACISA FAME FAMINAS FASI FCMMG FCV FEADMG FIP-MOC FMS FPAS FPI FPM FUMEC FUNORTE INESP ISEPI NEWTON PAIVA PITÁGORAS -BETIM	1972 2002 2004 2000 2004 2001 2001 2004 1951 2006 1998 2000 1969 2001 2002 2005 1966 1997 1970 1986 1972 2006	Associação Sociedade Empresarial Sociedade Simples Sociedade Simples Sociedade Simples Sociedade Empresarial Sociedade Empresarial Sociedade Simples Fundação: religiosa; moral;cultural e assistência Sociedade Empresarial Sociedade Empresarial Sociedade Empresarial Fundação: religiosa; moral;cultural e assistência <u>Sociedade Simples</u> <u>Sociedade Simples</u> Associação Fundação: religiosa; moral;cultural e assistência Associação Fundação: religiosa; moral;cultural e assistência Fundação: religiosa; moral;cultural e assistência Sociedade Simples Sociedade Simples	1972 2007 2006 2005 2007 2002 2006 2005 2009 2006 2005 2003 2009 2005 2006 2007 1972 2007 1990 1999 1973 2007	11/44 = 55

	PITÁGORAS - POÇOS DE CALDAS PUCMINAS: 04 CP.: Betim São Gabriel Arcos Poços de Caldas SESPA UFJF UFMG UFSJ UFTM UFU UNA UNEC UNICERP UNIFENAS: 01 CP.: Varginha UNILAVRAS UNILESTEMG UNINCOR UNIPAC: 04 CP.: Uba Bom Despacho Ipatinga Teófilo Otoni UNIPAM UNITRI UNIVALE UNIVÁS UNIVERSITAS UNIVERSO: Belo Horizonte Juiz de Fora UNIUBE	- <u>20008</u> - - 1958 - - - - 2003 1960 1927 1986 1954 1969 <u>1970</u> 1968 1974 1965 - 1966 1972 1967 1997 - - - - 2001 <u>1997</u> 1968 1999 2001 <u>1993</u> - - 1947	- <u>Sociedade Simples</u> - - Fundação: religiosa; moral;cultural e assistência - - - Sociedade Simples Federal Federal Fundação - Federal da Administração Indireta Federal Federal <u>Sociedade Empresarial</u> Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência - Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Associação Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência - Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	- 0000 - - 1959 1999 2000 2003 2003 2005 1992 1963 1973 2008 1976 2007 2006 2008 1984 2003 2004 2003 1997 2002 2003 2004 2004 2008 2006 1999 1989 2000 1999 - 0000 0000 1973	
RIO DE JANEIRO	FAMATH FSMA ITCSAS/CENSA PUC/RIO ITAPERUNA SEFLU UBM UCL UCP UERJ UFF: 01 Campus: Rio das Ostras UFRJ UFRRJ UGF UNESA:10campus: Barra Friburgo Resende Goytacazes Niterói Santa Cruz Taquara Ilha do Governador Norte Macaé UNIIBMR UNISUAM UNIVERSO:02CP.: Niterói Goytacazes USU USS UVA: 01 Campus: Cabo Frio	1975 2001 2002 1940 2009 1985 1966 1972 1961 1950 1960 - 1920 1910 1972 1988 - - - - - - - - - - 1981 1970 1993 - - 1939 1968 1992 -	Sociedade Empresarial Associação de Utilidade Pública Associação de Utilidade Pública Associação de Utilidade Pública Fundação: religiosa; moral;cultural e assistência Associação Associação de Utilidade Pública Associação Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - Estadual da Administração direta Federal - Federal Federal0 Associação Sociedade Empresarial - - - - - - - - - - Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência - - Associação de Utilidade Pública Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência - - Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	1975 2010 2006 1958 2006 1986 2007 1974 1977 1976 1970 2004 1964 0000 1964 1987 1995 1996 1997 1999 2000 2001 2002 2004 2007 2009 1989 2010 2008 1998 2008 1968 2002 1997 2009	15/20 = 35
SÃO PAULO	<u>ANHANGUERA DE BAURU</u> - <u>ANHANGUERA DE CAMPINAS</u> - ANHANGUERA DE JUNDIAÍ CBM CEUNSP DRACENA FAAT FACERES FAFIBE FAFIPE FAI	<u>2003</u> - <u>2008</u> - 1999 - 1968 1958 1969 1971 2005 1970 1971 1999	<u>Sociedade Empresarial</u> - <u>Sociedade Empresarial</u> - Sociedade Empresarial - Associação Sociedade Simples Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Sociedade Empresarial Sociedade Simples Associação Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência Fundação: Municipal da Administração Indireta	2009 - 2007 - 2008 - 2010 2010 2005 2007 2006 2005 2006 2001	33/85 = 118

FAJ	2000	Associação	2005
FAM	1999	Associação	2003
FAP	2002	Sociedade Simples	2003
FASU	2001	Fundação religiosa; moral;cultural e assistência	2001
FEA	1989	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	2002
FG	1971	Associação	1971
FIEL	1994	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	2005
FIFE	1997	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	2000
FIJ	2003	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	2009
FIO	1970	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	2006
FMPFM	1998	Fundação - Municipal da Administração Indireta	2008
FMU	1968	Associação	1972
FSP	1999	Sociedade Simples	2007
FUNEC	1998	Fundação - Municipal da Administração Indireta	2008
IGABC	2000	Sociedade Simples	2009
IMES-CATANDUVA	1967	Fundação - municipal da Administração Indireta	2007
IMESSM	-	-	-
ITES	1972	Fundação - Municipal da Administração Indireta	2008
MACKENZIE	1997	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	2000
PUC/CAMPINAS	1952	Associação de Utilidade Pública	1993
PUC/SP:01 Campus: Baueri	1941	Associação de Utilidade Pública	1965
SÃO CAMILO	1946	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	1963
UAM	-	-	2007
UBC	1976	Fundação - religiosa; moral; cultural e assistência	2007
UFSCAR	1985	<u>Sociedade Empresarial</u>	2007
UMC	1968	Sociedade Empresarial	1971
UMESP	1973	Fundação - Federal da Administração indireta	1994
UNAERP	1971	Sociedade Empresarial	1970
UNASP	1961	Associação	1971
UNESP:01 campus: Bauru	1968	Associação	1996
	1976	Associação	2003
	-	Fundação - Estadual da Administração direta	1966
	-	-	1969
UNIA	1969	<u>Sociedade Simples</u>	1972
UNIABC	1995	Sociedade Simples	1973
UNIANCHIETA	1966	Sociedade Simples	1988
UNIARA	1968	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	2003
UNIARARAS	1973	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	1999
UNIB	1992	<u>Associação de Utilidade Pública</u>	1994
UNIBAN: 06 CP.: São Bernardo	1994	Sociedade Simples	1995
Osasco	-	-	1997
Campo Limpo	-	-	2000
Morumbi II	-	-	2002
Vila Mariana	-	-	2006
Tatuapé	-	-	2008
UNIBERO	1971	-	2009
UNICAPITAL	1970	<u>Sociedade Simples</u>	2010
UNICASTELO:01CP	1989	Sociedade Empresarial	1995
Descalvado	-	Associação	1990
UNICEP	1974	-	2000
UNICSUL:02 CP.: Anália Franco	1993	Sociedade Simples	2009
Liberdade	-	Sociedade Simples	1994
UNIFACEF	1951	-	1994
UNIFAE	1961	Fundação - Municipal da Administração Indireta	2005
UNIFESP	1938	Fundação - Municipal da Administração Indireta	2000
UNIFEV	1968	Federal	2006
UNIFIAN	1994	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	2007
UNIFRAN	1972	<u>Sociedade Empresarial</u>	2007
UNG	1970	Sociedade Empresarial	1988
UNILAGO	1989	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	1971
UNIMAR	1988	Associação de Utilidade Pública	2009
UNIMONTE	1972	Sociedade Empresarial	1975
UNINOVE	1972	Associação de Utilidade Pública	0000
UNIP: 22 campus: Alphaville	1988	Associação de Utilidade Pública	2003
Campinas	-	Associação de Utilidade Pública	1972
Marquês	-	-	1993
Norte	-	-	1995
Bauru	-	-	1996
Araçatuba	-	-	1997
Sorocaba	-	-	1997
São J. do Rio Preto	-	-	1997
Ribeirão Preto	-	-	1997
São J. dos Campos	-	-	1999
Araraquara	-	-	1999
Santos	-	-	1999
Pinheiros	-	-	1999
Tatuapé	-	-	2000
Santo Antônio	-	-	2000
Marginal Pinheiros	-	-	2000
Jundiá	-	-	2001
São J.do Rio Pardo	-	-	2001
Limeira	-	-	2001
Assis	-	-	2001

Anchieta	-	-	2004	
Vergueiro	-	-	2004	
UNIPAULISTA	1972	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	1972	
UNISA	1970	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	2005	
UNISAL:02Campus	1952	Associação de Utilidade Pública	2006	
Campinas	-	-	0000	
Lorena	-	-	1970	
UNISALESIANO	1956	Associação de Utilidade Pública	2002	
UNISANTOS	1986	Associação	1972	
UNITAU	1974	Fundação - Municipal da Administração Indireta	1978	
UNOESTE	1972	Associação de Utilidade Pública	1988	
UNORP	1972	Fundação - religiosa; moral;cultural e assistência	1980	
USC	1986	Associação de Utilidade Pública	1970	
USF: 03 Campus:	1985	Associação de Utilidade Pública	0000	
Itatiba	-	-	1972	
São Paulo	-	-	1990	
Campinas	-	-	2009	
USJT	1971	Sociedade Simples	1990	
USM:01 Campus:	1994	Associação	1971	
Campinas	-	-	2003	
USP: 01 Campus:	1934	Fundação - Estadual da Administração direta	1959	
Ribeirão Preto	-	-	1964	
Total:	139	-	-	219

Fonte: MEC/INEP, ABEP e ABMES.

APÊNDICE D - Currículo Mínimo para os Cursos de Psicologia

RESOLUÇÃO

Fixa o currículo mínimo e a duração do Curso de Psicologia

O Conselho Federal de Educação usando da atribuição que lhe conferem os arts. 9º (letra e) e 70 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e tendo em vista o Parecer nº 403/62, que a esta se incorpora,

Resolve:

Art. 1º - O currículo mínimo do Curso de Psicologia, para o Bacharelado e a Licenciatura, compreende as matérias abaixo indicadas:

1. Fisiologia;
2. Estatística;
3. Psicologia Geral e Experimental;
4. Psicologia do Desenvolvimento;
5. Psicologia da Personalidade;
6. Psicologia Social;
7. Psicopatologia Geral.

Parágrafo Único: para obtenção do diploma de Psicólogo exigem-se, além das matérias fixadas por itens de nº 1 a 7 deste artigo, mais cinco (5) outras assim discriminadas:

8. Técnicas de Exame Profissional e Aconselhamento Psicológico;
9. Ética Profissional;
10. /12. Três dentre as seguintes:
 - a) Psicologia do Excepcional,
 - b) Dinâmica de Grupo e Relações Humanas,
 - c) Pedagogia Terapêutica,
 - d) Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem,
 - e) Teorias e Técnicas Psicoterápicas,
 - f) Seleção e Orientação Profissional,
 - g) Psicologia da Indústria.

Art. 2º - São ainda obrigatórios:

- a) Para obtenção do diploma que habilita o exercício do magistério em cursos de nível médio, as matérias pedagógicas fixadas em Resolução especial, de acordo com o Parecer nº 292/62, das quais se exclui a Psicologia da Educação;
- b) Para a obtenção do diploma de Psicólogo, um período de treinamento prático sob a forma de estágio supervisionado.

Art. 3º - A duração do Curso de Psicologia é de quatro (4) anos letivos para o Bacharelado e a Licenciatura e de cinco (5) anos letivos para a formação de Psicólogos, incluindo-se nesta última hipótese o estágio supervisionado.

Art. 4º - O currículo mínimo e a duração do curso de psicologia, fixados nesta Resolução, terão vigência a partir do ano letivo de 1963.

(a) Deolindo Couto, Presidente.

APÊNDICE E - Grupos educacionais que administram as unidades do ensino de graduação em Psicologia no Brasil:

Instituições Privadas:

Grupo/total de unidades e/ou campus	Localização/Unidades/Campus
<p>Grupo: ASSUPERO - Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - UNIP. São Paulo- São Paulo. Natureza Jurídica: Associação de Utilidade Pública. Endereço Eletrônico: http://www.unip.br/ 27 unidades.</p>	<p><u>Amazonas</u> UNIP (Manaus) <u>Distrito Federal</u> UNIP (Brasília) <u>Goiás</u> UNIP (Goiânia) <u>Paraná</u> UP (Curitiba) <u>São Paulo</u> UNIP (São Paulo, Alphaville, Campinas, Marquês, Norte, Bauru Araçatuba, Sorocaba, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Araraquara, Santos, Pinheiros, Tatuapé, Santo Antônio, Marginal Pinheiros, Jundiaí, São José do Rio Pardo, Limeira, Assis, Anchieta e Vergueiro)</p>
<p>Grupo Estácio Participações - Estácio de Sá. Rio de Janeiro - Rio de Janeiro. Natureza Jurídica: Sociedade Empresarial. Endereço Eletrônico: http://www.estacioparticipacoes.com.br/ 13 unidades.</p>	<p><u>Pernambuco</u> FIR (Recife) <u>Santa Catarina</u> FESSC (São José) <u>Rio de Janeiro</u> UNESSA (Rebouças, Barra, Friburgo, Resende, Goytacazes, Niterói, Santa Cruz, Taquara, Ilha do Governador, Norte e Macaé)</p>
<p>Grupo Celsp - Comunidade Evangélica Luterana. São Paulo - São Paulo. Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos. Endereço Eletrônico: http://www.ulbra.br/ 11 unidades.</p>	<p><u>Amazonas</u> CEULM/ULBRA (Manaus) <u>Rondônia</u> ULBRA/ILES (Porto Velho) <u>Tocantins</u> CEULP/ULBRA (Palmas) <u>Goiás</u> ULBRA/ILES (Itumbiara) <u>Rio Grande do Sul</u> ULBRA (Canoas, Cachoeira do Sul Torres, Gravataí, Guaíba, Santa Maria e São Jerônimo)</p>
<p>Grupo: AESA - Anhanguera Educacional S.A. Leme - São Paulo. Natureza Jurídica: Sociedade Empresarial. Endereço Eletrônico: http://www.unianhanguera.edu.br/ 10 unidades.</p>	<p><u>Goiás</u> ANHAGUERA (Anápolis) <u>Mato Grosso do Sul</u> FAD (Dourados) UNIDERP (Campo Grande) <u>Rio Grande do Sul</u> ATLANTICO SUL (Rio Grande) <u>São Paulo</u> UNIA (Santo André) UNIFIAN (Leme) UNIBERO (São Paulo) FACULDADE ANHAGUERA (Bauru, Campinas e Jundiaí)</p>
<p>Grupo: Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura-Universo. São Gonçalo - Rio de Janeiro. Natureza Jurídica: Fundação - religiosa, moral, cultural ou de assistência. Endereço Eletrônico: http://www.universo.edu.br/ 09 unidades.</p>	<p><u>Bahia</u> UNIVERSO (Salvador) <u>Pernambuco</u> UNIVERSO (Recife) <u>Goiás</u> UNIVERSO (Goiânia) <u>Minas Gerais</u> UNITRI (Uberlândia) UNIVERSO (Belo Horizonte e Juiz de Fora) <u>Rio de Janeiro</u> UNIVERSO (São Gonçalo, Niterói)</p>

	e Goytacazes)
Grupo: Academia Paulista Anchieta S/C Ltda. UNIBAN. São Paulo - São Paulo. Natureza Jurídica:Sociedade Simples. Endereço Eletrônico: http://www.uniban.br/ 09 unidades.	<u>Paraná</u> UNIPAR (Cascavel e Umuarama) <u>São Paulo</u> UNIBAN(São Paulo, São Bernardo Osasco, Campo Limpo, Morumbi II Vila Mariana e Tatuapé)
7 - Grupo: IUNE Educacional. Cuiabá - Mato Grosso. Natureza Jurídica: Sociedade Empresarial. Endereço Eletrônico: http://www.iuni.com.br/ 08 unidades.	<u>Acre</u> FAB (Rio Branco) <u>Amapá</u> FAMA (Macapá) <u>Bahia</u> FACDELTA(Salvador) FAS (Lauro de Freitas) FACSUL(Itabuna) <u>Mato Grosso</u> FACISAS (Sinop) FAIESP (Rondonópolis) UNIC (Cuiabá)
Grupo - Kroton Educacional S/A - Faculdades Pitágoras. Divinópolis - Minas Gerais. Natureza Jurídica: Sociedade Empresarial Endereço Eletrônico: http://www.faculdadepitagoras.com.br/ 08 unidades.	<u>Maranhão</u> PITAGORÁS SÃO LUIS (São Luís) <u>Paraná</u> UMP (Londrina) <u>Espírito Santo</u> FACULDADE DE CIENCIAS APLICADAS SAGRADO CORÇÃO (Linhares) <u>Minas Gerais</u> FPAS (Belo Horizonte) FPI (Ipatinga) FIP-MOC (Montes Claros) PITAGORÁS (Betim e Poços de Caldas)
Grupo: Sociedade Mineira de Cultura. Belo Horizonte - Minas Gerais Natureza Jurídica: Fundação - religiosa, moral, cultural ou de assistência. Endereço Eletrônico: http://www.pucminas.br/ 05 unidades.	<u>Minas Gerais</u> PUC/MG (Belo Horizonte, Betim, São Gabriel, Arcos e Poços de Caldas)
Grupo: Fundação Presidente Antônio Carlos. Barbacena-Minas. Natureza Jurídica: Fundação - religiosa, moral, cultural ou de assistência. Endereço eletrônico: www.unipac.br 05 unidades.	<u>Minas Gerais</u> UNIPAC (Barbacena, Ubá, Bom Despacho, Ipatinga e Teófilo Otoni)
Grupo Laureate Education Inc. Baltimore - Estados Unidos. Natureza Jurídica:Sociedade Empresarial. Endereço Eletrônico: http://www.laureate-inc.com/ 05 unidades.	<u>Amazonas</u> UNINORTE (Manaus) <u>Pernambuco</u> FG (Recife) <u>Rio Grande do Norte</u> UNP(Natal) <u>Rio Grande do Sul</u> ESADE (Porto Alegre) <u>São Paulo</u> UAM (São Paulo)
Grupo FUNOESC - Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina. Joaçaba - Santa Catarina. Natureza Jurídica: Fundação - Municipal da Administração Indireta. Endereço Eletrônico: http://www.unoesc.edu.br/ 05 unidades.	<u>Santa Catarina</u> FIE (Chapecó) UNOESC(Joaçaba, São Miguel, Xanxerê e Pinhalzinho)
Grupo: FTC - Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia Ltda. Salvador-Bahia. Natureza Jurídica: Sociedade Empresarial. Endereço Eletrônico: http://portal.ftc.br/ 05 Unidades.	<u>Bahia</u> FTC(Feira de Santana, Vitória da Conquista, Salvador, Jequié e Itabuna)
Grupo: Casa de Nossa Senhora da Paz Ação Social. Bragança Paulista- São Paulo Natureza Jurídica:Associação de Utilidade Pública Endereço Eletrônico: http://www.saofrancisco.edu.br/ 04 unidades.	<u>São Paulo</u> USF(Bragança Paulista, Itatiba, São Paulo e Campinas)
Grupo: FURI - Fundação Regional Integrada. Erechim – Rio Grande do Sul. Natureza Jurídica:Fundação - religiosa, moral, cultural ou de assistência. Endereço Eletrônico: http://www.reitoria.br/ 04 unidades.	<u>Rio Grande do Sul</u> URI (Erechim, Santo Ângelo, Santiago e Frederico Westphalen)
Grupo: Contestado-UNC - Fundação Universidade de Contestado. Caçador-Santa	<u>Santa Catarina</u>

Catarina. Natureza Jurídica:Fundação - Municipal da administração Indireta. Endereço Eletrônico: http://www.unc.br/ 04 unidades.	UnC.(Caçador, Mafra, Concórdia e Porto União)
Grupo:Instituição Educacional São Miguel Paulista. São Paulo- São Paulo. Natureza Jurídica:Associação de Utilidade Pública Endereço Eletrônico: http://www.cruzeirosul.edu.br/ 03 unidades.	<u>São Paulo</u> UNICSUL(Americana, Campinas e Lorena)
Grupo: Liceu Coração de Jesus. São Paulo- São Paulo. Natureza Jurídica:Associação de Utilidade Pública. Endereço Eletrônico: http://www.unisal.br/ 03 unidades.	<u>São Paulo</u> UNISAL (Americana, Campinas e Lorena)
Grupo: UNISUL – Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão - Santa Catarina. Natureza Jurídica:Fundação - religiosa, moral, cultural ou de assistência. Endereço Eletrônico: http://www.unisul.br/ 03 Unidades.	<u>Santa Catarina</u> UNISUL (Araçuaia, Palhoça e Tubarão)
Grupo: Associação Educacional Veiga de Almeida. Rio de Janeiro - Rio de Janeiro. Natureza Jurídica:Fundação - religiosa, moral, cultural ou de assistência. Endereço Eletrônico: www.uva.com.br 02 unidades.	<u>Rio de Janeiro:</u> UVA (Cabo Frio e Rio de Janeiro)
Grupo: Fundação UNIVALI - Fundação Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí - Santa Catarina. Natureza Jurídica:Fundação - religiosa, moral, cultural ou de assistência. Endereço Eletrônico: http://www.univali.br/ 02 unidades.	<u>Santa Catarina:</u> UNIVALI (Biguaçu e Itajaí)
Grupo ASSELVI: - Centro Universitário Leonardo da Vinci. Itaipava - Santa Catarina. Natureza Jurídica: Sociedade Empresarial. Endereço Eletrônico: http://www.uniassearvi.com.br/ 02 unidades.	<u>Santa Catarina:</u> FAMEBLU (Blumenau) FAMEG (Guaramirim)
Grupo: FUPF - Fundação Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo – Rio Grande do Sul Natureza Jurídica:Fundação - religiosa, moral, cultural ou de assistência. Endereço eletrônico: http://www.upf.br/ 02 unidades	<u>Rio Grande do Sul</u> UPF(Passo Fundo e Carazinho)
Grupo: FIDENE - Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado. Injuí- Rio Grande do Sul. Natureza Jurídica:Fundação - religiosa, moral, cultural ou de assistência. Endereço Eletrônico: http://www.unijui.edu.br/ 02 unidades	<u>Rio Grande do Sul:</u> UNIJUI (Injuí e Santa Rosa)
Grupo: APC - Associação Paranaense de Cultura. Curitiba - Paraná. Natureza Jurídica:Fundação - religiosa, moral, cultural ou de assistência. Endereço Eletrônico: http://www.pucpr.br 02 unidades	<u>Rio Grande do Sul:</u> PUC/PR (Curitiba e Toledo)
Grupo: UNIANDRADE - Associação de Ensino Versalhes. Santa Quitéria - Paraná Natureza Jurídica:Associação. Endereço Eletrônico: http://www.uniandrade.edu.br/ 02 unidades	<u>Paraná</u> UNIANDRADE (Curitiba) <u>São Paulo</u> UNIB (São Paulo)
Grupo: FAG - Fundação Assis Gurgacz. Cascavel - Paraná Natureza Jurídica:Fundação - religiosa, moral, cultural ou de assistência. Endereço Eletrônico: http://www.fag.edu.br/ 02 unidades	<u>Paraná</u> FAG (Cascavel) FDB (Curitiba)
Grupo: Educacional Anglo Americano. Foz do Iguaçu – Paraná. Natureza Jurídica: Associação. Endereço Eletrônico: http://www.angloamericano.edu.br/ 02 unidades.	<u>Paraná</u> FAA (Foz do Iguaçu) <u>Paraíba</u> FAAJP (João Pessoa)
Grupo: FACS- Serviços Educacionais S.A. Salvador-Bahia. Natureza Jurídica: Sociedade Simples Endereço Eletrônico: http://www.unifacs.br/ 02 unidades.	<u>Bahia</u> UNIFACS (Feira de Santana e Salvador)
Grupo: Unidades de Ensino Superior da Bahia S/C Ltda.Salvador - Bahia Natureza Jurídica: Sociedade Simples. Endereço Eletrônico: http://www.unirb.edu.br/ 02 unidades.	<u>Bahia</u> FARB (Salvador) FARAL (Alagoinhas)
Grupo: Sociedade Goiana de Cultura. Goiânia-Goiás. Natureza Jurídica:Associação de Utilidade Pública Endereço Eletrônico: http://www.ucg.br/ 02 unidades.	<u>Goiás</u> PUC/GO (Goiânia e Ipameri)
Grupo: Sociedade de Educação Tiradentes S/S Ltda. Aracaju-Sergipe. Natureza Jurídica:Sociedade Simples. Endereço Eletrônico: http://www.unit.br/ 02 unidades.	<u>Alagoas</u> FITS(Arapiraca) <u>Sergipe</u> UNIT(Aracaju)
Grupo: Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas. Alfenas-Minas Gerais. Natureza Jurídica:Fundação - religiosa, moral, cultural ou de assistência. Endereço Eletrônico: http://www.unifenas.br/	<u>Minas Gerais</u> UNIFENAS (Alfenas e Varginha)

02 unidades. Grupo: Anima Educação. São Paulo - São Paulo. Natureza Jurídica: Associação de Utilidade Pública Endereço Eletrônico: http://www.una.br/ 02 unidades	<u>Minas Gerais</u> UNA (Belo Horizonte) <u>São Paulo</u> UNIMONTE (Santos)
Grupo: Fundação São Paulo. São Paulo - São Paulo. Natureza Jurídica: Fundação - religiosa, moral, cultural ou de assistência Endereço Eletrônico: http://www.pucsp.br/ 02 unidades	<u>PUC/SP</u> (São Paulo e Baueri)
36 - Grupo: Centro de Trabalhadores Cristãos do Embaré. São Paulo - São Paulo. Natureza Jurídica: Associação. Endereço Eletrônico: http://www.unicastelo.br/ 02 unidades.	<u>São Paulo</u> UNICASTELO (São Paulo e Descalvado)
Grupo: Associação de Educação e Assistência Social São Marcos. São Paulo - São Paulo. Natureza Jurídica: Associação Endereço Eletrônico: http://www.funadesp.org.br/ 02 Unidades.	<u>São Paulo</u> USM(São Paulo e Ribeirão Preto)
Grupo: Devry Inc. Chicago Natureza Jurídica: Sociedade Empresarial. Chicago - Estados Unidos. Endereço Eletrônico: http://www.devryinc.com/ 02 unidades.	<u>Bahia</u> FRBPSIC (Salvador) <u>Ceará</u> FANOR (Fortaleza)
Grupo: Whitney. Dallas-Estados Unidos. Natureza Jurídica: Sociedade Empresarial. Endereço Eletrônico: http://www.whitneyintl.com/por/partners.asp 01 unidade	<u>Bahia</u> UNIJORGE (Salvador)

Fonte: MEC/INEP, ABMES, Price Water House Coopers e Hoper.

Instituições Públicas:

Instituição/total de unidades e/ou campus	Localização/Unidades:
Universidade Federal de Goiás. Goiânia - Goiás. Natureza Jurídica: Federal Endereço Eletrônico: http://www.ufg.br/ 03 unidades	<u>Goiás:</u> UFG (Catalão, Goiânia e Jataí)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande - Mato Grosso do Sul. Natureza Jurídica: Fundação - Federal da Administração Indireta. Endereço Eletrônico: http://www.nt.ufms.br/ 03 Unidades.	<u>Mato Grosso do Sul:</u> UFMS (Campo Grande, Corumbá e Paranaíba)
Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá - Mato Grosso. Natureza Jurídica: Fundação - Federal da Administração Endereço Eletrônico: http://www.ufmt.br/ 02 Unidades.	<u>Mato Grosso</u> UFMT (Cuiabá e Rondonópolis)
Universidade Federal de Alagoas. Maceió- Alagoas. Natureza Jurídica: Federal Endereço Eletrônico: http://www.ufal.edu.br/ 02 Unidades.	<u>Alagoas</u> UFAL (Alagoas e Arapiraca)
Universidade Federal Fluminense. Niterói - Rio de Janeiro. Natureza Jurídica: Federal Endereço Eletrônico: http://www.uff.br/ 02 Unidades.	<u>Rio de Janeiro</u> UFF(Niterói e Rio das Ostras)
Universidade Federal do Ceará. Fortaleza - Ceará. Natureza Jurídica: Federal Endereço Eletrônico: http://www.ufc.br/ 02 Unidades.	<u>Ceará</u> UFC (Fortaleza e Sobral)
Universidade Estadual do Piauí. Teresina – Piauí. Natureza Jurídica: Fundação Estadual da administração Direta. Endereço Eletrônico: http://www.uespi.br/ 02 Unidades.	<u>Piauí</u> UESFI (Teresina e Floriano)
Universidade de São Paulo. São Paulo - São Paulo. Natureza Jurídica: Fundação Estadual da administração Direta. Endereço Eletrônico: http://www4.usp.br/ 02 Unidades.	<u>São Paulo</u> USP (São Paulo e Ribeirão Preto)
Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho". São Paulo - São Paulo. Natureza Jurídica: Fundação Estadual da administração Direta. Endereço Eletrônico: http://www.unesp.br/ 02 Unidades.	<u>São Paulo</u> UNESP (Assis e Bauru)

Fonte: MEC/INEP, ABMES, Price Water House Coopers e Hoper.

APÊNDICE F - Organização Acadêmica:

Organização Acadêmica	Universidade	Centros Universitários	Faculdades
Região Norte			
ACRE	-	-	02
AMAPÁ	-	-	03
AMAZONAS	02	03	03
RONDÔNIA	01	-	08
RORAIMA	01	-	01
PARÁ	02	-	01
TOCANTINS	-	02	01
Região Nordeste			
ALAGOAS	01	-	02
BAHIA	04	02	24
CEARÁ	03	-	04
MARANHÃO	01	01	01
PARAÍBA	03	01	01
PERNAMBUCO	05	-	10
PIAUI	02	-	02
RIO GRANDE DO NORTE	02	-	02
SERGIPE	02	-	02
Região Centro-Oeste			
DISTRITO FEDERAL	04	01	02
GOIÁS	05	-	03
MATO GROSSO	02	01	06
MATO GROSSO DO SUL	04	01	02
Região Sul			
PARANÁ	08	04	17
RIO GRANDE DO SUL	15	05	08
SANTA CATARINA	10	02	11
Região Sudeste			
ESPÍRITO SANTO	01	02	07
MINAS GERAIS	14	09	22
RIO DE JANEIRO	12	05	04
SÃO PAULO	30	21	27

Fonte: MEC/INEP

APÊNDICE G - Cursos de Psicologia em processo de reconhecimento junto ao MEC:

Região Norte	
Estado	Cursos em processo de reconhecidos pelo MEC
ACRE	FAB, FAAO
AMAPÁ	FAMA, IMMES e SEAMA
AMAZONAS	ESBAM, FAMETRO e FMF
RONDÔNIA	FACIMED, FAEMA, FAMA, FAROL, FIMCA, IESUR e ULBRA/ILES
RORAIMA	FACES e UFRR
PARÁ	IESPES
TOCANTINS	FIESC e UNIRG
Região Nordeste	
ALAGOAS	FITS e UFAL: Arapiraca
BAHIA	AGES, FADBA, FAT, FACDELTA, FACSUL, AMEC, FAN, FARAL, FARB, FAS, FASB, FCA, FCS, FIB, FJT, FSBA, FSSS, SÃO BENTO, FTC: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié. UFRB, UNIFACS: Feira de Santana. UNIJORGE e UNIVERSO
CEARÁ	FANOR, FATECI, FLS, IFTNSIRS, UECE e UFC: Sobral.
MARANHÃO	PITÁGORAS
PARAÍBA	FAAJP e UFCG
PERNANBUCO	FAINTVISA, FAVIP, FBV, FG, IUNEBRASIL, UNIVASF, UNIVERSO e UPE
PIAUI	UESPI: Floriano e UFPI
RIO GRANDE DO NORTE	FACEX
SERGIPE	FASE
Região Centro-Oeste	
DISTRITO FEDERAL	FAEFD, IESB e UDF
GOIÁS	ALFA, ANHANGUERA, ILES, UCG:Ipameri. UFG: Catalão e Jataí. E UNIVERSO
MATO GROSSO	AJES, AUM, FACISAS, FAIESP, FAPAN, FQM, UFMT: Rondonópolis.
MATO GROSSO DO SUL	AEMS, FAD e UFGD
Região Sul	
PARANÁ	CAMPO REAL, FAA, FAE, FACEL, FADEP, FAFIJAN, FAG-GUAIACÁ, FEPAR, IESFI, IESSA, INESUL, UMP, UNIANDRADE, UNIÃO DAS AMERICAS, UNIBRASIL, UNICENTRO e UNINGÁ
SANTA CATARINA	AVANTIS, CELER, ESUCRI, FAMEBLU, FAMEG, FCSF, FESSC, IBES, UNC: Caçador. UNIBAVE, UNIVILLE, UNOCHAPECO, UNOESC: Xanxerê e Pinhalzinho. E UNIPLAC
RIO GRANDE DO SUL	ATLÂNTICO SUL, ESADE, FACCAT, FASCLA, FSG, FURG, IBGEN, IMED, IPA, SETREM, UFPEL, UFSCPA, ULBRA: Santa Maria e São Jerônimo. UNILASALLE, UNIVATES e URI: Santiago
Região Sudeste	
ESPIRITO SANTO	FACULDADE SAGRADO CORAÇÃO, FAFI e UNES
MINAS GERAIS	DOCTUM, FACED, FACIMINAS, FACISA, FAME, FAMINAS, FASI, FCM/MG, FCV, FEAD/MG, FIP-MOC, FMS, FPAS, FPI, PITÁGORAS-BETIM, PITÁGORAS- POÇOS DE CALDAS, SESP, UFTM, UNA, UNEC, UNICERP, UNILAVRAS, UNILESTE/MG, UNIPAC: Bom Despacho, Teófilo Otoni e Ubá. UNIPAM, UNIVERSO: Belo Horizonte e Juiz de Fora
RIO DE JANEIRO	FSMA, ITCSAS/CENSA, ITAPERUNA, UBM, UFRRJ, UNESA: Norte e Macaé. UNISUAM e UVA:Cabo Frio
SÃO PAULO	ANHANGUERA DE BAURU, ANHANGUERA DE CAMPINAS, ANHANGUERA DE JUNDIAÍ, CBM, CEUNSP, DRACENA, FAAT, FACERES, FAFIBE, FAFIPE, FAJ, FAM, FIEL, FIJ, FIO, FMPFM, FSP, FUNEC, IGABC, IMES-CATANDUVA, PUC/SP:Baueri., SÃO CAMILO, UAM, UNASP, UNIARA, UNIBERO, UNICEP, UNIFESP, UNIFEV, UNIFIAN, UNILAGO, UNIMONTE e UNISAL:Americana Campinas

Fonte: MEC/INEP

APÊNDICE H – Diplomas Conferidos:

Diplomas Conferidos	Psicólogo	Licenciatura	Bacharelado
Região Norte			
ACRE	-	-	02
AMAPÁ	02	-	01
AMAZONAS	07	03	04
RONDÔNIA	07	03	05
RORAIMA	02	-	01
PARÁ	03	02	02
TOCANTINS	03	01	01
Região Nordeste			
ALAGOAS	03	03	04
BAHIA	21	02	19
CEARÁ	06	02	05
MARANHÃO	02	02	03
PARAÍBA	03	02	01
PERNAMBUCO	11	05	10
PIAUI	03	01	05
RIO GRANDE DO NORTE	03	03	04
SERGIPE	03	02	02
Região Centro-Oeste			
DISTRITO FEDERAL	05	03	06
GOIÁS	04	03	05
MATO GROSSO	07	-	05
MATO GROSSO DO SUL	09	03	06
Região Sul			
PARANÁ	26	05	19
RIO GRANDE DO SUL	32	06	14
SANTA CATARINA	24	08	23
Região Sudeste			
ESPÍRITO SANTO	08	-	03
MINAS GERAIS	33	06	30
RIO DE JANEIRO	30	19	24
SÃO PAULO	79	55	67

Fonte: MEC/INEP

APÊNDICE I - Vagas disponibilizadas nos Estados e Distrito Federal do ensino de graduação em Psicologia no Brasil:

Turnos	Matutino	Vespertino	Noturno	Matutino/Vespertino	Vespertino/Noturno	Integral
Região Norte						
ACRE	-	-	50	100	100	-
AMAPÁ	150	50	250	-	-	-
AMAZONAS	440	155	466	-	200	-
RONDÔNIA	200	-	820	140	-	40
RORAIMA	35	80	-	-	-	-
PARÁ	60	-	50	310	-	-
TOCANTINS	50	-	150	-	-	-
Região Nordeste						
ALAGOAS	90	120	170	40	-	50
BAHIA	2230	-	2030	80	-	130
CEARÁ	385	95	483	-	-	-
MARANHÃO	160	120	240	-	-	-
PARAÍBA	100	120	310	60	-	90
PERNAMBUCO	925	255	1095	500	-	-
PIAUÍ	35	-	180	80	-	50
RIO GRANDE DO NORTE	460	-	340	45	-	90
SERGIPE	-	-	320	145	-	-
Região Centro-Oeste						
DISTRITO FEDERAL	542	-	620	100	-	-
GOIÁS	300	-	790	470	-	125
MATO GROSSO	410	-	460	-	-	380
MATO GROSSO DO SUL	150	-	320	240	-	80
Região Sul						
PARANÁ	435	-	2004	410	-	270
RIO GRANDE DO SUL	395	220	2075	445	-	205
SANTA CATARINA	693	150	1353	100	185	160
Região Sudeste						
ESPÍRITO SANTO	600	-	430	-	-	60
MINAS GERAIS	1727	-	2706	722	-	295
RIO DE JANEIRO	1640	98	2988	700	130	265
SÃO PAULO	8930	60	12223	765	160	825

Fonte: MEC/INEP

APÊNDICE J – Currículo de 1975/1

Primeiro ciclo de estudos gerais, matérias com dois créditos: Filosofia I e II, Teologia I e II, Organização de Trabalho Intelectual I e II, Introdução à Estatística I e II. Matérias com quatro créditos: Lógica, Metodologia Científica, Português Fundamental e Sociologia Geral I e II.

Disciplinas do Tronco comum, com dois créditos: Ética Profissional. Com quatro créditos: Biologia Humana, Psicologia da Personalidade I, Psicopatologia Geral, Teorias e Sistemas Psicológicos I e II, Estatística Aplicada à Psicologia, Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem, Problemas Especiais da Criança, Psicologia do Excepcional e Estatística I. Com seis créditos: Fisiologia A e B, Psicologia Geral e Experimental I, II e III, Psicologia Social I, II e III, Psicologia do Desenvolvimento I, II e III, Psicologia da Personalidade II, Psicopatologia Especial I e II, Teorias e Sistemas Psicológicos III. Técnicas de Exames e Aconselhamento Psicológicos I, II, III e IV, Teorias e Técnicas Psicoterápicas I e Técnicas Projetivas I.

Para a formação na modalidade de Licenciatura, era necessário cursar ainda as disciplinas: Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau, Didática e Prática de Ensino em Psicologia, sendo estas com dois, quatro e oito créditos, respectivamente. A formação em Bacharelado em Psicologia exigia as disciplinas Pesquisa I e II, Técnica de Exames e Aconselhamento Psicológico V, Teorias e Técnicas Psicoterápicas II e Técnicas Projetivas II, todas com seis créditos.

Com relação à formação de Psicólogo, as disciplinas da grade são: com quatro créditos: Neuro-Psicologia, Técnicas Projetivas II, Aconselhamento Centrado no Cliente e Psicologia da Indústria; com seis créditos: Técnica de Exames e Aconselhamento Psicológico V, Teorias e Técnicas Psicoterápicas II, Técnicas Projetivas I e Pesquisa I e II além de Estágio Supervisionado I e II, com dezessete créditos.

Além dessas disciplinas, os alunos teriam que cursar: Estudo de Problemas Brasileiros I e II, com dois créditos, disciplinas eletivas e a disciplina de Educação Física, com quatro créditos.

APÊNDICE L - Currículo de 1985/1

Ciclo de Estudos Gerais: Iniciação Científica, Introdução aos Estudos Sociológicos, Introdução aos Estudos Teológicos, Português I, Português II, Introdução à Pesquisa e Introdução aos Estudos Filosóficos. Todos com quatro créditos.

Tronco Comum: Disciplinas com dois créditos: Métodos de Trabalho em Grupo, Biologia Humana I e II, Estatística Aplicada à Psicologia III. Disciplinas com quatro créditos: Psicologia do Desenvolvimento I, Psicologia da Personalidade I e II, Neuro-Psicologia, Psicometria, Psicologia da Aprendizagem, Teorias e Técnicas Psicoterápicas I e Técnicas Projetivas I. Com seis créditos: Introdução à Psicologia, Estatística Aplicada à Psicologia I e II, Anatomia Humana P, Fisiologia Humana P, Psicologia do Desenvolvimento II, III e IV, Antropologia Social, Psicologia Social I, II e III, Psicologia da Personalidade III, Psicopatologia Geral I e II, Psicologia Geral e Experimental I, II e III e Técnicas de Aconselhamento Psicológicos I.

Na formação em licenciatura os alunos teriam que cumprir as matérias: dois créditos: Estrutura e Funcionamento do Ensino de II Grau; com quatro créditos: Didática e Psicologia do Desenvolvimento de PIAGET e Prática de Ensino em Psicologia, com oito créditos. O bacharelado em Psicologia exigia as disciplinas: Pesquisa em Psicologia, Técnica de Aconselhamento Psicológico II e III, Teorias e Técnicas Psicoterápicas II e Psicologia da Indústria com seis créditos cada e ainda terem 20 créditos de disciplinas optativas.

Já titulação em Psicólogo exigia as disciplinas: Pré-Estágio Supervisionado e disciplinas Optativas Específicas do Pré- Estágio Supervisionado I, com três créditos. Estágio Supervisionado I e II, com quatorze créditos, como ainda, disciplinas Optativas segundo o Campo de Estágio Supervisionado I e II escolhido, com doze créditos cada.

Ainda, para completar a grade, os alunos cursavam as disciplinas: Educação Física, Estudo de Problemas Brasileiros, com quatro créditos e disciplinas de Formação Teológica e/ou Filosófica, com oito créditos.

APÊNDICE M - Currículo de 1985/1

Núcleo Comum ao Curso: Métodos de Trabalho em Grupo, Estatística Aplicada à Psicologia III, com dois créditos. Introdução aos Estudos Sociológicos, Introdução aos Estudos Teológicos, Português I, Fundamentos Filosóficos da Psicologia, Introdução à Pesquisa, Biologia Humana, Psicologia do Desenvolvimento I, Psicologia da Personalidade I e II, Neuropsicologia, Psicometria, Psicologia da Aprendizagem, Teorias e Técnicas Psicoterápicas I, Técnicas Projetivas I e Ética, com quatro créditos. Introdução à Psicologia, Estatística Aplicada à Psicologia I e II, Anatomia Humana P, Fisiologia Humana P, Psicologia do Desenvolvimento II, III e IV, Antropologia Social, Psicologia Social I, II e III, Psicologia da Personalidade III, Psicopatologia Geral I e II, Psicologia Geral e Experimental I, II e III e Técnicas de Aconselhamento Psicológico I, II e III, completam este núcleo, com 06 créditos cada.

Na formação em licenciatura, que volta a ser optativa, além do núcleo comum os alunos cursavam: Fundamentos da Educação e Estrutura e Funcionamento do Ensino de I e II Graus, com quatro créditos, além de Didática e Prática de Ensino I e II, e disciplinas Optativas, com seis créditos cada.

Para a formação em bacharelado são as seguintes disciplinas: com seis créditos: Pesquisa em Psicologia, Teorias e Técnicas Psicoterápicas II, Psicologia da Indústria. Por fim, 20 créditos de disciplinas Optativas, que deveriam ser escolhidas entre as disciplinas: de dois créditos: O Grupo Centrado em Si, Psicologia das Organizações, Iniciação à Ergonomia, Psicologia da Publicidade, Introdução à Economia. Com quatro créditos: Introdução à Vida Industrial Brasileira, Psicopatologia Especial, Problemas Especiais da Criança, Tópicos Específicos de Análise Experimental do Comportamento, Pressupostos Filosóficos da Teoria do Comportamento, Psicologia Escolar, Delinquência Juvenil, Saúde e Patologia Social, Desenvolvimento das Comunidades de Base, Psicologia do Desenvolvimento de Piaget, Introdução à Psicologia Hospitalar, Psicoterapia Comportamental e disciplinas de seis créditos: Técnicas Projetivas II e III-A e B.

Em relação à formação em Psicólogo, além do bacharelado, o aluno deverá cursar, com oito créditos: Pré-Estágio e Ética Profissional e Disciplinas Optativas específicas do Pré-estágio, escolhendo duas entre: Seleção de Pessoal, Psicodiagnóstico Adulto, Psicodiagnóstico Infantil, Introdução à Psicologia Comunitária, com quatro créditos cada. Ainda, Estágio Supervisionado I e II, vinte

créditos e 32 créditos de disciplinas Optativas, entre as disciplinas: Psicologia da Gravidez e Terapia Familiar, com quatro créditos e Psicologia do Excepcional, Teorias e Técnicas Psicoterápicas III, Psicomotricidade, Treinamento de Pessoal e Psicofarmacologia, de seis créditos cada.